



**ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE
JUNHO DE DOIS MILE DOZE.**

----- No dia vinte e nove de junho de dois mil e doze, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelo Senhor António Elísio de Jesus Dias, como primeiro secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

----- A Sessão teve início às três horas e vinte e um minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: Aldina da Conceição Fernandes de Jesus Almeida (justificada), Carlos Fernando Ermida Rebelo (justificada), Fernando Martins Machado (justificada), Manuel Teodósio Martins Henriques (justificada) e Tiago André de Andrade Coelho Pinhel (justificada). -----

- E para que conste na presente ata, o resumo da correspondência expedida e recebida, previamente distribuído, fica a seguir transcrita: -----

----- CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA: -----

- A Assembleia Municipal recebeu convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, convidando o Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -- -----

- Diversas entidades e partidos políticos solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal. -----

- O Senhor Deputado Alberto Ascensão solicita via email a suspensão do mandato e apresenta justificação da falta na Assembleia Municipal de 27 de fevereiro. -----

- O Senhor Deputado Manuel de Almeida Pereira envia justificação da falta na Assembleia Municipal de 25 de abril. -----

- O Senhor Deputado Marco Alexandre Ferreira Rodrigues apresenta justificação da falta na Assembleia Municipal de 25 de abril. -----

- O Senhor Deputado António José Oliveira – Presidente da Junta de Freguesia de Bodiosa apresenta justificação da falta na Assembleia Municipal de 27 de abril. -----

- A FENPROF – Federação Nacional de Professores envia ofício sobre a “Constituição de Grandes Agrupamentos de Escolas”. -----

- A Assembleia de Freguesia de Ranhados remete via oficiosa cópia da ata sobre “ a Reorganização Administrativa”. -----

- A Senhora Deputada Florbela Soutinho apresenta via email justificação da falta na Assembleia Municipal de 25 de abril. -----

- O Senhor Deputado Fernando Martins Machado apresenta justificação da falta na Assembleia Municipal de 27 de abril. -----

- O Colégio da Via-Sacra por email apresenta a justificação pela ausência na AM de 25 de abril. -----

- A Escola Profissional de Torredeita envia o nº 20 da revista “ Evoluir Aprendendo” de abril de 2012.- A Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões envia Relatório de Gestão e Prestação de Contas referentes ao ano económico de 2011. -----

- O Planalto Beirão envia o Relatório e Gestão de Contas de Gerência do ano económico de 2011. -----

- A Assembleia Municipal de Mirandela envia programa do Seminário “As Assembleias Municipais e a Reforma do Poder Local” a ter lugar no dia 26 de maio. -----

- A empresa “O Lanxeirão” envia por email o orçamento para os lanches da AM Infantil do dia 28 de maio. -----

A empresa “Panificadora do Viso” envia por email o orçamento para os lanches da AM



- Infantil do dia 28 de maio. -----**
- A Firma Joaquim Guedes Filho e Genro, SA envia, por email o orçamento para o transporte de alunos e professores, no âmbito da AM Infantil do dia 28 de maio. -----
 - A União do Satão e Aguiar da Beira envia por email informação de que só dispõe de uma viatura disponível, pelo que não pode fazer o serviço. -----
 - A Empresa de Camionagem Berrelhas informa por email que não tem viaturas disponíveis para ao transporte de alunos e professores, no âmbito da AM Infantil do dia 28 de maio.-----
 - A Escola Nuclisol informa via email que não é possível participar na AM Infantil do dia 28 de maio. -----
 - O Colégio da Via Sacra solicita por email equipamento informático para AM Infantil do dia 28 de maio. -----
 - O Agrupamento de Escolas Grão-Vasco envia por email a lista de alunos participantes na AM Infantil do dia 28 de maio. -----
 - O Agrupamento de Escolas de Abraveses envia por email a lista de alunos participantes na AM Infantil do dia 28 de maio. -----
 - A Escola EB1de Póvoa de Sobrinhos envia por email a lista de alunos participantes na AM Infantil do dia 28 de maio. -----
 - A Escola EB1 de Jagueiros envia por email a lista de alunos participantes na AM Infantil do dia 28 de maio. -----
 - O Colégio da Via Sacra envia por email a lista de alunos participantes na AM Infantil do dia 28 de maio. -----
 - O Senhor Marques Pereira envia questionário, carta de apresentação e programa do Seminário de Mirandela. -----
 - A Junta de Freguesia de Santa Maria envia a tomada de decisão da Assembleia de Freguesia sobre a Agregação de Freguesias. -----
 - O Senhor Presidente da NEDAL informa que um dos objetivos daquele grupo é prestar apoio e acompanhar a aplicabilidade da Lei nº 22/2012 no Município de Viseu. -----
 - A Senhora Deputada Elisabete Farreca informa por email que se vai realizar a Formação Avançada Mini MBA, 2ª Edição do Seminário “A Sorte dá muito trabalho” em 14 de junho. -----
 - O Senhor Deputado Carlos Vieira do Bloco de Esquerda apresenta um Projeto de Deliberação para a realização de um Referendo Local sobre a Reorganização Administrativa Territorial. -----
 - A Associação Nacional de Municípios Portugueses envia Convocatória para o XXº Congresso a realizar no dia 29 de setembro. -----
 - A Associação para o Desenvolvimento e Investigação de Viseu envia proposta para elaboração de parecer técnico sobre a Reorganização Administrativa Territorial. -----
 - A Assembleia de Freguesia de S. Salvador envia parecer sobre a Reorganização Administrativa Territorial. -----
 - A Firma A. Figueiredo & Manuel Figueiredo, SROC entrega os documentos respeitantes à Revisão Legal de Contas Consolidadas do Município de Viseu, bem como o Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas. -----
 - A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 29 de junho – Fundação da Casa da Ribeira. -----
 - A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 29 de junho – Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos. -----
 - A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 29 de junho – Concurso Público para Concessão de Serviço Público de Transportes Coletivos urbanos e Locais para as Freguesias de Boaldeia e Farminhão. -----
 - A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 29 de junho – Concurso Público Internacional para Concessão de Serviço Público de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos do Concelho de Viseu. -----



- A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 29 de junho – Consolidação de Contas da CMV, dos SMAS e da Habisolvis. -
- A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 29 de junho – Alienação de 4 Lotes para Construção Habitacional/Comercio/Serviços, 3 dos quais inseridos no Plano de Pormenor PP1, nas Traseiras do Tribunal de Viseu e 1 Lote localizado junto ao Pavilhão do Inatel. -----
- A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 29 de junho – Alienação de 5 Lotes para Construção Habitacional/Comercio/Serviços, 3 dos quais inseridos no Plano de Pormenor PP1, localizado junto à Rua Capitão Homem Ribeiro. -----
- A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 29 de junho – Regulamento do Viseu Solidário – Alteração. -----
- O Senhor Deputado António Correia de Campos envia por email justificação para ausência na AM de 29 de junho. -----
- O Senhor Deputado José António S. Esteves Correia solicita por email a sua substituição do Grupo Parlamentar do PSD de 22 de junho a 16 de julho. -----
- O Senhor Deputado Rui Santos do CDS/PP comunica a sua renúncia de mandato de Deputado Municipal. -----
- A Câmara Municipal de Viseu remete o relatório sobre a situação financeira da CMV. --
- O Senhor Presidente do NEDAL envia por email o programa do III Seminário Luso Galaico de Direito Local. -----
- O Senhor Deputado Joaquim Lúcio Trindade Messias envia por email a justificação para ausência na AM de 29 de junho. -----

----- **CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:** -----

- Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, aos Partidos Políticos que o solicitaram, bem como, às Entidades e Organismos que efetuaram o mesmo pedido. -----
- Foi remetido por via oficiosa para o Senhor Presidente da Câmara de Viseu as Certidões em minuta das Aprovações e Deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta AM do dia 27 de abril de 2012. -----
- Foi remetido por email à Assembleia Intermunicipal da CIM da Região Dão Lafões a substituição da Senhora Ex-Deputada Maria de Fátima Ferreira pelo Senhor Deputado Marco Alexandre Ferreira Rodrigues. -----
- Foi remetido por email aos Líderes dos Grupos Parlamentares o ofício da FENPROF referente à “Constituição de Grandes Agrupamentos de Escolas”. -----
- Foi remetido por email para o Grupo de Trabalho da Reorganização Administrativa cópia da ata da Assembleia de Freguesia de Ranhados. -----
- Foi enviado por email aos Líderes dos Grupos Parlamentares o Relatório de Gestão e Prestação de Contas referentes ao ano económico de 2011 da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões. -----
- Foi remetido por email para o Grupo de Trabalho da Reorganização Administrativa cópia da ata da Assembleia de Freguesia de S Salvador. -----
- Foi remetido por via oficiosa para o Senhor Presidente da Câmara de Viseu a proposta de Recomendação apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Rui Rodrigues dos Santos do Grupo Parlamentar do CDS/PP na AM de 27 de abril. -----
- Foi remetido, por via oficiosa, para o Senhor Presidente da Câmara de Viseu, cópia da Moção apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Vieira do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda na AM de 27 de abril. -----
- Foi enviada informação por email para o Senhor Comandante do Regimento de Infantaria 14 da alteração da data da realização da AM Infantil para o dia 28 de maio. ----
- Foi enviada informação por email para as escolas que participam na AM Infantil da alteração da data da mesma, para o dia 28 de maio. -----



- Foi solicitada via email às várias escolas informação sobre qual a necessidade de equipamento informático para a realização da AM Infantil, bem como a ordem de apresentação dos trabalhos e os nomes dos alunos participantes. -----
- Foi enviada informação por email para os vários Grupos Parlamentares, da alteração da data da realização da AM Infantil para o dia 28 de maio. -----
- Foi enviada informação por email para os Secretários da Mesa da AM da alteração da data da realização da AM Infantil para o dia 28 de maio. -----
- Foi enviada informação por email para os membros da Comissão de Proteção de Menores da alteração da data da realização da AM Infantil para o dia 28 de maio. -----
- Foi enviada informação por email para as várias escolas as condições e horários para o transporte dos alunos e professores participantes na AM Infantil. -----
- Foi remetido por email à Câmara Municipal de Viseu a proposta da ADIV para elaboração de parecer técnico sobre a Reorganização Administrativa Territorial. -----
- Foram enviados por email as convocatórias para os Líderes dos Grupos Parlamentares, para os Senhores Vereadores Américo Nunes, Cunha Lemos e Fernando Luís Monteiro e para os Secretários da Mesa da AM para estarem presentes numa reunião do Grupo de Trabalho para a Reforma Territorial das Freguesias. -----
- Foi enviada por email cópia da ata da última Reunião do Grupo de Trabalho para a Reforma Territorial das Freguesias para os Senhores Vereadores, para os Secretários da Mesa da AM e para os Líderes dos Grupos Parlamentares. -----
- Foram enviados por via oficiosa para os Presidentes de Junta o Edital e a Convocatória para a Sessão da AM de 29 de junho. -----
- Foi enviado por via oficiosa para os Jornais Via Rápida e Diário Regional de Viseu o Edital da Sessão da AM de 29 de junho para publicação. -----
- Foi enviada por via oficiosa para vários Órgãos de Comunicação a Convocatória para a Sessão da AM de 29 de junho. -----
- Foi enviada por correio eletrónico para o Sr. Presidente e para o Doutor Adelino Costa a Convocatória para a Sessão da AM de 29 de junho.-----
- Foi enviada por correio eletrónico para a Vereação a Convocatória para a Sessão da AM de 29 de junho. -----
- Foi enviada por correio eletrónico e por via oficiosa para os Deputados Municipais a Convocatória para a Sessão da AM de 29 de junho. -----
- Foi enviada por correio eletrónico para os Deputados Municipais a Ata da Sessão Extraordinária da AM do 25 de abril, realizada a 26 de maio de 2011. -----
- Foi enviada por correio eletrónico para os Senhores Vereadores Carlos Martins e Fernando Luís Monteiro a Convocatória para a Sessão da AM de 29 de junho. -----
- Foi comunicado por via oficiosa ao Senhor Deputado António José Coelho Lopes do PSD que em virtude do Senhor Deputado António Santos Esteves Correia ter pedido a suspensão do mandato, para proceder à sua substituição. -----
- Foi comunicado por via oficiosa à Senhora Deputada Ana Cristina Esteves da Silva que em virtude do Senhor Deputado Rui Rodrigues dos Santos do CDS/PP ter pedido a renúncia do mandato, para proceder à sua substituição. -----
- Foi comunicado por via oficiosa ao CDS/PP que, em virtude do Senhor Deputado Rui Rodrigues dos Santos ter pedido a renúncia do mandato, foi convocada a Senhora Deputada Ana Cristina Esteves da Silva. -----
- Foi comunicado por via oficiosa ao PSD que, em virtude do Senhor Deputado António Santos Esteves Correia ter pedido a suspensão do mandato, foi convocado o Senhor Deputado Joaquim Lúcio Trindade Messias. -----
- Foi comunicado por via oficiosa ao Senhor Deputado Joaquim Lúcio Trindade Messias do PSD que, em virtude do Senhor Deputado António Santos Esteves Correia ter pedido a suspensão do mandato, para proceder à sua substituição. -----
- Foi comunicado por via oficiosa ao Senhor Deputado Alexandre João Oliveira G. dos Santos do PS que, em virtude do Senhor Deputado António Fernando Correia de Campos



ter pedido a suspensão do mandato, para proceder à sua substituição. -----
 - Foi comunicado por via oficiosa ao PS que, em virtude do Senhor Deputado António Fernando Correia de Campos ter pedido a suspensão do mandato, foi convocado o Senhor Deputado Alexandre João Oliveira G. dos Santos. -----
-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, após verificação das faltas dos Senhores Deputados acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu início à Sessão dizendo o seguinte: Então muito boa tarde, pedia que nos sentássemos para darmos início à nossa sessão e cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, as Senhoras e os Senhores Deputados, os elementos da Comunicação Social e o Público presente. Vamos então dar início à nossa sessão ordinária da Assembleia Municipal. Antes de darmos início à sessão propriamente dita, gostava só de fazer aqui duas referências e duas informações. Antes de mais, queria informar os Senhores Deputados que a Assembleia Municipal Infantil decorreu de uma forma muito boa, tenho que agradecer aqui também, perante os Senhores Deputados, a prestação da nossa Secretária, que à última da hora me teve que substituir na condução dos trabalhos, mas sei que foi de facto um momento muito alto, com a participação muito boa da parte dos jovens e também com a presença do Senhor Comandante do RIV e portanto queria deixar aqui este agradecimento a todos os Senhores Deputados e Senhoras Deputadas que participaram na sua organização e às Entidades, designadamente à Câmara e à Comissão de Proteção de Menores e aqui à nossa Secretária, pela boa performance que teve na condução da Assembleia. Queria também dar conta e fazer aqui uma referência, porque acho que a devo fazer, que se prende com o pedido de renúncia do Senhor Deputado Rui Alexandre Santos do CDS/PP e como é um pedido de renúncia, não é uma mera substituição, não queria deixar também de dar conta aos Senhores Deputados deste pedido de renúncia e passa a estar substituído pela Senhora Deputada Ana Cristina Esteves da Silva, a quem damos as boas vindas e deixar aqui também uma palavra de simpatia para com o Doutor Rui Santos, por todo o contributo que deu ao trabalho desta Assembleia e também uma palavra pessoal de amizade e queria deixar que isso ficasse registado em ata, como uma manifestação de simpatia e de agradecimento pela forma como sempre trouxe uma mais valia a esta Assembleia. Gostava também de deixar aqui uma informação, que se prende com as faltas. Eu tive o cuidado de pedir, até porque é um imperativo legal, pedir aos Serviços para comunicarem aos diferentes Grupos Municipais a relação das faltas dos Senhores Deputados. Fi-lo exatamente para que cada um dos Senhores Deputados saiba exatamente o número de faltas que tem e nos termos do Regimento saber as implicações que isso pode ter. Agora, eu gostava só de referir que, nos termos do artigo cinquenta e seis do Regimento, as faltas só podem ser justificadas até cinco dias após a falta ter ocorrido, o que significa que cinco dias depois, para cumprir o Regimento e a Lei, eu não posso considerar as faltas justificadas, o que fará com que os Senhores Deputados que não as justificaram no prazo devido, passaram a ter faltas injustificadas. Portanto, eu só queria alertar para esse efeito, porque não gostaria de ter na Assembleia Municipal de Viseu nenhuma situação de algum Senhor Deputado perder o mandato por faltas injustificadas. Só estou a chamar aqui à atenção, preventivamente, não há ninguém que esteja em risco de que isso possa acontecer, mas gostava de alertar, todas as justificações que ultrapassem os cinco dias, eu não posso de maneira nenhuma justificá-las, porque tenho que cumprir o Regimento e a Lei que está em vigor. Queria também fazer uma referência a esta edição que nos foi distribuída hoje, agradecer ao Senhor Presidente da Junta de S. Salvador, também a distribuição desta edição das Cavalhadas de Vildemoinhos, que foram distribuídas a todos, para além da cedência destes manjericos, que de facto vêm alegrar aqui um bocadinho a nossa sessão. Antes de passarmos ao Período Antes da Ordem do Dia, também gostava de pôr as duas atas à consideração e à votação. Temos a ata da segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, realizada no dia vinte e sete de abril de dois mil e doze e temos a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu, comemorativa do Vinte e Cinco de



abril (*de dois mil e onze*). Portanto, iria pôr desde já à discussão a ata do Vinte e Cinco de abril, perguntando se algum dos Senhores Deputados se pretende pronunciar sobre ela? Não tenho nenhum pedido nesse sentido, vou pô-la à votação. Aprovada com uma abstenção. Vou também pôr à discussão a ata do dia vinte e sete de abril de dois mil e doze, perguntando se alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados se pretende pronunciar sobre ela? Não tenho nenhum pedido nesse sentido, vou pô-la à votação. Aprovada com duas abstenções. Passaríamos de imediato ao Período Antes da Ordem do Dia, já tenho as inscrições do PSD e do PS. Perguntava se o CDS/PP pretende também usar da palavra no Período Antes da Ordem do Dia? Muito bem, então daria a palavra ao Senhor António Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Lourosa. -----

UM – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO DE SOUSA DA FONSECA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. JOÃO DE LOUROSA (PSD):

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Senhor Secretário e Senhora Secretária, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhores da Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores. São momentos como estes, de uma grandeza singela, mas de um enorme valor, que a povoação de Teivas, freguesia de S. João de Lourosa, ofereceu com o desfile das suas tradicionais Cavalhadas, à cidade de Viseu e a todos os que assistiram e participaram nele. No passado, para aliviarem o trabalho duro no campo a que se dedicavam, com amor e também como sustento familiar, os nossos antepassados e este evento remonta a trezentos e cinquenta e nove anos, homenageavam o seu Santo Padroeiro, S. João Batista, preparando-o de acordo com as fracas possibilidades e era normalmente aos domingos e feriados, que guardavam religiosamente, que ocuparam e trocavam ideias para esse efeito e outros partilhados em colaboração. Estes nossos conterrâneos divertiam-se servindo-se do que tinham e percorriam a sua freguesia com alegria, vivacidade, cânticos e danças e carros enfeitados e puxados por animais. Todos se divertiam, mas com o tempo foram fazendo inovações, as artes, as técnicas aperfeiçoaram-se, as ambições cresceram e esse cortejo foi progredindo em esforço e valor. Chegado este ano, no passado dia dezassete de junho, a surpresa ultrapassou as expectativas, porquanto nos mostraram em coordenação, em euforia, em trabalho minucioso e inteligente, demonstrado nos carros alegóricos e na distribuição dos grupos e ranchos folclóricos, a dignificar sempre de um modo único a Dança da Morgadinha, muito alegre, colorida, ritmada, terminando todo este cortejo, feito de esforço e muito trabalho, mas também com vontade de quem sabe mais uma vez dignificar os seus bem lembrados antepassados. Foi um esforço de muitos, mas também a cooperação e a boa vontade de muitos outros, que tornaram possível este desfile, reconhecido a uns e a outros pelo que têm feito por Teivas, freguesia de S. João de Lourosa, realçando os que deram o seu tempo e arte e a toda a população participativa, à Câmara Municipal de Viseu, todas as outras entidades civis e empresas particulares. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, finalizo pedindo-lhe que permita que seja dado um Voto de Louvor à Comissão Organizadora das Cavalhadas de Teivas e à Direção da Associação Cultural e Recreativa de Teivas, pela coragem, trabalho, persistência e dedicação, com que têm enfrentado a realização deste evento cultural e de tradições centenárias. Muito obrigado. -

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado, Senhor Presidente, se puder deixar ficar o Voto na Mesa, eu agradeço, para o pôr à discussão. Queria também manifestar aqui o testemunho de facto da excelente qualidade e da tradição que se repete anualmente, cada vez com mais qualidade e felicito também os organizadores. colocava então à consideração dos Senhores Deputados este Voto de Louvor, perguntando se alguém pretende pronunciar sobre ele? Não tenho nenhuma manifestação nesse sentido, vou colocar à votação. Aprovado por unanimidade. Dou agora a palavra ao Senhor Presidente da Junta de S. Salvador, o Senhor José Coelho. -----

-DOIS – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ DOMINGOS ABREU COELHO – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. SALVADOR (PSD):

Muito boa tarde. Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Exmo. Senhor Secretário e



Senhora Secretária da Assembleia Municipal de Viseu, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Exmas. Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Viseu, Exmos. Senhores Deputados, Exmos. colegas Presidentes de Junta, Comunicação Social, meus Senhores e minhas Senhoras. Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador e da Direção das Cavalhadas de Vildemoinhos, Associação de Atividades Tradicionais, venho de novo manifestar a minha alegria e imensa satisfação, pela excelente organização do cortejo das Cavalhadas de Vildemoinhos, secular tradição, que este ano comemorou trezentos e sessenta anos de cumprimento da promessa feita na Capela de S. João da Carreira, em vinte e quatro de junho de mil seiscentos e cinquenta e dois, ao Santo Padroeiro, S. João Batista. Apesar da crise financeira que nos sufoca, Vildemoinhos está de parabéns, pois conseguiu trazer à cidade de Viseu esta grande festa popular de cultura portuguesa, aplaudida por milhares de pessoas, que connosco quiseram partilhar este momento único de reavivar a memória dos nossos antepassados. Naquela maravilhosa manhã de verão, no passado dia vinte e quatro, houve musica, cor, criatividade, coreografia variada, intenso brilho, capacidade de desempenho e sobretudo muito trabalho, todo ele concretizado numa confluência de gerações. No evento desfilaram carros alegóricos de muita arte, feitos por gente “trambela”, que merece respeito e que seja realçada a nossa região e na realidade a comunidade portuguesa. O cortejo trazido à cidade foi excelente, contribuindo muito para isso as equipas de trabalho que empenhadamente deram o seu melhor, meses a fio, na feitura dos carros postos a concurso e que desfilaram ao som dos Zés Pereiras, Fanfarras, Bandas de Musica, Gaiteiros, Ranchos e Grupos de Cantares e da colorida Cavalaria que dá o nome a esta festa única. O Povo compareceu em grande multidão, enchendo Viseu de alegria e aplaudindo com satisfação total. Atualmente, as Cavalhadas de Vildemoinhos atingiram um patamar de elevada qualidade. A Associação e as gentes de Vildemoinhos sentem-se orgulhosas, moralizadas e fortemente empenhados em continuar a manter, com esse elevado grau de qualidade, esta secular tradição. Vildemoinhos tem grande capacidade de organização e de execução para fazer mais e melhor, mas sabemos que a falta de capacidade financeira não nos permite melhorar e aperfeiçoar a qualidade do evento, que as Cavalhadas merecem. Para que isso seja possível, é necessário manter todo o apoio financeiro, logístico e confiança, por parte das entidades oficiais, o que, infelizmente este ano, não aconteceu, nomeadamente por parte do Turismo do Centro de Portugal, Inatel e do extinto Governo Civil, o que se lamenta. Para agravar essa falta de apoio por parte de algumas entidades oficiais, registamos mais uma vez o descontentamento de Vildemoinhos pelo pagamento à PSP, para garantir a segurança e a regulação de trânsito nesse dia festivo, cujo valor este ano ascendeu a mais de três mil euros. Tratando-se de uma festa popular gratuita, assim é cada vez mais difícil manter esta tradição secular com a qualidade pretendida e que a mesma merece. Para alguma Comunicação Social o nosso desagrado, que em vez de enaltecer com a devida relevância o evento, preocupou-se, pela negativa, em publicar um acidente ocorrido com os animais que abrilhantaram um desfile maravilhoso, dando-lhe demasiado ênfase, com a divulgação incorreta, relativamente ao número de feridos, que foram cerca de metade do que divulgou e que mereceram por parte da organização o devido acompanhamento, até todos terem alta hospitalar. Lamentamos também a total ausência dos meios televisivos a operar neste País. O nosso agradecimento sincero aos grupos de trabalho na feitura dos carros, aos empresários, comerciantes, industriais, membros do Júri e aos que, de uma forma ou de outra, desinteressadamente, ajudaram a construir esta festa única. Para finalizar, Vildemoinhos deixa aqui, no lugar certo, um agradecimento muito especial ao Município de Viseu, ao seu Presidente, Doutor Fernando Ruas, pelo incondicional apoio financeiro, logístico, todo o carinho e confiança que nos transmite, sem o qual, a realização deste evento não seria possível, com este elevado padrão de qualidade. Pelo excelente cortejo que desfilou pelas ruas, avenidas e praças da cidade de Viseu, no dia vinte e quatro de junho, pela capacidade organizativa e criativa, pela multidão de pessoas que encheu a nossa



cidade, proponho um Voto de Louvor às Cavalhadas de Vildemoinhos, à Associação de Atividades Tradicionais e às “gentes trambelas”. Até para o ano. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado, Senhor Presidente da Junta de S. Salvador. Também queria associar-me e testemunhando a elevada qualidade, felicitando a Comissão das Cavalhadas de Vildemoinhos, pelo excelente trabalho realizado, que foi de facto um cartaz magnífico para a cidade de Viseu. Portanto, temos um Voto de Louvor, que iria colocar à consideração dos Senhores Deputados e perguntava se algum dos Senhores Deputados se pretende pronunciar? Senhor Deputado, tem a palavra. -----

-TRÊS – O SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS):

Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia e Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caríssimos Colegas. Venho só, em nome da bancada do Partido Socialista, reforçar os meus parabéns, uma vez mais, às gentes da freguesia de S. João de Lourosa e da freguesia de S. Salvador, em particular às localidades de Teivas e de Vildemoinhos, por mais um ano, apesar de ser um ano muito difícil em termos financeiros e de organização deste tipo de eventos, por mais um ano terem colocado na rua esta festa, ou estas duas festas, que são seculares e que são, sem dúvida nenhuma, dois momentos altos do concelho de Viseu e da região, a par da Feira de S. Mateus. São festas populares que valorizam o nosso património etnográfico, folclórico, cultural e que, como disse ainda agora o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador, trazem uma multidão à cidade e isso mexe com a própria economia local, até porque isso é muito importante. Nós vamos votar favoravelmente, como é evidente, estes louvores a estes dois acontecimentos culturais da nossa cidade e da nossa região e fazendo votos que para o ano se cumpra a tradição, como se costuma dizer noutros acontecimentos, que se cumpra a tradição, que o S. João fique mais feliz por ter na rua estes dois cortejos, bastante bonitos e que, sem dúvida nenhuma, fazem pulsar as gentes da nossa cidade e do nosso concelho. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado, Senhor Deputado. Pergunto se mais alguém se pretende pronunciar? Vou pôr à votação. *Aprovado por unanimidade.* Dou agora a palavra ao Senhor Deputado José Ernesto, Presidente da Junta de Vila Chã de Sá -----

-QUATRO – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ ERNESTO PEREIRA DA SILVA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA CHÃ DE SÁ (PSD):

Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados da Assembleia Municipal, Senhores Jornalistas, Público presente. Vou aqui falar um pouco sobre o associativismo, tanto que num trabalho que fiz e que tem a ver com aquilo que há pouco tempo, no dia seis de junho, a Câmara Municipal de Viseu fez, com a assinatura do apoio com a Junta de Freguesia e com as diversas Associações do concelho, Instituições de diversos protocolos, que traduzem o apoio substancial em diversos projetos na área social, do desporto, recreio e da cultura. Desta forma, tem a autarquia viseense medidas que continuam a proporcionar os meios necessários para apoiar as reais aspirações do movimento associativo, nas suas mais diversas áreas de intervenção e apoio à comunidade viseense. De consciência que as Associações e Instituições desenvolvem um trabalho reconhecido, na formação e no desenvolvimento comunitário, social, cultural, desportivo e que as coletividades promovem a integração social e assumem um papel determinante e é de louvar este tipo de investimento e procedimentos. Apoiar a construção, requalificação e beneficiação das infraestruturas desportivas, culturais e sociais das coletividades do concelho, promover um aumento quantitativo e qualitativo das atividades desenvolvidas, generalizar o acesso à prática das atividades culturais, desportivas e sociais, nos vários escalões etários e nos anseios sociais da população e manter estrita colaboração com as Juntas de Freguesias, são políticas que devem ser reconhecidas como de elevado valor e mérito, conducentes a um desenvolvimento do concelho, apostando na valorização diversificada das capacidades



das suas gentes e das suas identidades. O nosso concelho hoje compete dentro das associações culturais, desportivas, sociais e outras, cívicas, religiosas, são o baluarte do associativismo e da cultura. O voluntarismo das pessoas é um fator importante para a coesão social e para o apoio intergeracional. Nesta altura, em que os poderes das ditas cujas “troikas”, em que se confunde muitas vezes aquilo que é o trabalho da comunidade, como é o caso das freguesias, não venha por aí alguém também descobrir que há necessidade de criar ou agregar as associações, para completar uma filosofia qualquer, que em nada beneficia o concelho e as terras. Esta nova filosofia que hoje se discute e que hoje se fala, da nova filosofia da carta associativa, traz-nos algumas preocupações e que, no meu ponto de vista, em nada beneficia as populações, antes pelo contrário, cria algumas situações de dúvida e de alguma instabilidade local. Entretanto, o associativismo, que é fundamental para o desenvolvimento da cultura e funcional das nossa tradições, dos nossos usos e costumes, da nossa gastronomia, do nosso saber e do nosso património, das nossas raízes históricas, que os nossos antepassados tanto valorizaram e um povo sem historia é um povo sem identidade. Quantos de nós, na nossa juventude, não participámos, não colaborámos em atividades culturais, desportivas, na nossa terra? Quantos de nós não estivemos ligados, ainda hoje estamos ligados, às mais diversas associações que por aí se perfilam nosso concelho? Acho que é altura da gente dar um forte apoio aos seus dirigentes que, de algum modo, protagonizam as direções das diversas associações instaladas no concelho, pelo seu voluntarismo, pelo seu trabalho dedicado à causa e que em muito tem beneficiado o crescimento e sobretudo a cultura das terras e do nosso povo. Em tempos, diversos programas eram feitos especificamente, que o Estado nos dava e agora aqui dava um recado ao Senhor Presidente da Mesa e também Secretário da Economia, na sua passagem pelo Instituto da Juventude, aqui há uns anos a esta parte, se bem me recordo, a quantidade de projetos interessantes, que eram para ocupação dos tempos livres dos jovens e que muito ajudaram muito jovem a poder ocupar o seu tempo nas férias. Hoje, se não forem as Câmaras e as Juntas de Freguesias, hoje praticamente essa filosofia não existe. Ia a dizer mais, que nesta situação em que a crise se assume e está connosco e que estamos de facto a atravessar problemas complicados, até sociais, isto é muito importante, que esta colaboração de forças entre as associações e as Juntas de Freguesia, é fundamental para criar o desenvolvimento e a integração da sociedade nas comunidades. Acho que é vital esta relação e sei que existe, por mim falo e por outros meus colegas e como há bocado aqui pudemos ouvir a expressão do meu colega de S. João de Lourosa, o Senhor Fonseca e o meu colega de Vildemoinhos, o Senhor Coelho, que aqui falou sobre o trabalho que desenvolvem para estas duas atividades culturais, já seculares e que muito reproduzem e têm a ver com a nossa identidade própria, se não houvesse esse trabalho de colaboração entre ambas as partes, se calhar não havia estas lindas e bonitas obras, que foram feitas quando nós, nestes últimos dias, tivemos o prazer de observar aqui em Viseu. Porque a questão desta cultura do Povo e o trabalho que é desenvolvido pelas associações, ele próprio se transmite e se vê no estrangeiro. Já tive a oportunidade de estar em alguns países em que a nossa cultura, o nosso secular, é permanentemente ouvido, falado e sobretudo praticado. Acho que é importante esse trabalho do associativismo que o concelho de Viseu está a desenvolver e que o mesmo se reproduz no estrangeiro, acho que é fundamental e acho que a Câmara está no caminho certo, quando de facto apoia estas instituições e lhes dá, digamos, a cana para poderem pescar e poderem fazer um trabalho válido no desenvolvimento. E terminava como dizia um grande poeta português, Miguel Torga, que dizia isto: *“Há duas culturas em Portugal, uma que parece e outra que é, uma que se reside e outra que se recata, uma que se consome e outra que se preserva, uma que nos arremeda e outra que nos identifica. Preservar a nossa identidade é, nas palavras deste poeta, saborear a linguagem da terra e a gramática da paisagem e o Espírito Santo do Povo”*. Meus amigos, não podia deixar de lembrar este pensamento deste ilustre poeta português, em que de algum modo traduz aquilo que é o pensamento de muitos dirigentes associativos deste concelho. E acho que nesta altura em que estamos aqui reunidos e pelo muito que se



tem feito em todas as freguesias, nas mais diversas culturas e nas mais diversas associações espalhadas por este concelho, se devia um Voto de Louvor a todos os dirigentes associativos. Era só, muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado, Senhor Presidente da Junta de Vila Chã de Sá. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

-CINCO – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS): Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores. Estamos em plena época e se calhar a atingir o pico da época de incêndios. A Associação Nacional de Bombeiros Portugueses, bem como o Sindicato Nacional de Bombeiros Portugueses, têm vindo a manifestar, através de variadíssimas formas, a sua preocupação relativamente aos Bombeiros Municipais de Viseu. Fizeram-nos chegar também à estrutura partidária concelhia do Partido Socialista bem como ao Grupo da Assembleia Municipal do Partido Socialista. Não poderíamos ficar indiferentes a uma matéria como esta, porque está em causa a proteção civil e a defesa do património das pessoas do concelho. Preocupações que estes dois Órgãos, a Associação Nacional e o Sindicato Nacional de Bombeiros Portugueses, manifestaram e que se prendem nomeadamente com a falta de pessoal, falta de meios de comunicação, falta de formação dos bombeiros, falta de um Gabinete de Proteção Civil na Câmara Municipal, parque auto muito antigo e desgastado, equipamentos de proteção pessoal não adequados às várias missões que os bombeiros são chamados a executar. É de facto preocupante, na medida em que os Bombeiros Municipais são, na ordem natural da proteção civil, os primeiros responsáveis, os primeiros atores, nessa medida. Por outro lado, a Câmara Municipal tem a responsabilidade da proteção civil, ao nível do concelho. É verdade que também temos no nosso concelho a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, não podemos deixar de contar com eles, mas na primeira linha do combate a calamidades, incêndios, a defesa do património das pessoas, cabe primeiramente aos Municipais. É nessa medida que queríamos deixar, acima de tudo, a nossa preocupação pela falta de pessoal nos Bombeiros Municipais, nesta altura têm trinta e nove efetivos, distribuídos por cinco turnos, o que quer dizer que têm quatro turnos com oito efetivos e um com sete, quando o ideal seria de doze efetivos por turno, o que quer dizer que deveriam existir sessenta bombeiros. Por outro lado também, a nossa preocupação acentua-se na medida em que estamos exatamente a entrar no pico dos incêndios florestais. Também se levanta a questão da integração legislativa dos Bombeiros Municipais, tanto quanto o Decreto-Lei 247/2007 diz e que ainda não foi executado pela Câmara Municipal. Também sabemos da entrega dum memorando com todos estas preocupações na Câmara Municipal, em meados do mês de maio, ao qual ainda não foi dada resposta pela Câmara Municipal. Ficam estas nossas preocupações e queria deixar também uma interrogação. Queria saber se de facto no Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, que a Câmara Municipal certamente terá elaborado, se ponderou todos estes pormenores, todas estas carências e se entende que estão garantidas as condições para o combate aos incêndios e a defesa da população, nomeadamente quanto a incêndios e quanto a acidentes nas três grandes vias de comunicação que atravessam o nosso distrito? Isto na presunção de que de facto existe um Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil. Deixamos esta nossa preocupação e esta nossa pergunta. Obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado, Senhor Deputado. Dou a palavra à Senhora Deputada Elisabete Farreca. -----

-SEIS – A SENHORA DEPUTADA ELISABETE MARIA DE ALMEIDA JESUS FARRECA (PSD): Senhor Presidente da Assembleia Municipal e demais Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Colegas Deputados desta Assembleia, Senhores Jornalistas, minhas Senhoras e meus Senhores. A concretização de diversas ações por parte dos municípios é essencial para o desenvolvimento e bem-estar das respetivas populações. Quer se manifeste através de



realizações materiais ou imateriais, quer se efetuem iniciativas de maior ou menor dimensão, o seu propósito deverá ser sempre a satisfação das necessidades coletivas dos seus cidadãos. É neste contexto e sem querer ser exaustiva na minha intervenção, que gostaria de referenciar algumas atividades de relevo, que, nos últimos meses, a Câmara Municipal de Viseu tem vindo a desenvolver. Em termos sociais, destaca-se a realização da IV Mostra Social do Concelho, no âmbito do “Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações”, a qual visou a criação de um espaço onde as Instituições do Concelho pudessem dar a conhecer o seu trabalho, junto das pessoas mais vulneráveis, dinamizando parcerias e respondendo com eficácia às situações de pobreza, de exclusão social e do envelhecimento da população. Pretendeu-se, igualmente, apelar à responsabilidade e solidariedade da sociedade civil, nomeadamente sensibilizar para o papel do voluntariado na promoção da inclusão dos idosos em situação de isolamento. Na vertente cultural também têm sido várias as iniciativas realizadas pela Câmara Municipal de Viseu, nomeadamente a Festa dos Museus, que assinalou o Dia Internacional dos Museus e a Noite dos Museus, com um conjunto diversificado de iniciativas e momentos lúdicos, nas suas mais diversas valências museológicas e utilizando as diferentes estruturas municipais; a Feira do Livro, que, mais um ano, contou com a participação de vários livreiros e editores, bem como com a colaboração das Bibliotecas Escolares do Município de Viseu; a XII Edição da Festa das Freguesias, que manteve o seu objetivo inicial de dar visibilidade ao Concelho de Viseu e contribuir para a sua divulgação, sendo, dessa forma, para além de um elemento fundamental no desenvolvimento cultural, também um fator importante para a promoção social e turística de Viseu; ou então as Marchas dos Santos Populares. Especialmente para a população escolar, realizaram-se também outras atividades, como o “Brincalendo”, com o intuito de estimular a criatividade e o interesse pela leitura nas crianças do pré-escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, que assim aproveitaram o tempo livre das férias escolares para conhecer a Biblioteca e *brincar lendo*; ou ir “De Comboio até Lisboa”, projeto desenvolvido desde noventa e sete, que, de forma inclusiva, proporciona anualmente aos alunos do quarto ano, de todas as escolas do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, uma viagem de comboio, permitindo a vivência de uma experiência única para mais de mil e cem crianças. Também a componente desportiva não tem sido descurada pelo Executivo Municipal. A este propósito, gostaria de destacar a entrada em funcionamento de dois importantes equipamentos para o Município: o Parque Radical e o Polidesportivo Adaptado. O Parque Radical é uma instalação desportiva recreativa, com vários obstáculos, rampas e corrimãos, que permite aos amantes da prática do skate, bmx ou patins, a prática de manobras de várias modalidades, garantindo-lhes as condições ideais de qualidade e segurança. Já o Polidesportivo Adaptado é um espaço orientado, em particular, para os cidadãos com deficiência, que, com as devidas adaptações, podem praticar diversas modalidades desportivas. É de louvar os vários investimentos realizados pelo Município de Viseu e, neste caso em particular, na melhoria qualitativa das instalações desportivas, com uma clara aposta na requalificação das instalações existentes no Parque Desportivo do Fontelo. Termina, referindo apenas que todas estas iniciativas e, em especial, este último equipamento, têm contribuído ativamente para que Viseu seja um Município Inclusivo, Solidário, Integrador e Atrativo, permitindo a todos os nossos concidadãos uma melhor qualidade de vida. Obrigada. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado, Senhora Deputada. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Alexandre Santos. -----

--SETE – O SENHOR DEPUTADO ALEXANDRE JOÃO OLIVEIRA GONÇALVES SANTOS (PS): Exmo. Senhor Presidente da Mesa, digníssima Mesa, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Exmos. Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, Exmos. Deputados Municipais, Exmo. Público presente e Imprensa presente aqui hoje nesta sala. A minha intervenção prende-se no fundo também com um pedido de esclarecimento à Câmara. Este esclarecimento tem a ver com a questão da isenção das SCUT's. Pelo Decreto-Lei 111/2011 estava previsto que de facto as isenções terminassem



no dia trinta de junho, exceto para todas aquelas regiões cujo PIB per capita fosse inferior aos oitenta por cento. Como se trata de facto de uma matéria bastante importante para a nossa região, que já de facto se debate com enormes dificuldades, quer ao nível dos cidadãos, quer ao nível das empresas. Procuramos, através dos nossos Deputados na Assembleia da República, por via oficial e não pela via oficiosa, saber qual era de facto o PIB per capita da nossa região, para de facto sabermos se eventualmente continuaremos abrangidos pelas isenções, ou seja, se estivermos abaixo dos oitenta por cento, ou se estando acima dos oitenta por cento, vamos ter novamente os nossos cidadãos e as nossas empresas confrontados com mais um acréscimo no esforço, que já de si é enorme, neste momento. Saiu hoje uma notícia que nos diz que o processo das isenções vai ser adiado durante mais três meses, mas o que é certo é que de facto esta questão de adiar mais três meses, é estarmos a empurrar o problema para a frente, é estarmos a adiar o problema. E o que de facto nós pretendemos é que estas isenções se mantenham, a bem da competitividade, quer das empresas, quer a bem também das condições de vida dos nossos cidadãos. A minha questão, para o Senhor Presidente da Câmara, era de facto se, a esta altura, o único valor conseguido foi o valor de dois mil e dez e depois também há aqui uma questão que não é muito clara, que é, fala-se em região, não sei se se refere especificamente a concelho, a distrito, à NUT UM, à NUT Dois, o único que arranjei foi a NUT Dois, a Região Centro, que em dois mil e dez seria à volta dos oitenta e três por cento do PIB per capita. Foi esse o único valor que consegui encontrar, ainda perguntei se de facto a Câmara tem a noção de qual é, neste momento, o PIB per capita da nossa região, se vamos continuar a poder contar com as isenções para as nossas empresas e cidadãos, ou se vamos ter mais ainda este acréscimo, quer para as nossas empresas, quer para os nossos cidadãos, que muitos deles, como é sabido, trabalham fora do nosso concelho, por aqui não encontram emprego nas suas áreas e portanto têm sempre esta despesa fixa, que é um acréscimo de facto, um esforço já de si grande, que atualmente fazem. Obrigado. -----
MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado, Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

-OITO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Senhor Presidente da Mesa e restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhores representantes da Comunicação Social, Público presente e funcionários em exercício. Apresento-vos aqui uma Moção, que vou passar a ler. Moção para reforço dos meios humanos e materiais dos Bombeiros Municipais de Viseu. Considerando que: Um – Em termos legais, o Presidente da Câmara é o responsável máximo pela Proteção Civil Municipal; Dois – Sobretudo nos últimos anos, tem havido um forte desinvestimento em meios humanos e materiais nos Bombeiros Municipais de Viseu, um Corpo de Bombeiros cuja entidade detentora é precisamente a Câmara Municipal, encontrando-se o mesmo atualmente numa situação de pré-rotura, comprovada pelas seguintes circunstâncias: a) Existirem cinco piquetes, quatro deles com oito bombeiros e um outro apenas com sete, devido à aposentação recente de um elemento. Tendo em conta que, em cada piquete, um bombeiro fica de serviço à central de comunicações, os restantes elementos são manifestamente insuficientes para os diversos serviços que têm que desempenhar, como remoções de cadáveres, pessoas ou animais, lavagens de vias públicas, espalhamento de pó de calcário em locais com óleo, ou de sal em locais com gelo, abertura de portas através da entrada por uma janela devido ao esquecimento das chaves, fornecimentos de água, para além das missões de emergência para que os Bombeiros são chamados, como combate a incêndios florestais, urbanos ou industriais, inundações, acidentes rodoviários com necessidade de desencarceramento, etc. Deste modo, até elementos do Comando têm integrado os piquetes numa tentativa de minorar aquela escassez, deixando, assim, de estar disponíveis para o desempenho das suas funções de comandamento. b) Estar prevista, para breve, a aposentação de mais onze bombeiros, devendo chegar ao número de quinze nos próximos dois anos, todos elementos



bastante experientes, pertencendo alguns às chefias e até ao Comando, passando o Corpo de Bombeiros a ter uma nítida carência de elementos experientes para exercerem funções de chefia. Se considerarmos que o processo de concurso, seleção, ingresso e formação de novos bombeiros pode demorar cerca de dois anos, conclui-se existir a necessidade premente de um reforço de pessoal, consistindo, de imediato, no aumento de elementos por turno, com o correspondente pagamento das horas extra e na abertura de concurso para, pelo menos, mais vinte elementos, o que iria minorar, a médio prazo, a falta de pessoal que faz com que, por várias vezes, chegue a ir para uma primeira intervenção, num incêndio, uma viatura com dois elementos, motorista e outro bombeiro, tendo já acontecido, pelo menos uma vez, no passado dia vinte e cinco, depois da meia noite, a viatura dos Bombeiros Municipais ter-se apresentado no combate a um fogo num barracão apenas com o motorista. Também já se verificou a viatura de desencarceramento ter saído apenas com dois elementos, quando a norma para um salvamento rápido e eficaz é de uma tripulação de seis elementos. c) De referir que em outubro de dois mil e oito a Câmara Municipal de Viseu procedeu à abertura de um concurso, tendo em vista a admissão de sete bombeiros, contudo, em janeiro de dois mil e onze o mesmo concurso foi cancelado. d) A ausência de promoções desde há mais de dez anos tem provocado desmotivação dos profissionais que não sentem haver por parte do Executivo o devido reconhecimento. e) As lacunas de meios humanos tornam completamente desatualizado, não aplicado à realidade e na prática não existente, o PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA, obrigatório por lei. f) O EPI (equipamento de proteção individual) ser manifestamente insuficiente. Os casacos e calças de proteção ao fogo “NOMEX” apresentam idade avançada e enorme uso, estando bastante degradados e apenas existem cinco pares de calças do mesmo material, para os quarenta bombeiros, não se cumprindo a norma que diz que estes equipamentos devem ser individuais, pondo em causa a higiene e segurança do pessoal. g) O parque de viaturas estar, nalguns casos, obsoleto. Exemplo disso é o caso da VUCI-01, viatura urbana de combate a incêndios, um Chevrolet de 1970, com mil e oitocentos litros de água, dar constantemente problemas mecânicos, devido à idade. Esta viatura está a uso, em virtude da VUCI-09, que é só a melhor viatura dos Bombeiros Municipais, uma Nissan Eco de 1999 com três mil litros de água estar inoperacional há meio ano, devido a um acidente em janeiro deste ano, em que o motorista não foi culpado, e a Câmara Municipal não assumir a reparação da mesma. Outros exemplos poderiam ser dados, como algumas antigas ambulâncias que foram cedidas pelo INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica). Assim, a ABTD-02 (ambulância de transporte de doentes), uma Mercedes de 1994 apenas se desloca, uma vez por ano, para a realização da inspeção periódica obrigatória e a ABTD-03, uma Ford Transit de 1995 apenas é utilizada para a remoção de cadáveres. Também a VOPE-02 (viatura de operações específicas) uma Renault Master de 1984, antiga ambulância transformada, é usada apenas na recolha de animais e transporte de calcário. Ainda poderia ser citado o caso da VOPE-01 Mercedes de 1980 de sete lugares, usada na deslocação de bombeiros aquando de representações oficiais. Também o caso de uma viatura histórica como um Ford AA de 1931 que está estacionado em garagem e não em local condigno e várias escadas manuais muito antigas estacionadas debaixo de um telheiro ao ar-livre. h) As instalações do quartel estarem com algum mobiliário muito degradado e a central de telecomunicações necessitar urgentemente de um aparelho de ar condicionado, pois é extremamente quente no verão e fria no inverno. Constata-se, igualmente, que as instalações nunca foram desinfestadas. A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em vinte e nove de junho de dois mil e doze, delibera: Um – Manifestar ao Executivo Municipal a sua preocupação com o desinvestimento neste Corpo de Bombeiros camarário, não podendo o mesmo exercer cabalmente as suas funções, tornando, assim, mais vulnerável a segurança das populações e os seus bens. Embora exista no concelho de Viseu um outro Corpo de Bombeiros detido por uma Associação Humanitária, sendo os seus elementos voluntários, está provado que em muitas situações ambos os corpos são necessários e ambos necessitam de ser apoiados para que possam



existir condições para o seu bom funcionamento, no interesse das populações que servem. Dois – Reclamar ao Executivo Municipal que faculte aos Bombeiros Municipais todos os meios necessários, humanos, materiais e financeiros para o cabal desempenho das importantes funções que lhes estão cometidas. Ainda tenho tempo? Sim, agora é para apresentar uma recomendação, era só para ver se tinha tempo útil para isso. Recomendação – Taxas do IMI a vigorar em dois mil e treze. O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) é uma das principais receitas dos municípios. Nos últimos anos, o montante recebido em todo o País aumentou cinquenta e nove por cento, passando de seiscientos e sessenta e sete milhões de euros em dois mil e três, para mais de mil milhões de euros em dois mil e oito. Em dois mil e onze, o IMI arrecadado ultrapassou um vírgula dois milhões de euros. O artigo 112º do Código do IMI, já com as alterações introduzidas pela Lei nº 64-B/2011, que aprovou o Orçamento de Estado de dois mil e doze, dispõe que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos seguintes intervalos: 0.5/% a 0.8%, quanto a prédios urbanos e 0.3% a 0.5% nos prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, devendo tal deliberação ser comunicada até trinta de novembro à Direção Geral dos Impostos. A legislação em vigor já prevê que as taxas fixadas anualmente sejam elevadas ao triplo, nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas. Mas também possibilita a fixação de taxas de IMI por freguesia, podendo deliberar-se uma redução até 20% da taxa a aplicar aos prédios urbanos arrendados, tornando mais atrativa a residência em certas áreas dum concelho. Também mediante deliberação da assembleia municipal, pode ainda majorar-se até 30% a taxa aplicável a prédios urbanos considerados, nos termos da lei, como degradados. Para responder à reconhecida degradação do edificado e à falta de habitação digna para muitas famílias, é importante utilizar todas as possibilidades abertas pelo artigo nº 112 do CIMI para incentivar o arrendamento e a reabilitação do edificado. Impõe-se que o Município de Viseu proceda à identificação dos prédios ou frações autónomas devolutas, degradadas ou em ruínas, a penalizar fiscalmente. Para além da elevação da receita do IMI, trata-se de combater a injustiça fiscal entre quem mantém os imóveis em condições de utilização e outros proprietários que, deixando os prédios ao abandono, não respeitam a finalidade habitacional dos imóveis. Está também a decorrer uma avaliação geral de mais de cinco milhões de prédios urbanos, que aponta para um significativo aumento do valor patrimonial tributário sobre o qual incide a taxa do IMI a fixar por este órgão autárquico. Numa conjuntura económica e social tão grave, em que se verifica o empobrecimento forçado da maior parte da população, deve ser equacionado pelo Município o abaixamento das taxas de IMI. Acresce que, através da Portaria nº 106/2012 de dezoito de abril e a pretexto desta avaliação geral dos prédios urbanos, os municípios ficam privados de 5% da receita de IMI no ano de dois mil e doze. Esta retenção tem sido combatida por inúmeros municípios, porque tal valor é arbitrário e não reflete os custos da reavaliação dos prédios urbanos em cada concelho. Assim, tendo em conta que a deliberação sobre a taxa para cobrança em dois mil e treze deve ser tomada até ao próximo dia trinta de novembro, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida em vinte e nove de junho de dois mil e doze, delibera: Um – Manifestar a sua discordância com a Portaria nº 106/2012 de dezoito de abril, que retira aos municípios 5% da receita do IMI; Dois – Recomendar ao Executivo Municipal que elabore um estudo técnico sobre o impacto nas finanças municipais, entre outras variáveis: a) da fixação da taxa do IMI para dois mil e treze pelos valores máximos (0.8% e 0.5%), médios (0.65% a 0.4%) e mínimos (0.5% e 0.3%); b) da majoração em 30% da taxa de IMI aplicável a prédios urbanos degradados, e c) da redução de 20% da taxa de IMI a aplicar a prédios urbanos arrendados situados nas freguesias do centro da cidade. Muito obrigado. -----
-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado, Senhor Deputado. Duas situações. Em relação à segunda situação, a Mesa irá aplicar a mesma interpretação que sempre fez. Sendo matéria de deliberação desta Assembleia, por proposta do



Executivo Camarário, irão reverter para o Executivo Camarário, as recomendações que o Senhor Deputado aqui trouxe e portanto aquilo que faremos é enviar para a Câmara Municipal, como recomendações e a Câmara Municipal trará a esta Assembleia Municipal as propostas que entender e que serão votadas pelo Executivo Municipal. Em relação à Moção que é apresentada, a interpretação que nós temos, os considerandos não serão votados, aquilo que pode ser votado é o conteúdo, digamos assim, da Moção. E como os dois pontos que aqui estão são de avaliação política e não de recomendação de qualquer tipo de atuação à Câmara Municipal, iremos aceitá-la para efeitos de debate e votação. A única coisa que estará aqui em causa, como não há nenhuma recomendação, é uma avaliação política, que a Assembleia Municipal efetuará e será colocada a votação. Nestes termos, pergunto aos Senhores Deputados se alguém se quer pronunciar sobre os pontos, que são dois, da Moção propriamente dita? Senhor Deputado tem a palavra. -----

-NOVE – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PSD):

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Secretário, Senhora Secretária, Senhor Presidente do Executivo Camarário, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, Caros Membros da Assembleia Municipal, Público presente e Comunicação Social. Relativamente à Moção que é aqui apresentada, eu venho aqui referir que o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, como de costume, faz alguma confusão entre aquilo que são as competências da Assembleia Municipal, que é um órgão deliberativo e aquilo que são as competências do Executivo Camarário, como o próprio nome indica, é um órgão executivo. E as recomendações ou a Moção que é aqui apresentada, relativamente aos Bombeiros Municipais, interferem obviamente com as decisões executivas da Câmara Municipal, interferem certamente, interfeririam certamente com aquilo que está previsto e foi estipulado e foi aqui aprovado, em termos de orçamento para este ano que está a decorrer e por esses motivos o Grupo Parlamentar do PSD irá votar contra a Moção que é aqui apresentada. Obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se mais alguém se pretende pronunciar? Senhor Deputado faça o favor. -----

-DEZ – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Membros da Assembleia, minhas Senhoras, meus Senhores, Senhores da Comunicação Social. Quanto ao conteúdo da Moção propriamente dita, estamos de acordo e votá-la-emos favoravelmente. Quanto aos considerandos da Moção, não nos vamos pronunciar sobre eles, já tínhamos aqui, eu próprio, feito uma avaliação dos problemas existentes nos Bombeiros Municipais, mais sucinta, atendendo até ao facto de que a Câmara tem um memorando com todos esses problemas na sua posse. Não quero, contudo, deixar de reforçar aqui dois ou três pormenores. Primeiro, que a Câmara também dispõe, como sempre dispôs, da voluntariedade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e isso é importante, no conceito ou na programação da ação de proteção civil, que a Câmara tem a obrigação de desencadear. Por outro lado, reforçar a preocupação com os meios humanos, que são insuficientes e com o equipamento pessoal de proteção, que de facto é normalmente desadequado ao tipo de ações que os bombeiros praticam. Muito obrigado. -

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Senhor Deputado tem a palavra. -----

ONZE – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS):

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, digníssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público em geral, boa tarde a todos. A posição do Partido Socialista já ficou aqui bem expressa pelo Deputado Alberto Ascensão. Eu não posso é deixar de vir aqui fazer um comentário e manifestar a minha total incompreensão pela posição que o PSD toma aqui nesta Assembleia Municipal. Quer dizer, dizer-se que uma Moção é muito bem, como diz o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de conteúdo político, é uma intervenção direta nas funções executivas da



Câmara Municipal, é uma questão que não pode deixar, tem que deixar, aliás, completamente em pasmo as pessoas, não só desta Assembleia Municipal, como as que sabem o que aqui acontece, nos últimos anos. A quantidade de moções que nesta Assembleia Municipal foram aprovadas em anos muito recentes, mais concretamente em anos em que o Partido Socialista era Governo, quer dizer, e que não vou estar a maçar a plateia a enumerá-las de tão fastidioso que seria, isto é uma desculpa absolutamente esfarrapada do Partido Social Democrata, para não manifestar aqui o que pensa sobre a situação e a circunstância dos Bombeiros Municipais de Viseu. Muito obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Vicente Figueiredo. -----

-DOZE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PSD):

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas. Rapidamente, para dizer que mais uma vez ficou aqui demonstrado a contradição enorme do Partido Socialista e propriamente no Grupo Parlamentar. Efetivamente não se compreende e nós não compreendemos como é que o Grupo Parlamentar, que concorda com a Moção e diz que vai votar favoravelmente a Moção, mas entretanto tem dúvidas em relação aos considerandos, é coisa que nós não compreendemos. Por outro lado também, a Moção, que me pareceu com muita informação, só faltava mesmo dizer qual era a cor da frota dos bombeiros e matrículas, mas com esta informação toda, nós ficámos com algumas dúvidas e eu pedia esclarecimento ao proponente da Moção, gostava de saber se essa informação foi obtida junto de uma pessoa, de duas, se ouviu o Comandante dos Bombeiros Municipais, para nos trazer essa informação aqui à Assembleia. A posição do PSD continua a mesma, entende que esta Moção não faz sentido e por isso vamos votar contra. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Tenho vários pedidos para segundas intervenções, o que é perfeitamente legítimo, dentro do Ponto. Senhor Deputado tem a palavra. -----

-TREZE – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PSD):

Senhor Presidente, uma vez que estou na sequência da intervenção anterior, peço que me dispense dos cumprimentos. A Moção que é aqui apresentada refere especificamente o reforço dos meios humanos, materiais e financeiros. Ora, se isso não é interferir nas decisões executivas da Câmara Municipal, então o que é que é interferir nessas decisões? Reforço dos meios humanos, materiais e financeiros, portanto nós não vemos aqui nenhuma incoerência, nós analisamos a Moção conforme ela é apresentada, lemos aquilo que está no segundo Ponto da Moção e o que está no segundo Ponto da Moção é precisamente isto que eu acabei de referir e portanto não temos nada a alterar, relativamente à posição que tivemos aqui anteriormente. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. O Senhor Deputado Alberto Ascensão para uma segunda intervenção. -----

-CATORZE – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO

(PS): Peço que me dispensem dos cumprimentos habituais para ser mais célere. Eu não tenho dúvidas, só quero esclarecer que não tenho dúvidas quanto aos considerandos aqui apresentados pelo proponente da Moção. Eu não tenho dúvidas nenhuma, eu só disse é que os considerandos, não os ia apreciar, porque já antes tinha explanado aqui a nossa posição. E também disse que tudo aquilo que nós pensamos consta do memorando que foi entregue pela Associação Nacional de Bombeiros Portugueses e pelo Sindicato Nacional de Bombeiros Portugueses à Câmara Municipal, salvo erro, em dez de maio. Só por isso, nós não temos dúvidas só não queremos apreciar, porque já o tinha feito antes, já tinha feito, digamos, a avaliação dos bombeiros, antes da Moção ser apresentada. Muito obrigado. ----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Deputado Carlos Vieira para prestar os esclarecimentos. Recordo só que tem três minutos. -----

-QUINZE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO



RODRIGUES (BE): Senhor Presidente da Mesa e restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Público, Comunicação Social, e funcionários presentes. É assim, a cor, Senhor Deputado, é vermelha. Não sabia? É vermelha. Já agora, permita-me também que o esclareça que falámos com, a pedido deles, com a Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais também falámos com o Sindicato Nacional de Bombeiros Portugueses, com vários elementos da Corporação dos Bombeiros Municipais e de resto, já, não posso precisar agora, mas foi há dois ou três anos o Senhor Vereador Américo Nunes, acho que estava lá, tivemos uma reunião com o Comandante dos Bombeiros, com a Direção, foi nas eleições exatamente, foi antes das eleições, lamentavelmente a situação era a mesma, os problemas com que hoje os Bombeiros Municipais se defrontam, era exatamente a mesma. Portanto, nada foi feito pelo Executivo Municipal para resolver os problemas, pelo contrário, eles têm-se agravado, ao ponto de uma viatura, a melhor viatura desta corporação, estar há meio ano inoperacional, isso é referido na Moção, ao ponto de irem elementos insuficientes para um desencarceramento. Houve bombeiros que nos disseram que até tinham medo, porque se houvesse um acidente mais grave, eles não tinham hipótese nenhuma, porque um desencarceramento tem que ser rápido e eficaz. Se em vez de uma pessoa, estiverem duas, podem morrer ali e isto é grave, não estamos a falar e os Senhores Deputados pensem bem antes de votar, porque não estamos a falar de repintar a cor das viaturas, não estamos a falar disso, estamos a falar de vidas humanas e de bens dos munícipes deste concelho. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito bem. Vamos então passar à votação. Ah, o Senhor Deputado quer-se pronunciar, faça favor, desculpe, não tinha visto. Tem três minutos, Senhor Deputado. -----

-DEZASSEIS – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS): Não gasto tanto. Obrigado Senhor Presidente. Mais uma vez boa tarde a todos. Oh Senhor Deputado, desculpe lá, mas eu tenho que vir aqui dizer-lhe isto. Quando uma Moção é apresentada nesta Assembleia para a construção da autoestrada Viseu/Coimbra, não estamos a falar de recursos financeiros ou de meios humanos. Quando uma Moção é apresentada a esta Assembleia para o não encerramento de uma Repartição de Finanças, não estamos a falar de recursos humanos, não estamos a falar de meios financeiros. Quando estas Moções são apresentadas, ainda por cima, nesta Assembleia Municipal, mas que são dirigidas a órgãos executivos, até nacionais, o que é que lhe parece fazer mais sentido? Aprovar aqui Moções que têm a ver com este Executivo Camarário, com este Executivo Municipal, ou Moções que até nem têm a ver com nenhum órgão executivo deste concelho? Portanto, acho que fica mais do que clarificado e mais do que demonstrado o facto da argumentação do PSD para não votar esta Moção, é e volto a dizer, esfarrapada. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado, Senhor Deputado. Vamos passar então à votação. *Foi rejeitada, com quarenta e cinco votos contra, doze a favor e treze abstenções.* Dou agora a palavra ao Senhor Deputado António Vicente Figueiredo no uso da palavra no Período Antes da Ordem do Dia. -----

-DEZASSETTE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PSD): Muito obrigado Senhor Presidente. Cumprimento a Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Membros da Comunicação Social. Eu na verdade não tinha nenhuma intervenção preparada, mas entretanto fiquei a aguardar que alguém apresentasse aqui alguma coisa do que foi notícia durante esta semana. Esperei até agora que alguém o fizesse, como ninguém o fez, atrevi-me eu a vir falar exatamente do que foi notícia na Comunicação Social, que tem a ver com a atribuição de um prémio, se assim podemos dizer, à Câmara Municipal de Viseu, que é considerada, em termos de qualidade de vida, como a décima cidade, a nível internacional e a melhor a nível nacional. Esta classificação foi resultado de um estudo que foi realizado entre setembro e novembro do ano passado, foi a DECO, a Associação de Defesa do



Consumidor, que realizou este estudo através de uma amostra representativa da população nacional, quer no continente, quer nas ilhas, contemplando as Capitais de Distrito e por alguns elementos indicadores, como sejam o sistema viário, a limpeza dos passeios, os espaços verdes, as ciclovias e depois também a situação do comércio e dos serviços, levou a que a população que foi ouvida se sentisse satisfeita e até orgulhosa, exatamente por viver numa cidade como Viseu. Estou a recordar que já em dois mil e sete, há cinco anos atrás, a mesma Instituição atribuiu idêntico prémio ao Município de Viseu, à cidade de Viseu e na altura questionou-se, algumas pessoas desvalorizaram o prémio, dizendo que foi atribuído por uma Instituição, com base nalguns fundamentos, ou com base nalguns dados recolhidos, mas que seriam sempre dados subjetivos. Desta vez estamos a falar de uma população que foi inquirida e que permitiu que Viseu fosse colocada então como a primeira cidade a nível nacional, repito, em condições de qualidade. Só para termos também uma ideia, a quem porventura não leu a notícia, ou a quem a notícia escapou, dizer-vos que Lisboa, capital do País, é a segunda com pior qualidade de vida e a nível internacional está colocada na octogésima segunda posição. Isto diz alguma coisa e para quem tem ainda criada alguma dúvida sobre a qualidade do ar que se respira em Viseu, sobre as questões do ambiente em Viseu, as questões do desporto, da cultura, é bom que desta vez reflitam que efetivamente os cidadãos que foram inquiridos e foram muitos, estão satisfeitos com esta cidade. Relativamente ao comércio, também para aqueles que já fizeram o velório ao comércio tradicional, dizer-vos que na avaliação “comércio e serviços”, recolheu oitenta pontos em cem possíveis. Isto diz tudo. E também dizer que a responsabilidade da Câmara, no que diz respeito ao comércio tradicional, é uma responsabilidade assumida de diálogo com os comerciantes. Há um esforço bastante grande da parte dos comerciantes para melhorarem a sua atividade, para dinamizarem também o comércio e isso agora é visível, exatamente na satisfação dos inquiridos. Isto para dizer que os cidadãos que foram inquiridos reconheceram que vivem numa cidade com qualidade de vida, orgulham-se dos resultados, tive o cuidado de verificar alguns comentários que foram colocados na Internet, depois das notícias veiculadas em quase todos os órgãos da comunicação social e também nos órgãos da comunicação local e esperamos nós que os Membros desta Assembleia Municipal, que têm responsabilidades também e foram eleitos para defenderem os interesses dos munícipes, que reconhecem também este esforço do Município. Nesta sequência, eu proponha um Voto de Louvor ao Executivo Camarário, pelo esforço, pelos resultados obtidos no desenvolvimento do nosso concelho e também pela criação de condições que fizeram de Viseu uma cidade com qualidade de vida, que é reconhecida internacionalmente neste estudo que agora foi publicado. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado, Senhor Deputado. Antes de dar a palavra para o debate deste Voto que aqui é proposto, eu também gostava de, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, saudar todas as viseenses e os viseenses, de facto por este galardão, aliás, estava numa reunião com o Senhor Presidente da Câmara quando tive o grato privilégio de saber em primeira mão, pela sua voz, que Viseu acabava de ganhar este prémio de melhor cidade para viver. Queria felicitá-lo pelo trabalho que tem desenvolvido e de facto o orgulho que isto traz para todos os viseenses e através da sua pessoa, felicitar todos os viseenses pela autoestima que também denotam ter na resposta a este mesmo questionário. Dava agora a palavra a quem pretender participar na discussão deste Voto de Louvor. Não tenho nenhuma inscrição. Afinal tenho. Senhor Deputado tem a palavra. -----

-DEZOITO – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS): Muito boa tarde a todos, mais uma vez. As minhas palavras vão ser bem pensadas, para na minha esperança de que sejam ainda melhor interpretadas, porque às vezes nesta Assembleia Municipal corre-se vezes demais, do meu ponto de vista, ou incorrem-se em erros de interpretação, que não são favoráveis a nada nem a ninguém, nem a esta Assembleia, nem aos viseenses. Portanto, o que o Partido Socialista aqui gostava aqui de



dizer, em primeiro lugar, é que fica naturalmente satisfeito com, eu não lhe chamaria um estudo, chamar-lhe-ia um inquérito, porque é o que é, porque se trata de inquirir pessoas, várias cidades, vários países, mas que revela uma coisa, uma autoestima viseense em alta e isso é bom e isso o Partido Socialista também evidentemente regista com agrado. O que este estudo revela, ou o que este inquérito revela, para lhe chamar, nas palavras do Senhor Deputado, as minhas, como digo, chamar-lhe-ia mais depressa um inquérito e também desfazer aqui, tanto quanto sei, tanto quanto li, não houve a atribuição propriamente de prémios, não estamos aqui a falar de receber prémios e se calhar, mais uma vez, porque precisamente se trata de um inquérito. Bom, mas vamos ao essencial, o essencial é dizer que há um conjunto de infraestruturas, um conjunto de equipamentos em Viseu, que efetivamente proporcionam uma boa qualidade de vida. Não há nenhum Deputado nesta Assembleia Municipal, julgo e já aqui estou há uns anos, que questione a qualidade de vida em Viseu, vivemos, cá sabemos o que temos. Já várias vezes aqui disse, o Partido Socialista e eu próprio também já o disse, que os outros não ficaram todos lá para trás, em Castelo Branco também há boa qualidade de vida, em Vila Real também, porque muitas das vezes, o Partido Social Democrata e o Executivo já aqui várias vezes tentou demonstrar, enfim, não é tentar demonstrar, já aqui o afirmou, no sentido de que parecia que Viseu era um oásis num completo deserto e não é exatamente assim. Quer dizer, nós evoluímos, é verdade e as outras cidades, de dimensão parecida com a nossa, também fizeram a sua evolução e também têm níveis de qualidade de vida que são muito satisfatórios, muito aceitáveis e muito bons até, nalguns casos. Agora, o que este inquérito também fala e também dá nota é das preocupações que os viseenses têm em relação, por exemplo, ao emprego, isso também lá está e portanto, mais uma vez, está aqui confirmado o que o Partido Socialista tem vindo a dizer muitas vezes nesta Assembleia Municipal, que é a manifestação das preocupações quer tem, relativamente às oportunidades que, no nosso entender, hoje, infelizmente não estão criadas no concelho de Viseu. Já aqui temos vindo a dizer, várias vezes também, da preocupação que temos, não é pela industrialização, é pela desindustrialização do concelho. Já aqui viemos várias vezes também dizer que nos preocupa e achamos e entendemos que devia ser uma grande preocupação deste Executivo Municipal a promoção de políticas que visassem precisamente o crescimento económico, a instalação de indústrias, no fundo, a criação de emprego. Falar-se na indústria, falar-se em emprego, também obviamente temos que falar de comércio e não podemos deixar também de lamentar que o PSD, pela voz do Deputado António Vicente, aqui venha falar de índices de satisfação de oitenta em cem, enfim, de comércio e serviços e eu admito que este índice não revela uma coisa, porque isso está à vista de toda a gente, quer dizer, era preciso querer, não era meter um bocadinho de areia nos olhos das pessoas, era um camião inteiro pelos olhos de qualquer dos presentes nesta Assembleia. Basta passear no centro histórico, basta ir à Rua Direita, para nós percebermos o que é o atrofio do comércio tradicional, não é agora, com base nestes dados, neste inquérito, estudo, o que lhe queiram chamar e que mais uma vez apelo à interpretação exata das minhas palavras, das palavras do Partido Socialista, que não são evidentemente deixar isto mal, isto é bom para qualquer viseense e é assim que nós também entendemos. É simpático as pessoas considerarem que Viseu é uma cidade com qualidade de vida, onde gostam de viver. E nós também cá gostamos de viver, por isso cá vivemos e nós também não estamos contra tudo o que o Executivo Municipal faz e temo-lo dito aqui várias vezes nesta Assembleia. E era bom que esta Assembleia, até para começar a atrair cada vez mais pessoas à coisa pública e à política, começasse a dar exemplos de que isto não é o jogo do Sporting contra o Benfica, uns são os bons e os outros são os maus. Aqui nesta Assembleia, se nós dermos exemplos de superioridade intelectual a discutir alguns temas, que eu peço desculpa, mas que não foram dados ainda há pouco, quando o PSD se recusou a votar uma Moção apresentada, que tem, é claro e evidente que tem a ver com o Executivo Municipal, é evidente que tem a ver com um problema da cidade e do concelho e isso de facto não estamos a dar um bom exemplo. Portanto, o bom exemplo é



nós entendermo-nos, tolerarmo-nos, nas posições diferentes que temos. O Partido Socialista concorda com muito do que está feito, discorda em absoluto dalgumas políticas, nomeadamente de políticas fiscais, políticas de urbanização, políticas de falta de criação de oportunidades para os jovens, que infelizmente não se estão a fixar no nosso concelho, porque não têm as oportunidades de emprego e esta é, para nós, uma evidencia. O que não quer dizer e termino Senhor Presidente, dizendo que este inquérito nos deixa também satisfeitos, naturalmente enquanto viseenses. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado, Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

-DEZANOVE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO

RODRIGUES (BE): Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Comunicação Social, Público, e funcionários. Naturalmente que é sempre bom ver a autoestima dos viseenses a subir. De qualquer modo, como disse o João Paulo Rebelo, isto trata-se de um inquérito, semelhante a um que já foi feito há uns anos, que já foi referido e que eu na altura tive a oportunidade de o ler melhor do que este, que praticamente só vi aquilo que saiu no jornal e assim em diagonal, mas desmistifiquei na altura esse inquérito, por vícios de forma, de interpretação, porque, reparem, os índios da Amazônia são mais felizes do que os noruegueses, que são conhecidos como um dos povos mais ricos e com melhor qualidade de vida e, no entanto, os noruegueses suicidam-se muito mais. E os índios da Amazônia não têm centros comerciais, nem infraestruturas rodoviárias como nós temos. Portanto, isto é só para, quando se fala em qualidade de vida, normalmente, até há pouco tempo, a gente quando falava em qualidade de vida, ou em desenvolvimento, falava no PIB. Felizmente que já há uns anos a esta parte, começa-se a falar mais em qualidade de vida e começa-se a falar em desenvolvimento, relativamente a outras condicionantes, que estão refletidos neste inquérito, que são os espaços verdes, as acessibilidades, etc. De qualquer modo, a DECO, por exemplo, referiu o comércio tradicional, mas a DECO, por acaso eu era sócio da DECO, mas devo dizer que desisti já há alguns anos, porque a DECO é uma associação, não, não é por isso, é que a DECO é uma associação dos consumidores, mais antigas do comércio tradicional que há. Aliás, eles defendem a liberalização de horários, é a única das três associações de defesa dos consumidores, é a única que os defende e um dia, num debate com a Presidente da Associação dos Comerciantes do Porto, ela até perguntou se a DECO estava aberta aos sábados e domingos. E não estava. Mas querem que os comerciantes estejam abertos. Portanto, tudo é relativo. Por outro lado, nós já tivemos a oportunidade de criticar este Executivo por cercar a cidade de Viseu de grandes superfícies, temos cá praticamente todas as insígnias comerciais, de hipermercados e o Senhor Presidente da Câmara sempre disse: “Ah, teve que ser, porque tínhamos um e era o mais caro do País”. Agora a própria DECO faz um estudo e diz que temo-los todos e são os mais caros do País. E a verdade é que o pequeno comércio está a soçobrar e não é só por causa da crise, não é só por causa desta crise que tem vindo a soçobrar. Por outro lado, eu lembro-me de um estudo, da Escola Superior de Educação do Porto, que perguntava às pessoas qual era, qual tinha sido o ultimo ato cultural em que tinham participado, é uma pergunta daquelas de cruzinha e acho que setenta ou oitenta por cento respondeu: “passear no centro comercial”. As pessoas estavam a ser sinceras. Não vão ao teatro, não vão ao cinema, já não têm possibilidades e passear no centro comercial fazia-as felizes. Bem, os espaços verdes, basta ver e eu já falei nisso aqui, os vídeos de propaganda da Câmara na Feira de S. Mateus, espaços verdes são rotundas e separadores radiais. A cidade cresceu nestes últimos vinte anos, dez por cento, como o Senhor Presidente diz, mas a verdade é que não nasceram mais jardins. Agora parece que nasceu um semiprivado, ali ao pé do Montebelo, não sei, mas a verdade é que não nasceram mais, pelo contrário, destruiu-se o Jardim da Ribeira, como eu já tenho referido. Claro que as pessoas preferem passear nas radiais, a engolir CO2, do que fazer até mais exercício, mais saudável até para o coração, subir e



descer as calçadas do centro histórico. O Parque Linear do Pavia, eu já o disse, foi a única obra decente do Programa Polis, que foi um desperdício completo de fundos comunitários, enterrados no Túnel do Viriato, enterrados naquela eira da Praça de S. Mateus, na Feira. (O Senhor Presidente da Mesa interrompe: Senhor Deputado, acho que era melhor discutirmos a Moção que está a ser debatida). Estou a discutir o urbanismo, estou a discutir a qualidade de vida nesta cidade, Senhor Presidente, desculpe lá, não seja tendencioso. De resto, a infraestrutura rodoviária também não parece que seja, para mim não é melhoria de qualidade de vida, as pessoas, quando pergunto, já tenho perguntado: Qual é a obra decente, importante, do Senhor Presidente da Câmara, durante estes vinte anos? E as pessoas dizem-me: As entradas na cidade. Aquilo é um céu aberto, a gente, quatro faixas, aquilo por acaso nalguns lados, em Abraveses, aquilo quase que não passa um carrinho de bebés nos passeios, mas de facto os carros assim à vontade. Mas isso, para mim, não é desenvolvimento, porque nós já propusemos aqui, o Bloco de Esquerda, já há muitos anos, aliás, que desenvolvimento era, pelo contrário, era criar condições e de resto há um estudo, o Senhor Presidente lembra-se da recomendação, se calhar arrumou-a numa gaveta e nunca mais a viu, a recomendação que o Bloco de Esquerda apresentou aqui sobre a segurança para peões e ciclistas. Fique sabendo que menos de um ano depois, o Parlamento Europeu aprovou uma recomendação à Comissão Europeia para legislar no sentido da velocidade máxima nos centros urbanos, que não tenham ciclovias, ser de trinta quilómetros por hora. Pronto, isso podia ser feito no centro histórico, isso é que dava qualidade de vida e até no Rossio, onde o Senhor começou por pôr tudo ao mesmo piso e depois põe lá umas passadeiras perigosas. O Senhor disse ao Jornal de Notícias que não havia passadeiras mal colocadas e perigosas e há, há acidentes e o Jornal de Notícias disse, com dados da PSP, que setenta por cento dos acidentes de peões no concelho de Viseu se dão dentro das passadeiras e isso também, a segurança dos peões e dos ciclista contribui para a qualidade de vida. E é por estas e por outras, que eu estou farto, exaustivamente, de trazer aqui à colação, que o Bloco de Esquerda não pode fazer mais, enfim, do que abster-se. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado, Senhor Deputado. Vou então pôr à votação. Desculpem, o Senhor Deputado Paulo Pereira tem a palavra. Afinal ainda tinha duas inscrições. -----

-VINTE – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PSD): Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente do Executivo, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Membros, Público presente. Eu venho aqui porque também quero exercer o meu direito de ficar pasmado, porque realmente, o Grupo Parlamentar do PS fica muito incomodado com as interpretações que os outros fazem de diversos aspetos que estão em discussão. Mas fazem sempre, também eles, a sua interpretação, conforme querem e conforme lhes apetece e depois não admitem que ninguém fique incomodado com a interpretação que eles fazem. Portanto, este primeiro aspeto, que me permite vir aqui exprimir o meu pasmo também. Em segundo lugar, importa esclarecer uma coisa, estes resultados que são aqui apresentados e que definiram, caracterizaram a cidade de Viseu, o concelho de Viseu, como o concelho com melhor qualidade de vida em Portugal, são resultados que são apresentados no âmbito dum estudo internacional realizado em cinco países, promovido por associações de consumidores, é certo, de Portugal, de Espanha, de Itália, da Bélgica e do Brasil. É um estudo. O inquérito, ou questionário que foi aplicado, é um instrumento que é utilizado no âmbito de um estudo. É um estudo, é uma investigação, chame-se o que se quiser, agora, não é um inquérito. O inquérito é algo que é utilizado no âmbito do estudo. Os resultados do inquérito são depois trabalhados e dão origem a um estudo, a uma investigação. Aliás, é referido pela própria associação de consumidores, quando caracteriza o trabalho que foi desenvolvido, que os resultados foram ponderados, nem todos os itens avaliados têm o mesmo peso. E foram ponderados de acordo com a opinião dos próprios respondentes. Não foram respondentes de Viseu, nem de Portugal, foram respondentes de Portugal, de



Espanha, de Itália, da Bélgica e do Brasil. E depois a ponderação desses resultados, originou uma classificação final, que numa escala de zero a cem, dá para Viseu uma classificação global de sessenta e quatro, que a colocou como a melhor cidade, em termos de qualidade de vida, em Portugal. E posicionada no décimo lugar, em termos de classificação internacional, em cento e vinte e quatro cidades. Apenas é ultrapassada por sete cidades da Bélgica e duas cidades de Espanha. E portanto importa realçar, realmente esclarecer e elucidar as pessoas, relativamente às dúvidas que aqui trazem. Resta-me apenas concluir, eu como viseense, independentemente de ser do PSD ou doutro Partido qualquer, quando vejo os resultados dum estudo a colocarem a minha cidade como aquela que tem mais qualidade de vida em Portugal, obviamente que não posso deixar de ficar satisfeito. Fico satisfeito, obviamente que fico satisfeito, por todos os que contribuíram para estes resultados. A Câmara Municipal não contribuiu para estes resultados? Contribuiu certamente e eu fico satisfeito com isso. Além disso, este não é o primeiro estudo, é um segundo estudo em que coloca exatamente Viseu na mesma posição. Portanto, não podemos deixar de ficar satisfeitos. E relativamente àquilo que foi aqui apresentado, que é o Voto de Louvor relativo ao resultado obtido, não compreendo como é que alguém pode colocar resistências, ou reticências, perdão, a esse Voto. Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado, Senhor Deputado. A última inscrição que tenho, antes de dar a palavra também ao Senhor Presidente da Câmara, que quer participar neste debate, é o Senhor Deputado Pedro Baila Antunes. ----

-VINTE E UM – O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu e restante Mesa, Exmo. Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Exmos. Colegas, Exmo. Público presente e Exmos. Senhores Jornalistas. Eu, como viseense, nascido no centro da cidade e a viver numa freguesia rural, sinto-me extremamente orgulhoso pelo prémio, peço desculpa não é prémio, mas por este inquérito realizado e os resultados obtidos pela minha cidade. E de facto era expectável, diria, considerando as variáveis atendidas no inquérito, era relativamente expectável, aliás, como decorre dalgumas intervenções que eu aqui tenho tido. Eu, por exemplo, pessoalmente, já aqui disse várias vezes que gosto de viver em Viseu, reconheço os espaços verdes, os passeios, a limpeza da cidade e outras diferentes variáveis que estão patentes no estudo. Mas quero aqui alertar, no fundo, os viseenses, por este canal, que não fiquemos inebriados e até quero dirigir-me ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara, faltando ainda algum tempo para encerrar o seu percurso nesta cidade, que de facto, em termos desta variáveis que, eu diria, desculpe-me o termo, não é enfático, mas é mesmo assim, epidérmicas, nós damos cartas e está aqui um carimbo. Agora vamos ver as questões do âmago do desenvolvimento, porque isto da qualidade de vida, ainda para mais com estas variáveis, como eu lhe chamei, não é uma medida do desenvolvimento, porque se não, teríamos de atender a três pecados, eu numa determinada situação já utilizei esta expressão, três pecados que, relativamente ao desenvolvimento, de facto têm sido cometidos pela presente autarquia, nomeadamente, será que há e eu já várias vezes aqui referi estes aspetos, o “modelo” de desenvolvimento implementado atende realmente às atividades económicas, à geração de riqueza, ao emprego e outros aspetos associados? Será que de facto isso acontece? Já falei várias vezes da marca “Viseu”, ou se quisermos, de outras nomeações para isso. Segundo, o crescimento de Viseu e o desenvolvimento baseou-se muito na construção civil, como sabemos e no coroamento da cidade, à volta da cidade, muito bem, atendendo a direitos de preferência já vindos do tempo do Doutor Engrácia Carrilho, mas isso à custa também do esvaziamento do centro histórico, que escuso aqui de discorrer sobre isso, já tem sido enfaticamente referido aqui. Será que este desenvolvimento e esta inquirição, perguntando às pessoas por outro tipo de cultura que não é patente em Viseu? Para além da cultura popular e muito bem, as tradições e n eventos em que a Câmara de Viseu até dá cartas, tradições populares, etc., muito bem. Será que há alguma cultura



humanista, virada para as pessoas dentro de um determinado prisma mais erudito, as artes e a criatividade? Será? Enfim, estes são três pecados mortais relativamente ao desenvolvimento que às vezes se pode confundir e relativamente à atribuição deste prémio, mas mesmo relativamente à qualidade de vida há algo que periga de sobremaneira este epíteto, que é a questão que eu já aqui foquei várias vezes, que não está resolvida, Senhor Presidente, que é a questão, que é uma questão de primeira geração de qualidade de vida, que é o tratamento das águas residuais, que é o tratamento de esgotos, que incrivelmente, eu gostava de saber se as pessoas que responderam a este inquérito, se respondessem ao inquérito sobre o Pontão da Medronhosa, ali a jusante da ETAR de S. Salvador, dariam as mesmas respostas. Não. Porque pensavam que estavam num País do terceiro mundo, sem tratamento de águas residuais, contrariamente aos quase, à maioria dos quatrocentos e tal concelhos deste País. Nós somos dos últimos, tudo bem, preferiram-se gastar os cinquenta milhões que agora se vão gastar, finalmente, se é que vão gastar, porque era bom, o Senhor Presidente já não vai inaugurar, mas era bom que ao menos metesse a primeira pedra, para resolver de vez, porque esta questão deita por terra a questão da qualidade de vida e o ambiente em Viseu. Porque a questão básica, imediata, é o tratamento de esgotos e aí falhámos redondamente. Portanto, fiquemos contentes e eu congratulo-me muito, eu vivo muito Viseu e congratulo-me muito por este prémio, fico cheio de orgulho e concordo inteiramente com este prémio. Estou a dizer "prémio", enfim, mas tenho pena que o âmago do desenvolvimento tenha sido esquecido em grande parte por esta autarquia e ainda tem tempo para emendar algumas das coisas e espero bem que o faça. É só. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado, Senhor Deputado. Eu fiz aqui uma confusão, de facto o Senhor Deputado Pedro Ruas também tinha pedido para intervir e depois o Doutor Fernando Ruas, Presidente da Câmara, iria também intervir. --

-VINTE E DOIS – O SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD): Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, respetiva Vereação, Exmos. Colegas. Em primeiro lugar, era só para congratular-me com o facto de Viseu, não digo ter sido premiado, mas ter sido referenciada como uma cidade que de facto tem qualidade de vida. Estou seguro que se fosse noutra cidade aqui bem perto, este estudo com certeza que, se calhar, muita gente iria aplaudir, mas como foi em Viseu, é complicado. Eu sou daqueles que acham que este prémio é para os viseenses, para o Presidente da Câmara, para toda a sociedade viseense, para os empresários, para toda a gente, para todas as forças vivas e citando o nosso Presidente da Câmara: "o nosso Partido deve ser Viseu". E não deve ser visto com uns óculos especiais, porque às vezes os óculos especiais deturpam-nos a vista e portanto é preciso ter alguma atenção. Mas não é isso que me traz aqui, era no sentido de esclarecer, questionar aqui o nosso companheiro Vicente, se porventura Viseu é a Capital de Distrito que regista a mais alta taxa de desemprego? Se porventura Viseu também é a cidade que tem a mais elevada taxa fiscal? Eu gostaria que me esclarecesse isso e mais uma vez congratular-me com este reconhecimento para Viseu, tenho a certeza que se fosse em Mangualde, onde até uma Deputada desta Câmara já teve a oportunidade de dizer que está muito mais evoluída que Viseu, tenho a certeza que se esse prémio fosse para Mangualde, estaria aqui muito mais gente contente. Mas é assim, Viseu teve este prémio, não vou analisar, não sou nenhum especialista em estudos, sei que os estudos passam por inquéritos, passam por entrevistas no aspeto qualitativo, mas é assim. E deixar aqui também só uma nota, isto parece uma sensação de "déjà vu", porque eu já no passado, quando foi a primeira vez, vi precisamente o mesmo discurso por parte do Partido Socialista, tenho pena, mas assim continuarão no bom caminho para dar uma maioria inequívoca ao PSD. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Antes de colocar à votação, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para se pronunciar também sobre esta matéria. -----

-VINTE E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito boa tarde. Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Caros Deputados Municipais,



Senhores Presidentes de Junta. Eu queria apenas fazer uma referência em relação a este estudo, porque em relação ao resto dos assuntos vou-lhe também fazer, naturalmente comentar aquilo que me foi colocado. Mas eu fico incomodado com este incómodo dos Partidos da Oposição, sempre que alguma coisa é favorável a Viseu. Eu até gostava de perguntar se, por acaso, estivesse na associação de Lisboa, como é que ia ser a reação aqui? Já nem havia Marchas Populares de certeza absoluta. Bem tinha razão o John Kennedy quando dizia que *"as vitórias de facto têm mil pais, mas as derrotas são órfãs"*. Aqui estamos sempre a encontrar maneira, eu fico espantado com um Professor do Ensino Superior vir dizer, onde é que está o modelo de desenvolvimento, com um aspeto de cátedra, como aliás fica bem. Então, mas quer mais modelo de desenvolvimento do que uma coisa que trata, repare, habitação, saúde, educação, mobilidade, paisagem urbana, emprego, meio ambiente, segurança e criminalidade, cultura e lazer, planeamento e gestão municipal? Faltou aqui alguma coisa para o modelo de desenvolvimento? Com diabo, eu já fiz a faculdade há muitos anos, mas meu Deus, está aqui tudo e não vale a pena assumir este papel doutoral. Eu acho que o mais importante e de facto foi dito aqui, na última intervenção do Pedro Ruas, isto é uma vitória dos viseenses e por isso a Câmara a que eu presido, que tem uma quota-parte naturalmente, não tem toda a responsabilidade, como se viéssemos em último também não teria. Eu lhes vou agradecer, vou-lhes agradecer de forma formal, a todas as Instituições que contribuíram para isto. Portanto, esta é uma vitória dos viseenses, pela segunda vez e não me venham dizer que é, naturalmente não tem aqui, como foi dito, bem, pôs-se aqui o problema do emprego. Sim, o problema do emprego, isto dá credibilidade ao estudo, os viseenses estão desapontados com o emprego, dizem que tem apenas trinta e oito em cem, que a situação é boa. Nós registamos isto, mas dizem que é pior em Braga, dizem que é pior em Coimbra, dizem que é pior na Guarda, dizem isto também. Isto significa o quê? Quando se vem para aqui dizer, como constantemente se disse, que Viseu era campeã no desemprego, ou na taxa de desemprego, não é verdade. Aliás, tenho aqui mil e um apontamentos e nomeadamente também as declarações da Senhora Presidente do Centro de Emprego exatamente a dizer isso mesmo, que Viseu não é a cidade onde há mais desemprego. Eu gostaria de vos dizer, fui chamado à atenção do seguinte, eu não sei em que posição vem Coimbra, leram a proposta hoje do artigo das Beiras? As Beiras vêm fazer um artigo bastante elogioso à posição de Coimbra, que tem na saúde, não sei quantos mais. Bem, aqui estamos aflitos para dizer alguma coisa em relação a Viseu. E depois o João Paulo veio aqui dizer uma coisa muito interessante, eu percebi, cuidado, não interpretem mal, mas é só equipamentos. Cuidado que Viseu, então algum de nós duvida que é dos equipamentos? Então a melhor pontuação foi na gestão e planeamento? Então isso é o quê? Isso não é equipamentos também? É cimento e areia e betão? É gestão. Aquela gestão que vocês aqui criticam constantemente. É isso que os viseenses acham, claro, é isso que os viseenses acham que é a melhor gestão. E já agora uma outra coisa, em termos de gestão e de património municipal ficamos apenas a um ponto da cidade que ganhou internacionalmente, o que me agrada sobremaneira. Já agora outra coisa para se ver a qualidade do estudo, não são os índios da Amazônia, é a conceção que as pessoas têm das suas cidades, porque quem conhece um pouco a realidade brasileira sabe que Curitiba é a melhor cidade brasileira, lá vem no estudo como a melhor cidade brasileira. Portanto, não se enganaram as pessoas, até podem desistir todas de serem sócios da DECO. Se a DECO for de esquerda, é tudo sócio, se for mais isenta, já não são. Quando o Benfica perde, também é assim, mas pronto, isto agora é o que é. Já agora, queria agradecer ao Deputado Paulo Pereira por ter esclarecido corretamente a situação entre estudo e inquérito. Depois, outra coisa que ninguém referiu, nós estamos no segundo estudo. E depois disse-se aqui, então e Castelo Branco também não andou? Claro. Se alguém já fez referências, lá em Castelo Branco, da melhoria da qualidade de vida fui eu, várias vezes, só que há uma coisa que tenho que reconhecer, nós melhorámos relativamente a nossa posição, passámos de décimo sétimo para décimo, da outra vez eram quatro países a ser avaliados, desta vez são cinco e Castelo Branco perdeu pontuação em



termos de classificação nacional, foi ultrapassada, quer pelo Funchal, por Ponta Delgada e por Angra do Heroísmo. Portanto está aqui a evolução, isto vale o que vale naturalmente, só que desmonta muitas das coisas que os Senhores andaram para aqui a dizer e o que eu tenho a dizer é, podem-me dizer, mas não fiquem inebriados, não tenha medo, não fico inebriado com estas coisas, também não é ao fim das minhas funções de gestão municipal que fico inebriado. Agora, também não vou ficar triste e não vou concordar com quem na autoestrada vai ao contrário, os Senhores entraram na autoestrada ao contrário, estão no lado errado. Então e querem que a gente copie? Não. Porque os Senhores estampam-se constantemente. Escolheram o lado errado da via e agora, paciência. Agora não nos venham dizer que vamos mudar de política, a política só muda, como na autoestrada, para quem vai na direção errada. Então quem é que atesta isto? São vocês? Eu peço desculpa, quer se queira, quer não, é gente mais desinteressada, é gente com créditos firmados e nós temos todos e os viseenses também têm muito mais confiança na DECO, do que têm nos analistas locais, têm que se conformar com isto. Depois, uma coisa que eu nem percebi, só pela forma bombástica do termo, variáveis epidérmicas. Eu peço desculpa, Senhor Deputado, sabe o que me fez lembrar? Uma jovem da minha aldeia, aqui há uns anos, foi para Lisboa, ouviu palavras que ela não conhecia e quando regressou à aldeia, a primeira coisa que disse quando lhe perguntaram se gostava de Lisboa, ela disse: “Gosto, Lisboa é muito mais portátil”. Foi o que lhe ocorreu, nunca tinha ouvido falar em portátil. Variáveis epidérmicas, mas o que é que é isto? Variáveis epidérmicas? São bem internas, bem substantivas as variáveis que estão aqui em causa. São epidérmicas? São subjetivas? São variáveis que não valem nada? Por amor de Deus, então estamos a falar de quê? Está aqui alguma coisa no modelo económico, no modelo de desenvolvimento, que não esteja aqui contido? Então que variáveis epidérmicas é que são estas? Se diz isso numa aula os alunos pensam que epidérmicos são os intestinos. Os intestinos estão cá dentro, epidérmica é aqui, na pele. Por amor de Deus, isto não são variáveis à superfície, são variáveis bem intensas. Já agora, outra coisa que se fartou aqui de falar e deu-me agora a ideia, já tem uma resposta objetiva. Andou sempre a perguntar, Viseu não tem uma marca. Quer a marca de Viseu? A melhor cidade portuguesa para viver. Não lhe serve? Ah, pronto. Mas não posso fazer mais nada. Mas tem aqui um bom título: “Viseu, a melhor cidade portuguesa para viver”. E pronto. Senhor Presidente, é só isto que tenho a comentar. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Vou pôr então à votação o Voto de Louvor. *Foi aprovado, com cinquenta e um votos a favor, zero votos contra e doze abstenções.* Senhor Presidente tem a palavra para o comentário final ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

-VINTE E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado, Senhor Presidente. Também muito rápido, aliás, gostaria de deixar aqui uma constatação. O Presidente da Câmara, que devia ter muito tempo para falar, acho que no conjunto há de falar menos vezes do que alguns dos Senhores Deputados, o que também não é mau, mas não me dou mal com isso. Eu gostaria de me associar aos Votos de Louvor em relação às Cavalhadas, quer às de Teivas, quer às Cavalhadas de Vildemoinhos e tive a sorte deste ano ver as duas e de facto elas trazem à cidade imensa gente. Também confesso que não sou muito bom a analisar o número de pessoas que estão na cidade, mas vi aí na comunicação social que estavam dez mil pessoas em Viseu. Eu não sei se eles avaliam as pessoas quando estão no espetáculo de futebol, não sei que contas é que são feitas, porque vi tanta gente em Viseu, que é impossível que sejam só dez mil. Eu acho que alguém se enganou no número, não é possível que as pessoas que estavam em Viseu serem só dez mil. Enganaram-se num zero, ou caiu por alguma coisa, não faço ideia. Bem, mas queria-me associar de facto aos responsáveis, através dos Senhores Presidentes de Junta, das Cavalhadas, por este magnífico espetáculo que trazem à cidade e queria dizer mais, queria dizer que me associo também a duas coisas que foram aqui ditas. Uma, à ausência das televisões, naturalmente que estão mais preocupadas com outras coisas, nas Cavalhadas se aproveitassem para vaiar não sei quantos, lá estariam, como desta vez foi muito positivo,



nem sempre as televisões estão. E queria também dizer uma outra coisa, que gosto muito de coerência, continuo a não perceber porque é que é o pagamento à Polícia daquela ordem de grandeza. Não há nenhuma razão, aliás, como fiz no passado, hei de escrever ao Senhor Ministro da Administração Interna, a dizer que não há nenhuma razão, para, num espetáculo público como são as Cavalhadas, um tão forte pagamento à Polícia, não tem nenhuma lógica, nenhuma. E portanto, cobrem lá aos clubes, aos grandes espetáculos, mas não num espetáculo de raiz eminentemente popular e que tenha esta carga e, digamos, esta aflição dos organizadores, como eu vi, que se passar depois da uma hora da tarde, já vem aí outra vez um pagamento impressionante ao policiamento. Isto não é possível, eu acho que temos que arranjar forma, a não ser que também queiram que a Câmara pague o policiamento, mas é alguma coisa de que eu também não gostei e tal como fiz no passado, também vou tomar posição. Sobre aquilo que o Professor José Ernesto aqui trouxe, do apoio às Associações, também temos a convicção e enquanto a situação da Câmara nos permitir, iremos apoiar este suporte impressionante que é o movimento associativo do concelho de Viseu. Eu acho que se há alguma coisa que nos dá, que contribui para estes resultados, entre muitas, é o movimento associativo, que é fortíssimo e que a Câmara, enquanto puder, apoiará na medida das suas possibilidades. Depois queria passar a uma outra coisa, que é o assunto quente deste Período Antes da Ordem do Dia. Eu não sei se há aí alguma condição, espero que não, eu já estou fora disso, para se ser candidato à Câmara se tenha que passar pelos Bombeiros Municipais, não sei, mas espero eu, mas como posso conjeturar à vontade, se calhar é preciso e necessário cada candidato à Câmara ter que falar nos Bombeiros Municipais. Eu espero é que tenham os dados todos. Vamos lá a ver. Comparar o combate aos incêndios, a proteção civil, o socorro, apenas com os Bombeiros Municipais é cometer um erro de palmatória, porque se não o País estava completamente a descoberto. Só há vinte e tal Corporações de Bombeiros Municipais, o resto são Voluntários e Sapadores. Portanto, dizer que eventualmente os Bombeiros Municipais por não terem, o que eu questiono, já lá vamos, não terem os meios todos, é sinónimo de que o concelho está numa desgraça, isso é tomar o todo pela parte, porque se não o País estava todo, aqueles que não têm Bombeiros Municipais, estava tudo a descoberto. Já agora, pergunto se algum dos Senhores Deputados que falou sabe quanto é que a Câmara de Viseu gasta com os Bombeiros Municipais? Gostaria de fazer esta pergunta. Algum dos Senhores Deputados sabe qual foi o gasto no ano passado da Câmara com os Bombeiros Municipais? Eu tenho a impressão que não sabem, mas isto deixo para mim, daqui a bocadinho eu digo. Já agora outra coisa, quem é que foi assinar o acordo da troika, para dizer que não se podia admitir mais gente? Mais, até obrigar as autarquias a reduzir dois por cento? Eu não estava lá, como dizia o outro, há uma canção assim, eu não fui, eu não estava lá, uma coisa assim. Mas eu não estava lá, não fui eu, não estava lá ... Admitir que os Bombeiros Municipais, depois trazem sempre a mesma figura, a Associação Portuguesa dos Bombeiros. A Associação Portuguesa dos Bombeiros Profissionais é presidida por um Senhor que tem um nome engraçado, na primeira parte, depois o resto também é engraçado, é Fernando, mas é Curto e que os Senhores conhecem bem, vosso camarada, bem conhecido, o mesmo que também não reivindica só aqui, reivindica de facto também em Lisboa, constantemente, não há Sapadores que cheguem, nem no Porto, nem em Gaia. Não há nada que chegue. Uma Câmara até podia funcionar só com Bombeiros Municipais. A Câmara de Viseu, enquanto tiver responsabilidades, funcionará com os meios que puder dispor para os Bombeiros. Nem mais, nem menos. É assim que vai funcionar e até vos digo mais, como não gosto de encanar a perna à rã, se eu fosse nesta altura como algumas cidades, se não tivesse Bombeiros Municipais, não os criava. Querem mais franqueza do que esta? Preferia naturalmente apoiar bem duas Corporações de Bombeiros Voluntários, era essa a minha convicção. Mas não é por aí que lhes faltam os meios. Os meios que os Bombeiros Municipais têm são muito mais do que aqueles que eu encontrei, o número de efetivos é muito mais do que aqueles que eu encontrei. Agora, não me obrigam a fazer um rácio, que não sei quem é que o descobriu, que é preciso um bombeiro por cada mil



habitantes. Portanto, nós tínhamos que ter cem bombeiros e eu já fiz a tropa há muitos anos, não tenho esse batalhão, não era possível. A Câmara não suportava isso, entendamos. A Câmara não suportava isso. Se quiserem saber as contas, já agora, vi que ninguém sabia quanto é que gastamos nos Bombeiros Municipais e se querem assumir, podem até assumir o resto. A gente pode dotar os Bombeiros Municipais de tudo aquilo que acharam, dobrar-lhe o número de efetivos, etc., comprar as fardas, os equipamentos todos, as viaturas e tiramos no resto. É uma opção, eu não a tomo, mas está em vias de a tomar, quem vier a seguir. Quem vier a seguir, os tais candidatos que vão pela via dos Bombeiros, se não os queimarem antes. Se não se queimarem antes, podem depois fazer esta situação, por mim, eu não vou lá ... Já agora uma outra coisa, a avaliação global dos viseenses é muito boa em relação à segurança. E já agora também dizer outra coisa ao Senhor Deputado, que pelos vistos não sabe, os Bombeiros Municipais são uma parte do socorro e da proteção civil, nós temos além dos Bombeiros Municipais, Bombeiros Voluntários, já o disseram, mas temos também o INEM, cujos elementos nós libertámos dos Bombeiros Municipais, para serem bombeiros. Portanto, o INEM funcionava nos Bombeiros, nós libertámos o INEM dos Bombeiros Municipais, está no sítio indicado, no Hospital, para que quem fazia parte do INEM e que era bombeiro, seja bombeiro efetivamente. Mas depois temos o GIPS, os tais Grupos de Intervenção, mas temos também o Regimento de Infantaria Catorze, que é nosso parceiro no combate aos incêndios e no socorro e além disso, temos meios aéreos, que estão instalados num equipamento municipal, cuja Câmara não cobra dinheiro nenhum pela permanência, podia tê-lo feito, de helicópteros e aviões para o combate. Portanto, se há concelhos bem protegidos em relação a essas questões, é o concelho de Viseu. Já agora uma outra coisa, da qual eu não concordo e com a minha administração não vamos lá. A Câmara não tem nenhuma obrigação, nem os Bombeiros Municipais, de serem os responsáveis pelas vias nacionais que atravessam o concelho, era o que faltava, que os Bombeiros Municipais fossem os únicos a dar resposta às três autoestradas que atravessam o concelho. Então e depois, elas param aqui? Quando passam para Castro Daire, onde é que estão os Bombeiros Municipais? E quando passa para S. Pedro, onde é que estão os Bombeiros Municipais? E para Mangualde, onde é que estão os Bombeiros Municipais? Não há. Estão a descoberto? Por amor de Deus, eu acho que devemos falar daquilo que sabemos e de facto não trazer aqui as coisas para ... Bem, queria também falar sobre aquilo que trouxe a Deputada Elisabete Farreca, nomeadamente sobre os dois equipamentos que pusemos à disposição, os últimos, já não falo no Viseu Naturalmente, na atividade cultural que tem sido de facto um excelente elemento e tem sido um êxito. Podia falar-vos no equipamento, vejam o que é que trouxe aqui antes, apenas pela demora na sua conclusão, que trouxe aqui, ainda não vi ninguém, de fora temos tido muitos elogios ... Esquecia-me, o Senhor Deputado Junqueiro, tenho de lhe fazer justiça, trouxe hoje um grande elogio ao Museu do Quartzo, mais propriamente ao Professor Galopim de Carvalho, ressaltou alguma coisa para a Câmara, mas é mesmo isso foi exatamente, até por isso, que lhe demos o nome Professor Galopim de Carvalho. Mas os dois equipamentos, os últimos que pusemos à disposição dos viseenses, agradam-me sobremaneira, pese embora algumas pessoas os terem apoucado, acharam que não era importante o equipamento para jovens portadores de deficiência, como também acharam que cumprimos tarde, mas cumprimos o compromisso que tínhamos com os skaters, com os jovens que praticam o skate e neste momento o Fontelo está equipado convenientemente com estas duas situações. Só me lembro de mais uma interrogação que me foi aqui colocada pelo Senhor Deputado Alexandre Santos, que perguntava, eu só lhe queria dizer que, tanto quanto sei, continua a observar-se essa condição de só pôr, excluir das SCUT's os concelhos que tenham menos de oitenta por cento. E a prova é que vem nas notícias de hoje que elas vão ser retomadas no Algarve e no Porto e nos outros concelhos não acabarão as isenções, o que prova que isto está a ser levado mesmo a peito. Mas deixe-me também deixar-lhe uma interrogação. Sabe quem é que colocou os pórticos? Foi o Secretário de Estado Paulo Campos que colocou os pórticos. Portanto, não estava



convencido que ele colocava os pórticos e depois, que era só para enfeitar a autoestrada. Eles ficam pior, a autoestrada ficava muito mais bonita sem os pórticos. Mas foi o Secretário de Estado Paulo Campos que os colocou e mais, também já tive a oportunidade de o dizer, felizmente eu encontrei-o numa reunião, quando ele estava a colocar os pórticos, porque ele pensava que a Estrada nº 2 era em Mangualde, estava também lá a colocar um pórtico e eu é que lhe disse: “Olhe, que não é aí, puxe mais para além”. Também só estava a fazer aquilo com uma assessora, era uma rapariga engraçada, mas só estava a fazer aquilo, eu concordo com o João Paulo, eu ouvi, também estou de acordo, mas era pouca gente para tratar dos pórticos. Como tinha pouca mão de obra, também deu aquilo que deu ... Bem, o Senhor Deputado Carlos Vieira perguntou-me aqui se eu tinha as recomendações, se sabia das recomendações. Eu durmo pouco, mas durmo, mas há uma coisa que não me tira o sono, são as recomendações do Bloco de Esquerda, sinceramente, isso não me tira o sono. Se eu me lembro? Eu sei, olhe, eu das recomendações do Bloco de Esquerda, eu acho que não faço mais nada, eu, como o meu amigo diz ali, é a primeira coisa que faço, registo aqui e tenho em tudo o que é sítio, à mesinha de cabeceira, recomendações do Bloco de Esquerda, porque são importantes e eu reconheço que são importantes ... Eu acho que não foi colocada mais nenhuma questão, Senhor Presidente e fico-me por aqui. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Vamos então agora entrar no Período da Ordem do Dia. Ponto Um – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade Municipal. Dou de novo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para a intervenção sobre a atividade municipal.

-VINTE E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu espero ser rápido, até porque posso ter necessidade de me desculpabilizar de não concluir a reunião da Assembleia Municipal, porque tenho uma inauguração já marcada, onde quero estar presente. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados. Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea e) do Número Um do artigo cinquenta e três da Lei nº169/99, de dezoito de setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira que, previamente, remeti a este Órgão, acompanhada das matérias referidas no número quatro do artigo sessenta e oito, introduzido pela Lei nº5-A/2002, de onze de janeiro. A atual realidade económica e financeira do nosso País, aliada ao facto de nos encontrarmos vinculados a um Programa de Assistência Económica e Financeira externa, tem provocado diversos condicionalismos à atividade dos municípios. A necessidade de disciplinar a execução orçamental da Administração Pública e de diminuir, ativamente, o seu endividamento, tem levado o Governo a implementar uma série de medidas restritivas no sentido de controlar a despesa pública. É disso exemplo a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, que veio consagrar que passo a citar “não se podem assumir compromissos que excedam os fundos disponíveis”. Significa, isto, que a assunção de qualquer obrigação que implique o pagamento a terceiros, por contrapartida do fornecimento de bens, serviços ou da satisfação de outras condições, só pode ocorrer quando a entidade pública tiver verbas disponíveis suficientes, a muito curto prazo, e desde que essas verbas não tenham já sido comprometidas ou gastas. Não obstante existirem algumas dificuldades práticas, em alguns Municípios, com a aplicação desta nova Lei, a verdade é que o POCAL e demais legislação em vigor já instituíam determinadas regras no sentido de controlarem, de forma rigorosa e prudente, a execução orçamental e o endividamento, pelo que esta Lei, vulgarmente apelidada dos “Compromissos”, não veio alterar, significativamente, o que já era praticado no nosso Município. Para melhor ilustrar esta situação, passo a citar um extrato do Relatório da Inspeção-Geral de Finanças, no âmbito de uma auditoria que, em tempos, foi realizada ao Município de Viseu, e que referia e passo a citar: “O Município de Viseu tem mantido uma gestão orçamental prudente, na medida em que a realização da despesa (e não somente o pagamento) tem acompanhado a real cobrança orçamental das receitas (e não a sua mera previsão orçamental), existindo capacidade e disponibilidade



para fazer face, de forma atempada, aos compromissos de Curto Prazo assumidos para com terceiros, quer sejam fornecedores, empreiteiros e outros credores”. Fim de citação. De salientar, também, que, de um modo geral e em termos médios, os fundos disponíveis do Município de Viseu têm sido sempre superiores aos compromissos assumidos, numa percentagem que tem variado entre os quinze e os vinte por cento. Tendo em conta a envolvente adversa em que nos encontramos, é notório em vários subsectores do Estado, onde se incluem também os Municípios, uma situação de desequilíbrio orçamental e de instabilidade financeira, que são impeditivos do cumprimento das metas de redução do défice e de consolidação orçamental das contas públicas nacionais. Atentos a estas circunstâncias, especialmente em relação aos Municípios, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Governo encetaram uma série de conversações, que resultaram num “Memorando de Acordo”, com o intuito de “identificar as soluções para os problemas financeiros de que padecem alguns municípios, tendo especialmente em conta a importância das economias locais para a retoma sustentada do tecido económico português”. É uma citação que eu faço diretamente do Memorando. Esta é uma premissa deveras importante, a constatação de que os Municípios têm um papel insubstituível, como aliás refere o próprio Memorando e passo a citar de novo: “na criação de riqueza e de emprego, bem como na potenciação das condições de desenvolvimento económico e social dos respetivos territórios, o que implica que disponham dos meios necessários para o efeito”. Neste contexto, ficou acordado a criação de um Programa de Apoio à Economia Local, o chamado PAEL, o qual visa, conforme foi proposto, “cumprir objetivos de equilíbrio das finanças públicas, ao nível municipal, e revitalizar as economias locais e, desse modo também, lançar as bases para uma recuperação financeira sustentada”. Reputamos, assim, que esta iniciativa é da maior relevância, não só para o equilíbrio financeiro dos Municípios que prestam um serviço público de maior proximidade às populações, mas também porque será um fator de dinamização das economias locais, através do financiamento das empresas, as quais são decisivas para a recuperação sustentada do tecido económico português. Com o PAEL, o tal programa, pretende-se a regularização dos pagamentos das dívidas dos municípios vencidas há mais de noventa dias, relativamente a trinta e um de março de dois mil e doze, através da disponibilização de uma linha de crédito até ao montante de mil milhões de euros. De salientar que a adesão a este programa, por parte dos municípios, é voluntária, e que, para o efeito, os Municípios devem estar enquadrados em dois grupos: O primeiro, que é designado de Programa I e que será constituído pelos Municípios que se apresentem numa situação de desequilíbrio estrutural, à data de trinta e um de dezembro de dois mil e onze; O segundo, denominado de Programa II, será constituído pelos restantes Municípios que tenham pagamentos em atraso há mais de noventa dias, referentes naturalmente a trinta e um de março de dois mil e doze. Por outro lado, e como seria de esperar, os Municípios que aderirem ao PAEL deverão cumprir um conjunto de medidas específicas e quantificadas, no sentido de racionalizarem e reduzirem as despesas correntes e de capital, bem como otimizarem as suas receitas próprias. Senhor Presidente, Senhores Deputados. Felizmente, o nosso Município não vai aderir ao PAEL, pois não estamos, nem numa “situação de desequilíbrio estrutural” e tudo continuaremos a fazer para a não existência de qualquer pagamento em atraso superior a noventa dias. O nosso desempenho, ao longo dos últimos anos, tem-nos possibilitado manter algum equilíbrio nas finanças públicas, o que nos permite neste momento continuar com uma gestão financeira, que sempre impusemos de forma correta, e não estarmos sujeitos às condições que, compreensivelmente, o Programa impõe. Como é do conhecimento de todos, o Município de Viseu não tem aplicado no seu Concelho as taxas máximas legalmente previstas do IMI. Eu volto a frisar isto, porque apesar de ser aprovado por esta Assembleia, sob proposta da Câmara, eu vejo com frequência muitos dos Senhores Deputados a falar nas taxas máximas. Nós tivemos durante muito tempo as taxas máximas do IMI, mas somos das poucas Capitais de Distrito que não têm taxas máximas do IMI. Dizia eu, como é do conhecimento de todos, o



Município de Viseu não tem aplicado no seu concelho estas taxas máximas legalmente previstas do IMI. Esta situação seria, no entanto, alterada caso viesse o Município a aderir ao PAEL e se estivesse, por exemplo, enquadrado no seu Programa I. Ficamos, assim, menos condicionados para gerirmos da melhor forma e em prol do bem-estar e qualidade de vida de todos as nossas despesas e as receitas próprias. É neste enfoque, e eu gostaria de vos dizer isto também, com alguma satisfação e contrariando a atual conjuntura, que estamos fortemente inclinados e empenhados em avaliar os impostos e as taxas atualmente em vigor no nosso Município, no sentido de as poder tornar mais “leves” para os Viseenses. Considerando o período crítico que estamos a atravessar e a manifesta deterioração das condições de vida dos nossos concidadãos, pretendemos, deste modo, contribuir ativamente para a revitalização da nossa economia local. Vamos manter, nestes tempos difíceis, tal como já o fazíamos no passado, em momentos de abundância, uma política de rigor e transparência, sempre adaptada às incertezas da envolvente, no sentido de, de forma eficiente e eficaz, mantermos a nossa trajetória rumo ao desenvolvimento de Viseu, aliás em consonância com os padrões europeus. Para concluir, Senhor Presidente e Senhores Deputados, Deixamos, igualmente, à consideração e análise de V. Exas., através das folhas em anexo, as matérias tipificadas no número quatro do artigo sessenta e oito da Lei 169/99, com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, designadamente: Situação financeira, saldo atual das dívidas e outras origens de fundos; Informação prevista na alínea d) do número um do artigo cinquenta e três: participações em entidades societárias e não societárias; Reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes e seu estado; com vista ao acompanhamento legalmente previsto. É tudo. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente.

Tenho uma inscrição do Senhor Deputado Marco Rodrigues, a quem dou a palavra. -----

-VINTE E SEIS – O SENHOR DEPUTADO MARCO ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES (PS):

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes elementos da Mesa, Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Deputados e Presidentes de Junta, Público e Comunicação Social. A bancada do Partido Socialista gostaria de felicitar a decisão do Executivo Municipal pela opção de não adesão ao PAEL. Fundamentalmente porque o espírito do programa obrigaria a uma penalização dos contribuintes que, como todos sabemos, vivem hoje com algumas ou muitas dificuldades. Dificuldades essas que surgem de um contexto económico internacional desfavorável, aliado ao facto de se aplicarem medidas de austeridade, em nosso entender demasiado pesadas, que têm um efeito dominó no que concerne ao consumo interno e conseqüente retração da economia. Entendemos que a Câmara Municipal de Viseu está a ter uma posição equilibrada e positiva que resulta de uma gestão financeira da autarquia igualmente equilibrada e positiva. Nem sempre concordamos com a política fiscal do atual Executivo e em certos casos entendemos que é possível fazer diferente, em benefício dos viseenses. Nesses momentos apresentamos as nossas opiniões divergentes e esperamos que o nosso contributo ajude à reflexão de quem tem que ter a palavra final. Nesta intervenção do Senhor Presidente da Câmara destacamos ainda um outro aspeto que consideramos fundamental, o facto de conscientemente se assumir que “os Municípios têm um papel insubstituível na criação de riqueza e de emprego, bem como na potenciação das condições de desenvolvimento económico e social dos respetivos territórios”, o que leva o Executivo Municipal a “pretender contribuir ativamente para a revitalização da economia local”, através do assumir de um compromisso que é a “avaliação dos impostos e taxas atualmente em vigor no Município, no sentido de os tornar mais leves para os viseenses”. Senhor Presidente e Senhores Deputados, este é de facto um compromisso que nos merece todo o apoio e estaremos disponíveis para dar o nosso contributo neste esforço de avaliação das atuais taxas e impostos municipais, visando o aligeirar do seu peso para os nossos concidadãos. Neste espírito de colaboração e de contributo democrático, que o Partido Socialista tem assumido nesta Assembleia, gostaríamos apenas de sugerir um outro aspeto que não esteve



presente na intervenção do Senhor Presidente da Câmara. Entendemos que o papel da autarquia na criação de riqueza e de emprego deve ir além da política fiscal. Entendemos que têm que haver medidas concretas e proactivas na vida económica do concelho. Há dois anos atrás, na Assembleia Municipal de vinte e oito de junho de dois mil e dez, o Partido Socialista, referindo o papel das autarquias na criação de riqueza e de emprego para os concelhos, fez algumas considerações sobre a economia do concelho e inclusivamente apresentou duas propostas de recomendação, visando a criação de emprego e de ativação da economia. Porque entendemos que, como dissemos então, “o desemprego é o maior flagelo da sociedade atual, do mundo, de Portugal e de cada uma das famílias viseenses que se encontram nesta situação”. Hoje, passados dois anos, a pertinência da nossa intervenção é redobrada e por isso, atendendo ao discurso de hoje do Senhor Presidente da Câmara, que considera fundamental a alavancagem da economia local, entendemos que a autarquia deve assumir um papel mais proactivo no desenvolvimento e progresso das atuais zonas industriais, nomeadamente do Parque Industrial do Mundão. Entendemos que a autarquia deve ter também um papel mais proactivo junto das Associações Industriais e Comerciais, para que em conjunto se possam atrair mais empresas para o concelho de Viseu, ou para que se criem as condições para que as micro e pequenas empresas possam dar o salto para outra dimensão. O flagelo do encerramento constante de lojas, nas principais artérias da cidade, não será combatido apenas com política fiscal. É necessária uma intervenção ativa da autarquia na vida dessas artérias. Das propostas de recomendação que apresentámos há dois anos atrás, nomeadamente a criação de uma incubadora de empresas no centro histórico e a criação de um prémio anual para empregadores e empreendedorismo, verificamos que, apesar das críticas no momento, a incubadora de empresas no centro histórico está em processo de implementação. Medidas como estas podem ser fundamentais para o reavivar de algumas atividades económicas. É preciso perceber igualmente qual o impacto que a introdução de portagens nas ex-SCUT's teve na economia do concelho e saber se a Câmara Municipal pode intermediar novas medidas de isenção junto do Governo. É importante saber se a autarquia pode ajudar os jovens que se licenciam em Viseu, nomeadamente em áreas como as engenharias, a desenvolver as suas ideias de negócio, que normalmente surgem no seio do ambiente académico. É relevante explorar a possibilidade de a autarquia organizar iniciativas de diplomacia económica juntamente com os empresários do concelho. Em resumo, a proactividade da autarquia para o desenvolvimento económico do concelho é de facto o caminho para a criação de maior riqueza e emprego. Para terminar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Partido Socialista, em sintonia com o que hoje o Senhor Presidente da Câmara referiu na sua intervenção, apresentará brevemente um conjunto de ideias e propostas para ajudar a cumprir esse desígnio. O de criar riqueza e emprego no concelho. Naturalmente que essas propostas serão entregues junto do Executivo e estaremos, como temos estado, disponíveis para um debate franco, aberto e democrático, para ajudar a criar mais e melhores oportunidades para os viseenses. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se mais algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar? Senhor Presidente da Câmara, não sei se quer responder? Dou-lhe a palavra. -----

-VINTE E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito rapidamente, Senhor Presidente, para me congratular com este tipo de intervenção. Este é o tipo de intervenção que nós, há muito, esperávamos nesta Câmara, de juntar as energias de cada um dos Deputados e de cada um dos Partidos que representam, para o bem de Viseu e eu folgo muito da mudança, tenho que o reconhecer, da mudança de atitude e até da forma como enfatizou esse aspeto, não era isso, pegávamo-nos no passado, algumas vezes aqui, pegávamo-nos no bom sentido, com os Senhores Deputados. Hoje vejo que está numa atitude de cooperação, que só tenho que enfatizar e agradecer. Nós estamos, mas queria apenas dizer o seguinte, nós fazemos a política económica cujo modelo é o nosso,



naturalmente. Mas estamos sempre disponíveis para receber “aportes” e os melhores “aportes”, mesmo quando eventualmente eu discordo duma ou doutra coisa. Quando diz, por exemplo, que a política fiscal não pode apenas ser o único contributo da autarquia nós estamos perfeitamente de acordo e achamos que é um contributo importante, mas não temos descurado o papel, quer da diplomacia económica. Lembrava apenas dois casos recentes, um foi a atitude que tivemos com empresários e que temos conhecimento constante do êxito que tem tido na Costa do Marfim e que teve a ver com uma diplomacia económica que exercemos. Ainda ontem e hoje mesmo está a acontecer a proposta dessa mesma internacionalização. E também me lembro de uma jornada, aqui mesmo neste mesmo espaço, com a Câmara do Comércio Luso-Árabe, promovida pela Câmara Municipal. Apenas estas duas de que me recordo. Agora, na semana passada tive a oportunidade de fazer uma carta para um Perfeito brasileiro, por solicitação de uma grande empresa viseense, que se quer internacionalizar e que me solicitou isso e também o fiz. Portanto, naturalmente que nós não dominamos completamente a diplomacia económica, essa tem um agente ativo que é o Ministério dos Negócios Estrangeiros, da nossa parte, através nomeadamente da cooperação descentralizada, não a temos deixado por mãos alheias. Só apenas uma outra questão que disse e que tem a ver com o facto de sermos mais proactivos em relação aos Parques Industriais e aos Parques Empresariais. Eu tenho a convicção e cada vez mais arreigada de que as autarquias devem ser elementos facilitadores, entidades facilitadoras. Nós devemos fazer aquilo que sabemos e em relação a Parques Industriais sabemos pouco. Em relação à indústria, à atividade empresarial, sabemos pouco, portanto não vale a pena estar aqui, o que eu acho é que nós devemos estar no caminho dos empresários a facilitar-lhes o caminho, a tentar facilitar o caminho e não a colocar-lhes estorvo e colocar-lhes mais engulhos no caminho. Mas não a nossa substituição, não nos substituímos, até porque nós não sabemos, basta ouvir falar um empresário e ouvir falar um político e é a diferença total de realismo, de conhecimento no terreno. Portanto, aquilo que eu digo é, sempre que as associações, quer a Associação Industrial, quer a Associação Empresarial, nos colocar qualquer pedido de colaboração estamos sempre disponíveis, mas sem nenhum reboço, como aliás o faremos com empresários em nome individual. Era apenas isto, Senhor Presidente. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Eu iria sugerir aos Senhores Deputados, se estivessem de acordo, vamos seguir obviamente a Ordem de Trabalhos, mas quando chegarmos ao Ponto Dez, vamos ter a eleição do Presidente da Junta de Freguesia e o seu substituto, como representante de todas as freguesias do concelho no Vigésimo Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Para depois não estarmos aqui a perder tempo a chamar os Senhores Deputados, um por um, eu iria solicitar que, se algum dos Partidos tiver alguma proposta para apresentar, o fizesse agora, para de imediato dar início ao processo de votação, que pedia que fosse feito ali na sala ao lado, sob supervisão da Mesa, no sentido de otimizar o nosso tempo, se estivessem de acordo iríamos seguir este procedimento. Pergunto se alguém está em desacordo com este procedimento? Então eu perguntava se há propostas que queiram apresentar? Eu tenho em cima da mesa uma proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar de PSD que propõe para efetivo José Ernesto Pereira da Silva e para suplente António Sousa Fonseca. Se estiverem de acordo, eu vou considerar esta proposta como a proposta A e depois pediria às Senhoras e aos Senhores Deputados que a partir deste momento fossem votar e portanto consideraríamos como terminado o período de votação quando chegarmos ao Ponto Dez. De acordo? Não sei se há mais alguma proposta, pelo menos perguntei e ninguém se pronunciou. Portanto, proposta A e a votação será feita ali, pedia pois aos Senhores Deputados que o fizessem. Vamos agora ao Ponto Dois – **Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Viseu sobre “FUNDAÇÃO DA CASA DA RIBEIRA – AUTORIZAÇÃO DE EXTINÇÃO”**, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea l) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de setembro. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para a apresentação deste Ponto. -----



--VINTE E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito rapidamente para dizer que este assunto foi aprovado na Câmara por unanimidade, esta extinção da Fundação naturalmente, porque pretendemos uma outra dinâmica para a Casa da Ribeira e também designadamente metê-la na nossa Rede Museológica. Achamos que assim não há nenhuma necessidade, aliás, desde dois mil e oito, salvo erro, que a Casa da Ribeira não tem qualquer, todos os custos são suportados pela Câmara e as receitas também, digamos, têm contas consolidadas com a Câmara. Portanto, nós entendemos e entendeu a Câmara, que de uma forma geral, não se justifica uma Fundação, aliás, com o nome pomposo que teve para aquele equipamento. Eu dou apenas um exemplo que me parece que é elucidativo, aqui há uns anos, depois de deixarem inclusivamente de nos convocar, a Câmara foi convocada para uma conferência sobre fundações, na altura foi também com alguma curiosidade, a fundação era a Fundação da Casa da Ribeira, de facto chegámos à conclusão de que estar a discutir a Fundação da Casa da Ribeira com a Fundação Gulbenkian, com a Fundação do Oriente, com a Fundação Luso-Americana, era outra coisa, porque não tem razão nenhuma para ser Fundação, nenhuma. Não fomos nós que criámos esta Fundação, naturalmente quem a criou, criou-a com o melhor espírito, registou-a inclusivamente em Tribunal, mas achamos que ela está com esta designação ainda, o processo é para mudar a designação e integrá-la naturalmente na Rede Museológica. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados se quer pronunciar? Senhor Deputado tem a palavra. -----

-VINTE E NOVE – O SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS): Uma vez mais, Senhor Presidente da Assembleia e Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e caros Colegas. Não me compete a mim neste momento fazer qualquer, entrar em desacordo com a Câmara Municipal relativamente a este Ponto, mais a mais, que até os Vereadores do Partido Socialista votaram com a vereação camarária a extinção da Fundação. Em todo o caso, eu gostava de colocar a questão seguinte ao Senhor Presidente da Câmara relativamente à extinção da Fundação e não o porquê dessa extinção, porque o referiu agora. A Fundação, pelos vistos, agora parece que para além do nome, não tinha uma ação concreta. Em todo o caso, eu gostava de lhe colocar a seguinte questão. Nós, no concelho de Viseu, temos um excelente equipamento recente que é o Museu da Várzea de Calde, que é muito, no fundo tem um papel na divulgação do património etnográfico, folclórico, da região, não só daquela localidade, mas de toda a região de Viseu e do concelho em primeiro lugar. Temos também um outro museu privado em Silgueiros, da ASOPS, penso eu, a associação, penso eu que é assim que se designa, que também tem um papel muito semelhante, em Torredeita também temos, ligado à Fundação Joaquim dos Santos e à Escola Profissional, um acervo de espólio etnográfico com essa dimensão. Já o Senhor Presidente o disse agora, que o papel futuro da Casa da Ribeira seria integrado na Rede Museológica do concelho. Transformar a Casa da Ribeira, então pergunto eu, num museu etnográfico? Depreendi talvez que fosse essa a ideia, ou com uma outra vertente? Seja como for, eu gostava aqui de salientar o papel que teve ao longo destes anos a Casa da Ribeira, ou a Fundação Casa da Ribeira, na proteção do artesanato e dos artesãos daqui da nossa região. A Casa da Ribeira já é uma referência, eu faço votos que continue a ser, chamando-se ou não Fundação Casa da Ribeira, mas que continue a ter um papel de divulgação do artesanato e do património etnográfico na cidade, porque se virmos, qualquer um dos outros equipamentos, Várzea de Calde, Silgueiros, Torredeita, são todos nas freguesias periféricas, rurais, digamos, na cidade, no fundo, a Casa da Ribeira tinha esse papel. Que se mude o nome, mas que se mantenha a essência, são os votos que faço. Obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Carlos Vieira, quer também intervir sobre este Ponto? Faça favor. -----

-TRINTA – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO



RODRIGUES (BE): Para abreviar, eu prescindo dos cumprimentos da praxe. O Senhor Presidente vai ter que sair, é só para dizer que concordo perfeitamente, acho que a Fundação, ou antes, a Casa da Ribeira, tem um papel imprescindível na divulgação do património valiosíssimo do nosso concelho. Obras de um valor incalculável, como as do Mestre Albino, do Tio José Maria, do Ribolhos, do António Vista, sei lá, aquelas torres surrealistas do Mestre Albino, que até lembram certas obras do Dali, o Tio José Maria, com aquela imaginação primitiva daqueles animais que fazem lembrar algumas obras pré-colombianas, tudo isso é dum património mais valioso que tem o nosso concelho e a esse propósito eu lembro só, sem qualquer presunção, ou pedantismo por estar aqui, mas faço questão de citar o Cláudio Torres, que é arqueólogo, mas que também tem tido um papel importante neste aspeto da etnografia e ele diz: *“O artesão é depositário da memória gestual e tecnológica da sua comunidade. O artesão, o artífice, o artista, é o transmissor de ritos e imagens da cultura não escrita, da cultura cujas raízes mergulham no inconsciente coletivo, por vezes nas zonas mais cinzentas da formação da Humanidade, em que a mão, instrumento, ferramenta, definem o Humano”*. E queria só dizer que houve um homem muito importante ao serviço da Casa da Ribeira e do artesanato, que foi o Celestino Soares, que dinamizou a Casa da Ribeira nas feiras e até com muito voluntarismo, ele ia com o carro aos artesãos buscar materiais para vender na Casa da Ribeira, para expor. Só pedia ao Senhor Presidente que a Câmara, a Feira de S. Mateus, a Expovis, certamente que fará chegar, que dê um apoio maior aos artesãos, porque muitas vezes aqueles artesãos mais genuínos não têm hipóteses de alugar as barracas e aquilo para um artesão da loja dos trezentos, ou para o que vende as cuecas a cinco euros, agora para um artesão ... Nada me fez mais impressão na vida do que a Barcelos procurar os artesãos, que eu tinha algumas peças e de lidar com eles e de ver os homens a vender galos de Barcelos, diziam eles: *“ se eu vender aquilo que eu faço, não ganho a vida”*. Portanto, há que, de facto, apoiar o artesanato. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Não sei se mais alguém se quer pronunciar? Senhor Presidente da Câmara para responder. ----

-TRINTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Não ficava descansado se não esclarecesse. Nós não vamos mudar, é bom que se saiba que a Fundação Casa da Ribeira, é assim que é conhecida, traz-nos alguns engulhos, porque de vez em quando perguntam-nos pela Fundação e ela já há cinco ou seis anos que funciona sem ser como Fundação. Ela nem foi registada nunca como Fundação, foi registada como instituto não sei quantos, só que todas as pessoas lhe começaram a chamar Fundação e às vezes traz-nos problemas nomeadamente deste género. Como sabem, anda aí e bem, é até assunto desta Assembleia, felizmente a consolidação das contas, fala-se nas empresas municipais, nas Fundações e portanto vai até na esteira daquilo que é o conselho estatal de acabar com Fundações quando elas não se justifiquem, mas esta nem é Fundação. Já agora, em relação à proteção aos artesãos, eu se calhar não estarei até ao fim, exatamente para dar esse exemplo, vamos inaugurar a Feira de Tradição Viva e tem exatamente a ver com, eu sei lá, dezassete artesãos que estão a trabalhar ao vivo no Parque Aquilino Ribeiro. É essa inauguração que eu vou fazer, portanto, se alguém está de consciência tranquila em relação ao apoio aos artesãos, cestaria, olaria, panos, estanhos, marcenaria, eu sei lá, delicias caseiras, etc. etc. Nós, daqui a bocadinho, é isso que vamos fazer, mas eu queria dizer-vos que a integração da Casa da Ribeira na Rede Museológica visa facilitar exatamente isso e não vai ser de forma nenhuma diferente, exatamente queremos dar-lhe o mesmo estatuto que tem o Museu da Várzea, que funciona em Rede Museológica e com o mesmo estatuto, é só isso que queremos, até porque nos dá a possibilidade, na construção da Rede, de não termos a preocupação de ter uma gestão ou um responsável por cada um dos equipamentos. Podemos fazer esta gestão em rede também, poupando naturalmente muitos recursos. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Vou então pôr à votação. *Aprovado com uma abstenção.* Vamos passar ao Ponto Três –



Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Viseu sobre **“AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS”**, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012. Daria a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

-TRINTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Isto são, a partir de agora, Senhor Presidente, vamos ter que nos habituar a este tipo de situações, elas decorrem da Lei, da Lei dos Compromissos e que têm que vir aqui sempre que sejam investimentos plurianuais, despesas plurianuais, têm que vir à Assembleia. Portanto, isto vai ser recorrente aqui na Assembleia Municipal. Não tem mais nada, senão a aplicação da Lei e de um imperativo legal. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Pergunto se algum dos Senhores Deputados quer colocar alguma questão sobre esta matéria? Não tenho nenhum pedido nesse sentido, vou pôr à votação. *Aprovado com uma abstenção.* Eu iria sugerir, se os Senhores Deputados estiverem de acordo, que para não estarmos aqui a fazer contagens sucessivas, consideramos o quórum que está neste momento presente dentro da Assembleia e obviamente que colocarei todas estas deliberações com X votos a favor e uma abstenção, para evitar estarmos a fazer contagens sucessivas. Lembrava que a votação do Ponto Dez está a decorrer. Passaríamos agora ao Ponto Quatro – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Viseu sobre **“CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO E DA HABILISOLVIS”**, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

-TRINTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, também aqui gostaria de dar uma explicação que me parece importante e que tem a ver com o seguinte. Como é sabido e volta meia volta isto vem à colação, a distinção entre as contas da Câmara e as contas das empresas municipais, já me ouviram aqui várias vezes que, se toda a gente cumprir a lei, as contas das empresas municipais são consolidadas nas contas da Câmara. E portanto eu diria, quando nós apresentamos as contas da Câmara de Viseu, estão lá as empresas que temos e estão lá também os Serviços Municipalizados. Eu diria que no caso de Viseu temos ainda uma outra característica que eu não gostaria de deixar de trazer aqui à colação, é que todos os contributos destas empresas municipais, quer sejam os Serviços Municipalizados, quer seja a Habisolvis, são positivos, isto é, o resultado da Câmara, neste caso, seria mais pequeno se não fosse somado com as empresas municipais e por isso é que já me têm ouvido várias vezes vir a público a dizer que tomara eu que todas as empresas municipais fossem tão dinâmicas e tão lucrativas como aquelas que temos em Viseu. Porque elas só se somam aos resultados, não há nenhum prejuízo que seja para diminuir os resultados da Câmara, antes pelo contrário. O facto de consolidarmos as contas é um exercício agradável, porque traz as contas globais da Câmara ainda mais positivas. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. O Senhor Deputado José Alberto tem a palavra. Pergunto se mais algum dos Senhores Deputados se pretende pronunciar sobre esta matéria? Não tenho mais nenhum pedido. ---

-TRINTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ ALBERTO DA COSTA FERREIRA (PSD): Senhor Presidente, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores. Dizer que de facto esta aprovação, as contas já foram individualmente aprovadas nesta Assembleia e que o processo de consolidação resulta da agregação das diversas contas, expurgadas aqui dos movimentos intraempresas. Portanto, os números são aqueles que estão aqui expressos e que, para agilizar e para ganharmos tempo, não vou aqui repetir, que da nossa parte achamos que, apesar da reserva posta aqui pelo Revisor Oficial de Contas que decorre de um processo que já vem do antigamente, relativamente à avaliação dos bens do domínio público, mas que isso não produz qualquer tipo de alteração, uma vez que da sua reavaliação em fase posterior



resultarão ganhos no próprio imobilizado corpóreo e ganhos ou perdas nos fundos próprios de capital próprio. Da nossa parte vamos votar a favor. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Pergunto se mais algum dos Senhores Deputados se pretende pronunciar? Senhor Deputado tem a palavra. -----

-TRINTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS): Senhor Presidente, também muito rapidamente, para dizer que o Partido Socialista vai votar favoravelmente aproveitar também a oportunidade para no fundo reiterar o que foi dito pelo Deputado que me antecedeu. De resto, foi uma questão que nós já colocamos aquando da aprovação do relatório e contas aqui na passada Assembleia e é uma preocupação que o Partido Socialista tem e que espera que a Câmara Municipal, o mais rapidamente, também consiga fazer a sua parte. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado João Paulo Rebelo. Pergunto se mais alguma das Senhoras Deputadas ou dos Senhores Deputados se pretende pronunciar? Senhor Presidente da Câmara, não sei se quer acrescentar alguma coisa neste Ponto? Não, sim Senhor. Vou pôr à votação. Aprovado por unanimidade. Passamos agora ao Ponto Cinco – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Viseu sobre “CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE RECOLHA E TRANSPORTES DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO CONCELHO DE VISEU”, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea q) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar. -----

-TRINTA E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. É só para passar a pasta, este Ponto veio numa altura ótima, porque é mesmo o tempo que tenho para sair e curiosamente é uma matéria que foi tratada pelo Senhor Vice-Presidente. Nada melhor do que ser ele a dar as respostas a esta parte, esta e as outras, os Pontos Seis, Sete, e Oito são da sua responsabilidade, de maneira que eu aproveitava para me despedir, ainda convidar os Senhores Deputados que se por acaso tiverem tempo de passarem pela Feira da Tradição, que eu tenho que ir inaugurar, é um compromisso que eu não podia naturalmente deixar de fazer. -----

-TRINTA E SETE – O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado. Muito boa tarde, Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia, Senhoras e Senhores. Relativamente a este assunto, relativo à recolha e transporte de resíduos sólidos, já aqui tinha estado, como sabem e na altura referi que provavelmente teríamos que aperfeiçoar mais alguns elementos e o que se traz hoje é exatamente a tentativa de realmente fazermos essa perfeição para lançarmos o concurso público internacional. Trata-se de um concurso público internacional, nós previmos um prazo de cinco anos, renováveis por períodos de cinco anos, até um máximo de vinte e previmos um preço máximo para o valor da tonelada de lixo recolhido. Nada tem a ver com a gestão do próprio sistema, isto é, com o aterro, com a estação de triagem, da valorização orgânica, não tem nada a ver com isso, isto é um concurso à parte e que foi promovido pela Associação de Municípios do Planalto Beirão. Neste caso o que estamos a fazer é tratar da recolha. Mesmo assim, a Associação de Municípios do Planalto Beirão está com um concurso público, também internacional, a decorrer, mas não sabemos qual será a sua evolução e prevenindo-nos nós próprios, quisemos também lançar um concurso só para o concelho de Viseu. Portanto, se falhar um, teremos a possibilidade sempre de ter alternativa e até em ultimo caso encararíamos a possibilidade de fazer a recolha por administração direta, mas isso é hoje cada vez mais difícil, pelos condicionalismos na admissão de recursos humanos, como sabemos. Portanto, é isso que se pede, a autorização para nós lançarmos o concurso público internacional para este trabalho. Muito obrigado. -

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Pergunto se alguma das Senhoras Deputadas ou dos Senhores Deputados se pretende pronunciar, ou colocar alguma questão sobre esta matéria? Não tenho nenhuma inscrição, vou colocar à votação.



Aprovado por unanimidade. Passamos agora ao Ponto Seis – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Viseu sobre “CONCURSO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS E LOCAIS, PARA AS FREGUESIAS DE BOALDEIA E FARMINHÃO”, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea q) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99. Dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente, em representação Senhor Presidente da Câmara. ----

-TRINTA E OITO – O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia, Senhoras e Senhores. Aqui também é pela segunda vez que vem à Assembleia, o pedido de autorização para lançar o concurso público destas duas linhas. No primeiro concurso houve uma situação de empate e portanto agora o que nós acrescentámos foram vários subcritérios, digamos, ao critério de desempate, porque nós impomos ou incentivamos que os autocarros a fornecer sejam novos e portanto têm aí uma ponderação máxima, um valor máximo, nas instalações também, mas havia depois que diferenciar, uma vez que no outro concurso, dos cinco concorrente, três estavam em situação de empate, porque todos eles apresentavam, pelo menos na sua primeira proposta, autocarros de zero quilómetros, novos, não de matrícula nova, não é a mesma coisa como sabem e portanto tivemos agora que especializar mais os critérios, os subcritérios, que nos permitem fazer a distinção e é isso também que se pede aqui à Assembleia, é a autorização para lançarmos este concurso. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Vice-Presidente. Pergunto se mais alguma das Senhoras Deputadas ou dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre esta matéria? Não tenho nenhum pedido nesse sentido, vou pôr à votação. Aprovado por unanimidade. Passamos agora ao Ponto Sete, recorde que está a decorrer a votação, já nos estamos a aproximar do ponto Dez, convinha irem votar. O Senhor Vice-Presidente está aqui a solicitar e parece-me muito bem que juntemos o Ponto Sete e o Ponto Oito, do ponto de vista da apresentação e depois fazer as votações separadas. Ponto Sete – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Viseu sobre “ALIENAÇÃO DE CINCO LOTES, PARA CONSTRUÇÃO HABITACIONAL/COMÉRCIO/SERVIÇOS, INSERIDOS NO PLANO DE PORMENOR PPI, JUNTO À RUA CAPITÃO HOMEM RIBEIRO” e o Ponto Oito – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Viseu sobre “ALIENAÇÃO DE QUATRO LOTES, PARA CONSTRUÇÃO HABITACIONAL/COMÉRCIO/SERVIÇOS, TRÊS DOS QUAIS INSERIDOS NO PLANO DE PORMENOR PPI, NAS TRASEIRAS DO TRIBUNAL E UM LOTE LOCALIZADO JUNTO AO PAVILHÃO DO INATEL”. Dava a palavra ao Senhor Vice-Presidente para a apresentação dos dois Pontos. -----

-TRINTA E NOVE – O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia. Nada tem aqui de novo, é uma alienação do património que se pretende, obviamente em hasta pública e entendemos que deveríamos ter esta autorização e dispensávamos inclusivamente aqui trazer uma vez mais, porque não sabemos o comportamento do mercado neste momento, embora não seja talvez o momento mais favorável para a construção civil e para o imobiliário, sabemos também que há pessoas com capacidade financeira para o fazer. Há também o cuidado de permitir a compra em lotes e não num bloco. Nesse caso, estaríamos a privilegiar eventualmente um grande grupo e assim até uma entidade singular poderá tentar adquirir o lote, independentemente do pacote total. E tanto num caso como noutra é património municipal que entendemos que deve ser realmente alienado, no sentido de mantermos também a parte financeira saudável. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Vice-Presidente. Dou a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira, que a pediu. -----

-QUARENTA – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Senhor Presidente, restante Mesa, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados. Alienar



espaços, eu acho que os espaços deviam fazer parte dum projeto para a cidade, alienar limita sempre a futura recomposição urbana. Um planeamento integrado deve ter espaços verdes, bibliotecas, parques de jogos, enfim, equipamentos que deem a tal qualidade de vida. Uma visão integrada do planeamento não pode vender pedaços do território sem estes equipamentos e dá-me a impressão que esta urbanização desgarrada, que fica toda atarracada, sem espaço para estes equipamentos. Por exemplo, os jardins, como já disse há pouco, não há jardins, não se têm feito mais jardins. Há muitas flores nas rotundas e nos separadores, há muitas flores, mas os jardins, as flores são para a gente cheirar, aliás, até há jardins com cheiros e muito bem, puseram lá umas plantinhas com cheiros para os invisuais. Se é certo que perto desse espaço está o Parque Urbano da Aguieira, a verdade é que o Parque Urbano da Aguieira está no papel, foi mais uma das obras desperdiçadas do POLIS, que ficou por fazer ... Parece-me que ali ficava melhor um espaço verde, mas há espaços verdes, há até quem pinte rotundas de verde e depois chamam àquilo espaço verde, um jardim onde pudesse existir simultaneamente memória da zona histórica, que foi aquele espaço onde existia a Estação dos Caminhos de Ferro, sei lá, uma locomotiva, até esculturas alusivas ao caminho de ferro. Aquele núcleo museológico que a PT e a CP fizeram agora não tem lá nada, só lá tem aquele relógio, mas há de facto equipamentos que poderiam ser valorizados e fazer lembrar essa memória. Acho que não ficava mal ali de facto um espaço, um jardim, porque repare Senhor Vice-Presidente, a Avenida da Europa neste momento tem lá aquelas casas atrás do Tribunal, tem aquela à frente que tem um buraco, parece que o empreiteiro até já fugiu e aquilo está lá tudo, ao lado do Tribunal, à frente do que está construído, aquilo é um buraco, até parece mal, se comprasse ali uma casa ficava incomodado por ter ali um maninho, um buraco daqueles, aliás, está cercado agora, para não parecer mal a quem passa. Há muita casa, há torres na Quinta do Bosque que estão ocas, acho que nem chegam a pagar o condomínio, acho que em vez de construirmos mais, era preferível de facto tratarmos destes pormenores, que dão de facto mais qualidade de vida à cidade. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Tenho mais uma inscrição do Senhor Deputado Alexandre Santos, para se pronunciar sobre estes dois Pontos. -----

-QUARENTA E UM – O SENHOR DEPUTADO ALEXANDRE JOÃO OLIVEIRA GONÇALVES SANTOS (PS): Mais uma vez boa tarde. Reitero novamente os cumprimentos a todos os presentes. A minha questão relativamente a estes Pontos é a seguinte. Conforme o Senhor Vice-Presidente afirmou, de facto esta não é a melhor altura, o mercado de facto está em contração. Não estou certo, mas penso que já tivemos uma votação há cerca de dois anos, em dois mil e dez, relativamente à alienação de uns lotes, não sei se serão os mesmos, se não. Não serão os mesmos. De facto, a minha questão é: conforme já pudemos constatar nas Assembleias Municipais anteriores, que de facto as contas da Câmara estão sólidas, de boa saúde e recomendam-se, estando de facto o mercado em contração, se não seria melhor de facto adiar esta alienação de património, para que de facto pudesse ser de alguma forma mais rentável, ou se haverá alguma outra questão para se estar a fazer neste momento esta alienação? Fala-se da questão do corte de vinte milhões no QREN para o distrito de Viseu, mas não sei se também está relacionado com esta situação. Era só se pudesse esclarecer neste aspeto, que o fizesse. Obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Não sei se há mais alguma Senhora ou Senhor Deputado que queiram pronunciar-se sobre estes dois Pontos? Não tenho, então dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente para responder. -----

-QUARENTA E DOIS – O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia. Ainda bem que são colocadas estas questões, que é preciso realmente esclarecer. Efetivamente os lotes da Rua Capitão Homem Ribeiro e os das traseiras do Tribunal estão inseridos num Plano de Pormenor, que é um Plano de Pormenor modelo do País. É o Plano de Pormenor número um, onde foi aplicado, como sabem, pela primeira vez o sistema periequativo, que tem sido realmente muito elogiado pelos outros municípios, inclusivamente o Município de Viseu,



através do Diretor de Departamento, fez ações de formação e de esclarecimento em vários municípios do nosso País. E realmente este sistema periequativo permitiu que uma zona que estava um pouco abandonada na cidade passasse a ter realmente a Avenida da Europa, os arruamentos complementares e permitiu uma coisa extraordinária, que não tem que ser feita já, permitiu conseguirmos uma bolsa de vinte e três hectares de zona verde. O Parque Urbano da Aguieira é conseguido para o domínio municipal através deste PP1, através deste sistema de periequação. Doutra maneira, muito provavelmente o Município não teria capacidade financeira para comprar aqueles terrenos e muito provavelmente aqueles terrenos, que são já hoje um parque natural e já lá vamos depois à outra componente, seriam realmente alvo de especulação imobiliária e através do planeamento conseguiu-se travar essa tendência. Nós temos de vinte e três hectares dentro da cidade, aliás, quem passa pela perimetral, o trabalho que o Polis fez e aquela ponte da ciclovia, porque realmente o dinheiro não chegou para mais, sejamos claros, o terceiro quadro até acho que foi muito bem explorado por nós, aliás como estamos a explorar muitíssimo bem o QREN. Quem tiver dúvidas basta perguntar os dados à CCDR. Não há município nenhum na região centro que tenha contratado mais QREN do que Viseu, nenhum. Aliás, ainda há bem pouco tempo, um Senhor Presidente da Câmara, por acaso do Partido Socialista, defendia na Assembleia Municipal que depois de Viseu, era realmente aquele município que mais tinha contratado verbas do QREN. Nós normalmente não deixamos passar nada do QREN, nada, tudo aquilo e não só, fundos comunitários, alguns autónomos, ainda agora candidatámo-nos ao GER, por causa da eficiência energética, portanto nós temos tido esse cuidado. Não há aqui problema nenhum com os espaços verdes, o Plano de Pormenor número um tem para já uma volumetria dos prédios extremamente contida, aqueles prédios que estão ali em frente ao Tribunal, é a cêrcea máxima que é permitida, que é perfeitamente contida, numa avenida como a Avenida da Europa, que tem cinquenta e seis metros de largura, com passeios larguíssimos, aliás, na altura quando os lançámos, algumas pessoas criticaram que os passeios eram largos de mais, nós entendemos que não, com separador, com duas vias e meia de cada lado ... Espaços verdes, espaços lúdicos, tem n quando todo o Plano estiver executado. É lógico que agora realmente não há a construção que seria previsível, mas não tenhamos ilusões, assim que as condições do imobiliário melhorarem, as pessoas vão regressar a uma zona muito importante da cidade. Nós estamos ali dentro da cidade com tudo. Relativamente ao Parque Urbano da Aguieira, nós acabámos de adjudicar um conjunto de caminhos pedonais dentro do parque, para irmos cumprindo a pouco e pouco o projeto que temos. Agora, é lógico que a nossa intervenção em termos de POLIS rondou os cinquenta e dois milhões de euros, foi uma das maiores intervenções de todo o País, só superada por Viana do Castelo e como sabem, Viana do Castelo ainda tem para resolver o problema do Edifício Coutinho e não só. Não teve efetivamente derrapagens e portanto acho que o Parque Urbano da Aguieira foi realmente muito bem reservado atempadamente, para que depois se possam fazer as obras que lá devemos fazer. Mas uma coisa é certa, aqueles vinte e três hectares estão ali realmente reservados. Portanto, não há realmente que nos preocuparmos com a situação dos espaços verdes, das praças e portanto teremos também obviamente que construir os prédios para as pessoas lá viverem. Ainda agora falava aqui para o lado, se nós tivéssemos optado na cidade e esta é uma medida clara de política de ordenamento do território e de urbanismo, se tivéssemos optado pela construção em altura, algumas cidades espanholas bem conhecidas e muito maiores do que nós, o caso de Barcelona, optou por fazer a cidade na vertical e nós optamos por fazer a cidade na horizontal. Portanto, não temos ali torres como sabe, não há ali torres no PP1, a volumetria dos prédios não ultrapassa aquela, portanto não teremos esses problemas, temos espaços suficientes, mas também temos de ter casas para as pessoas viverem, não podemos ter ali um jardim pegado. Aliás, quero-lhe dizer que realmente em termos de jardins, ao contrário daquilo que o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda aqui disse, nós temos aumentado enormemente os espaços verdes, grandes, na cidade e não só, ao ponto



de neste momento já não termos capacidade com os nossos recursos, já há algum tempo, de fazer essa manutenção, porque são os espaços tão grandes que nós estamos a recorrer ao outsourcing, para exatamente manter esses mesmos espaços verdes. Não há que realmente nos preocuparmos. Quanto à oportunidade, é lógico que nós temos também aqui um valor, não estamos a fazer qualquer venda ao desbarato, de maneira nenhuma, estamos a fazer a venda de acordo, propondo até uma redução de dez por cento. E teremos obviamente também que encarar o futuro, se nós não o tivéssemos feito, certamente a passagem do terceiro QCA para o QREN, teria sido extremamente dolorosa. Há muitos exemplos no País de paragem total, até já neste momento, porque esses municípios não estão dotados de recursos financeiros que lhes permitam fazer frente à componente nacional da comparticipação e quando hoje já estamos na casa dos oitenta por cento de comparticipação. Inclusivamente, até por termos executado, vamos ter penso eu, agora mais um prémio, que poderá chegar aos oitenta e cinco por cento e por isso é que nós temos neste momento, ao contrário do que sucede no País, em que a meta de execução do QREN anda à volta dos quarenta e cinco por cento, em Viseu nós temos na regeneração urbana noventa por cento de execução e na contratualização oitenta e dois por cento. O que significa realmente que estamos muito atentos e estou convencido que não é por aqui que nós iríamos desbaratar qualquer recurso. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Vice-Presidente. Não tenho mais nenhuma intervenção sobre esta matéria. Vou pôr à votação o Ponto Sete, primeiro. Não sei se querem que volte a ler? Não, são dois Pontos separados, têm que ser duas votações separadas. Vou pôr à votação o Ponto Sete. Aprovado com quarenta e seis votos a favor, onze abstenções e um voto contra. Passamos agora ao Ponto Oito para votação. Aprovado com quarenta e cinco votos a favor, doze abstenções e zero votos contra. Lembrava só que estamos quase a chegar ao Ponto Dez, onde terminaremos a votação do Ponto Dez e lembrava às Senhoras Deputadas e aos Senhores Deputados que ainda não votaram, fazerem o favor de o fazerem aqui ao lado, para depois encerrar o processo de votação e fazer o escrutínio. Passávamos então ao Ponto Nove – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Viseu sobre alteração ao **“REGULAMENTO DO VISEU SOLIDÁRIO - ALTERAÇÃO”**, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 53º, nº 2, alínea a) da Lei nº 169/99. Dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente para fazer a apresentação. -----

-QUARENTA E TRÊS – O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia. Trata-se também de uma alteração mínima a um regulamento que também já aqui esteve presente e que não traz nada de especial. Portanto, é uma alteração muito pequena e que nós pomos à vossa consideração, sobretudo no que diz respeito ao apoio que nós também temos que dar às pessoas portadoras de deficiência. Nada mais a acrescentar. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Vice-Presidente. Pergunto se alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados se pretende pronunciar sobre este Ponto? Não tenho nenhuma manifestação de vontade nesse sentido, vou pôr então à votação. Aprovado com uma abstenção, o que significa que é aprovado com cinquenta e seis votos a favor e uma abstenção. Passávamos agora ao Ponto Dez e portanto a partir deste momento considero que terminou o prazo para votar a eleição do Presidente de Junta de Freguesia e o seu substituto como Nacional de Municípios Portugueses. Já pedi ao Senhor Secretário para acompanhar o escrutínio, se algum dos Senhores Deputados quiser acompanhar também o escrutínio poderá fazer, um por grupo municipal, se assim o entenderem. Se confiarem no Senhor Secretário e nos Serviços, até ao final da Sessão anunciarei o resultado da votação. Passávamos agora a três Pontos que estão diretamente ligados. Pedia a atenção dos Senhores Deputados, para que a metodologia ficasse bem clara. Vamos entrar em três Pontos que têm diretamente a ver com a reorganização administrativa. Como é do conhecimento, foi criado um Grupo de Trabalho, constituído pela Mesa da Assembleia Municipal, um representante de cada um



dos grupos municipais e também por representantes, três Vereadores da autarquia, que têm participado nas reuniões deste Grupo de Trabalho, exatamente com o objetivo de preparar este processo. Ao mesmo tempo foi solicitado, enfim, tive o cuidado de preparar um documento que na altura também foi dado conta ao Grupo de Trabalho, em que se referia a metodologia, interpretando a Lei 22/2012 de 30 de maio. Nós, basicamente e para não estar a perder muito tempo, as Câmaras Municipais devem apresentar a sua proposta de reorganização do território às Assembleias Municipais, se assim o entenderem. No caso concreto, a autarquia de Viseu, e este era o Ponto Onze, transmitiu à Assembleia Municipal, no âmbito da reorganização administrativa, o seguinte teor de uma deliberação: “Do quadro da Lei 22/2012 de 30 de maio, a Câmara Municipal de Viseu delibera por unanimidade endossar à Assembleia Municipal de Viseu, pela sua mais expressiva representatividade, a aplicação do teor do disposto no artigo décimo primeiro da referida Lei”. Assim sendo, o que diz a Lei é que, caso o não façam, obviamente que devem emitir parecer sobre a proposta da Assembleia Municipal, mas a proposta tem que surgir no âmbito da Assembleia Municipal. “Em todo o caso, a ausência de proposta ou parecer por parte da Assembleia de Freguesia ou da Câmara Municipal não exima a Assembleia Municipal do cumprimento dos deveres previstos na Lei, designadamente o de deliberar sobre a reorganização do território do município. Com efeito, às Assembleias Municipais, enquanto órgão autárquico mais representativo do município, cabe o dever de pronunciar-se sobre a reorganização do território, observando preferencialmente os elementos orientadores do artigo oitavo e observando obrigatoriamente os parâmetros de agregação previstos no artigo sexto”. O prazo também definido é de noventa dias após a entrada em vigor da Lei, prazo que se suspende nas férias judiciais, o que, da avaliação que fizemos no Grupo de Trabalho, temos duas hipóteses: ou deliberamos na assembleia ordinária do mês de setembro, ou convocaremos uma assembleia extraordinária para o efeito. Também chegámos a um entendimento amplo sobre a metodologia, que eu depois apresentaria, penso que só faz sentido apresentar a proposta da metodologia e fazermos o debate sobre ela depois de discutirmos o Ponto Doze. Se estivessem de acordo, nós passaríamos já, fazemos aqui uma inversão, digamos assim, da Ordem de Trabalhos. Primeiro tratávamos o Ponto Doze e que tem a ver com a apreciação e votação da proposta do Bloco de Esquerda sobre “PROJETO DE DELIBERAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE REFERENDO LOCAL RELATIVAMENTE À PRONUNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU, SOBRE A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA”, de acordo com o previsto no artigo décimo primeiro, número um e número três da Lei 22/2012 de trinta de maio. Queria dizer que, sobre a proposta do Bloco de Esquerda, a Mesa teve dúvidas se de facto o teor da frase estaria correto e se estaria de acordo com a Lei e solicitámos um parecer aos serviços jurídicos da Câmara Municipal de Viseu e no entendimentos dos serviços jurídicos é que de facto, da forma como estava formulada a pergunta, ela estava nos termos da Lei e portanto a Mesa resolveu assumir a proposta como válida e para poder ser debatida por esta Assembleia Municipal. A metodologia que eu propunha era que discutíssemos agora o Ponto Doze, no fundo a proposta e daria a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira para a apresentação da proposta, faríamos o debate e faríamos a votação. Depois disso, entraríamos num Ponto último, que seria basicamente discutir a metodologia e deliberar sobre a metodologia a seguir, mas não faz sentido estarmos a aprovar uma metodologia que estará condicionada pela aprovação ou não do Ponto Doze. Eu perguntava se está claro? Do Ponto Onze faríamos a discussão, juntamente com o Ponto Treze, porque repare, o Ponto Onze, basicamente, é cumprir um preceito da Lei, que é tomar conhecimento de que o Executivo Camarário deliberou por unanimidade de que não irá apresentar e que remete para a Assembleia Municipal. Quando muito, eu poderia dar a palavra à Câmara Municipal, se assim o entender, para explicar essa deliberação. Não o foi solicitado, portanto obviamente podemos, se estiverem de acordo, fazer esse debate no Ponto Treze, porque seria redundante estarmos a debater duas vezes



o mesmo assunto, eu coloquei isto na Ordem de Trabalhos assim para cumprir os formalismos todos da Lei. Só queria ter claro que toda a gente percebeu estes procedimentos e que está toda a gente de acordo. As Senhoras e os Senhores Deputados, estamos todos de acordo? Isto ficou registado em ata e será esta a metodologia que iremos seguir. Assim sendo, iríamos dar início ao Ponto Doze e dava a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira para fazer a apresentação da proposta e depois concluiremos o debate. -----

-QUARENTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):

Senhor Presidente da Mesa, restantes elementos da Mesa, Senhor Vice-Presidente, ou Senhor Presidente em exercício, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Comunicação Social, Público e funcionários. A Proposta é esta: A Assembleia Municipal de Viseu, vou-me restringir apenas à proposta em si, delibera, nos termos do artigo vigésimo terceiro da Lei Orgânica nº 4/2000 de vinte e quatro de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica nº 3/2010 de quinze de dezembro e Lei Orgânica nº 1/2011 de trinta de novembro, aprovar a realização de um Referendo Local, submetendo ao Tribunal Constitucional a sua fiscalização preventiva, nos termos do artigo vigésimo oitavo da Lei Orgânica nº 4/2000 de vinte e quatro de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica nº 3/2010 de quinze de dezembro e Lei Orgânica nº 1/2011 de trinta de novembro, com a seguinte pergunta: Concorda que a Assembleia Municipal de Viseu se pronuncie sobre a reorganização das freguesias integradas no Município de Viseu, promovendo a agregação, fusão ou extinção de qualquer uma delas? Ora bem, os atuais órgãos autárquicos não foram eleitos com base em qualquer proposta eleitoral de extinção ou fusão de autarquias locais. Portanto, todos nós, todos os órgãos autárquicos carecem de legitimidade para tomar uma deliberação desta natureza. E por isso, na nossa opinião, deve-se devolver a palavra às populações. Por outro lado, a Carta Europeia de Autonomia Local é um tratado internacional, ao qual Portugal aderiu e que vincula o Estado Português, devendo por isso ser respeitado. E diz o artigo quinto da Carta Europeia de Autonomia Local que “as populações devem ser ouvidas através de referendo, quando legalmente possível”. Esta Carta Europeia de Autonomia Local é juridicamente mais relevante e vincula mais o Estado Português do que o memorando de entendimento com a troika. Ao contrário do que alguns insinuam, as freguesias não vêm da reforma administrativa de mil oitocentos e trinta e seis, remontam à Idade Média e algumas são anteriores mesmo à fundação da nacionalidade. São realidades identitárias fortes que não se mudam por decreto, antes carecem da anuência das populações. O referendo local não pode ser visto como um meio de entrar a reforma, deve antes ser visto como meio de adequação das propostas de reforma às necessidades das populações. Simplesmente o que acontece é que a Lei é tão má que os seus autores e apoiantes temem os efeitos do referendo local. E é por isso mesmo, precisamente por isso que a Câmara Municipal não quer queimar-se com este fogo, enfim, aberto pelo Ministro Relvas, que alguns já qualificam, aliás, fui eu que lhe pus o nome de “Bulldozer das Freguesias”. Portanto, o referendo local nesta matéria é admitido por constitucionalistas, como o Professor Doutor Jorge Miranda e pela própria jurisprudência do Tribunal Constitucional, acórdãos do Tribunal Constitucional nº 390/98, nº 133/99 e nº 518/99. É verdade que estes acórdãos se referem a uma Lei do Referendo Local que já não está em vigor. É verdade também que a atual Lei do Referendo Local pede o referendo local e a apreciação é matéria da exclusiva competência da Assembleia da República, artigo quarto, nº um, alínea a), da Lei Orgânica nº 4/2000 de vinte e quatro de agosto. Mas o que é objeto de referendo, não é exercício da competência legislativa da Assembleia da República, mas sim uma competência que a Lei nº 22/2012 atribui aos órgãos das autarquias locais. Pronunciar-se, no caso das assembleias municipais, e dar parecer, no caso das assembleias de freguesias, sobre a reorganização territorial autárquica. Ainda que se considere, pelos motivos expostos, o referendo ilegal, deve dar-se a oportunidade para a sua aprovação. É que para a sua



realização, o Tribunal Constitucional tem obrigatoriamente de proceder à sua fiscalização, o artigo vigésimo quinto da Lei Orgânica nº 4/2000 de vinte e quatro de agosto. E assim, por mais respeito que possam merecer todos os pareceres jurídicos que surjam, a melhor forma de nos assegurarmos do seu mérito é permitir que o Tribunal Constitucional decida. E o processo está isento de custas, por isso, nas autarquias locais que ninguém se esconda atrás de pareceres jurídicos ou da defesa da legalidade para votar contra as propostas do referendo. Se forem ilegais, o Tribunal Constitucional o dirá, quem quiser vota contra, mas que o faça por razões políticas e que assuma que não quer ouvir a população. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Está em debate, a proposta foi apresentada. Tenho a inscrição do Senhor Deputado Paulo Pereira. Tem a palavra. -----

-QUARENTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA

PEREIRA (PSD): Senhor Presidente da Mesa, Senhor Secretário, Senhora Secretária, Senhor Presidente do Executivo em exercício, Senhora Vereadora, Senhor Vereador, Membros da Assembleia Municipal, caro Público. É-nos aqui apresentado para apreciação e votação o projeto de deliberação, que sofreu ligeiras alterações relativamente àquilo que nos tinha sido enviado ou que estava disponível no projeto anterior, mas não alterou em nada o seu conteúdo ou os seus objetivos, mas só posso precisar que houve pequenas alterações na reformulação, no fundo, é a frase que está reformulada. Este projeto de deliberação diz respeito à realização de um referendo local sobre a reorganização administrativa territorial autárquica, com a seguinte questão: “Concorda que a Assembleia Municipal de Viseu se pronuncie a favor da reestruturação das freguesias do concelho de Viseu, promovendo a agregação, fusão ou extinção de qualquer uma delas?” Bem, em primeiro lugar importa referir que a Lei nº 22/2012 de trinta de maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, refere no seu artigo décimo primeiro, no ponto um: “A assembleia municipal delibera sobre a reorganização administrativa do território das freguesias, respeitando os parâmetros de agregação” e depois no ponto três, do mesmo artigo que “A deliberação a que se refere o número um designa-se por pronúncia da assembleia municipal”. Portanto, para todos percebermos os conceitos que estão aqui em análise. Relativamente à Lei do Referendo, a Lei Orgânica nº 4/2000, de vinte e quatro de agosto, que define precisamente o regime jurídico do Referendo Local, refere no seu artigo quarto, ponto um: São expressamente excluídas no âmbito do referendo local: alínea a) As matérias integradas na esfera de competência legislativa reservada aos órgãos de soberania, e na alínea b) As matérias reguladas por ato legislativo ou por ato regulamentar estadual que vincule as autarquias locais”. Posto isto, o primeiro problema associado ao projeto de deliberação de referendo proposto reside no não cumprimento do regime jurídico do referendo local, nomeadamente na alínea b) atrás referida. Ou seja, se a questão ou matéria colocada no referendo não cumprir o disposto na Lei, não pode ser realizado um referendo. Obviamente que há aqui várias questões na interpretação da Lei, eu não sou obviamente jurista, de qualquer maneira, é a interpretação que eu faço, embora compreenda que possam existir outras. Vou dar alguns exemplos. Suponham que fazíamos um referendo com a questão: “Concorda com a carga fiscal e tributária que incide sobre um habitante do concelho de Viseu?”, provavelmente a maioria das respostas seria negativa. Outros exemplos: “Concorda que exista diferenciação positiva na carga fiscal de um habitante do concelho de Viseu, comparativamente com um habitante das áreas metropolitanas de Lisboa ou do Porto, para onde são canalizados grande parte dos investimentos públicos?”, aqui provavelmente a resposta maioritária seria positiva; ou ainda e de uma forma mais trebelha, se perguntarmos a um habitante de Castelo Branco, da Guarda, ou até de um concelho mais próximo, como Mangualde, ou pelos vistos se calhar, como vimos aqui nas discussões anteriores, até alguns habitantes do próprio concelho de Viseu, a questão seguinte: “Concorda com o facto de Viseu ser, pela segunda vez consecutiva, caracterizada



pela DECO como a cidade portuguesa com mais qualidade de vida?"; ou se perguntarmos a um português se "Concorda com o facto de Portugal ter sido eliminado pela Espanha, no desempate por penaltis, no campeonato europeu?", as respostas seriam provavelmente maioritariamente negativas. Todos estes exemplos para quê? Para demonstrar que as consequências de quaisquer destes exemplos poderiam ser nulas, pois entram em conflito com a Lei ou, nos exemplos mais trebelhos, não alteram o que já aconteceu. Mas, dando de barato que algumas das notas justificativas do projeto de deliberação do referendo proposto justificavam a sua realização no âmbito deste projeto de deliberação, importaria depois analisar a questão proposta. A forma como a questão é colocada, "Concorda que a Assembleia Municipal de Viseu se pronuncie a favor da reestruturação das freguesias do concelho de Viseu promovendo a agregação, fusão ou extinção de qualquer uma delas?", é totalmente inadequada, senão vejamos, quem estiver de acordo com a agregação das freguesias, com a fusão das freguesias, mas que não esteja de acordo com a extinção das freguesias, não pode responder afirmativamente à questão que é colocada. Aqui há um pormenor relevante: é que a extinção de freguesias não é referida em qualquer ponto da Lei nº 22/2012 de trinta de maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica. Mas vamos ainda supor, talvez por absurdo, como se faz na demonstração de alguns teoremas matemáticos, que os problemas anteriores eram ultrapassáveis. Existe ainda um terceiro aspeto que importa frisar: suponhamos que a proposta de referendo era realizada nos termos propostos no projeto de deliberação e que a maioria das respostas eram negativas. Quais seriam as consequências de tal situação? A Assembleia Municipal, cumprindo a vontade expressa no referendo, não apresentaria a pronúncia. Voltamos então à Lei nº 22/2012 de trinta de maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, que no seu artigo decimo quarto, ponto um, alínea b), que é relativo à Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território, que funciona no âmbito da Assembleia da República, refere que: "à Unidade Técnica compete apresentar à Assembleia da República propostas concretas de reorganização administrativa do território das freguesias, no caso de ausência de pronúncia das assembleias municipais". Então o que é que aconteceria? Teríamos alguém sentado no seu gabinete em Lisboa a fazer o mapa da reorganização administrativa do concelho de Viseu, o que penso que ninguém, nem o próprio proponente deste projeto de deliberação, pretende. O grupo parlamentar do PSD valoriza a participação democrática do cidadão e esta é promovida, a vários níveis, junto do Partido e do Executivo Camarário. O grupo parlamentar do PSD valoriza a opinião de todo e qualquer cidadão, nomeadamente os do concelho de Viseu. Mas o grupo parlamentar do PSD não está disponível para dar o seu aval a propostas imponderadas e cujas consequências poderiam ser extremamente negativas, pelo que votará contra este projeto de deliberação para a realização de um referendo local sobre a reorganização administrativa territorial autárquica, com a questão que é nele colocada. Obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Tenho mais uma inscrição do Senhor Deputado João Paulo Rebelo. Tem a palavra. Não registo mais nenhum pedido de uso da palavra neste Ponto. -----

-QUARENTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS): Uma vez mais boa tarde a todos. Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, agora em exercício como Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Exmos. Colegas e Público. A posição do Partido Socialista é clara sobre este Ponto e é bastante mais concisa do que a do Deputado Paulo Pereira, mas que de facto, aqui apresentou alguns argumentos que também são os que eu não vou reiterar, por uma questão de economia de tempo, mas concordamos com a auscultação das populações, não descartamos inclusivamente que ela possa ser feita neste processo, dependendo exatamente da metodologia que viermos a assumir aqui nesta Assembleia nos Pontos que vamos discutir a seguir, não concordamos é nos termos em que é colocada na proposta do Bloco de Esquerda e por isso vamos votar contra. -----



MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Pergunto se mais alguém se quer pronunciar sobre esta matéria? Nós estamos em condições de fazer a votação desta proposta, não sei se o autor da proposta quer voltar a usar da palavra? Então vamos passar à votação. A proposta foi rejeitada com cinquenta e seis votos contra e um voto a favor. Está esgotado o Ponto Doze da Ordem de Trabalhos. Sendo assim, iria passar agora ao Ponto Treze que tem a ver com a **“ADOÇÃO DA METODOLOGIA A IMPLEMENTAR PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA DAR CUMPRIMENTO À LEI 22/2012 DE TRINTA DE MAIO, QUE APROVA O REGIME JURÍDICO DA REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA”**. Na reunião do Grupo de Trabalho, basicamente tínhamos consensualizado, há só um aspeto que não tinha sido consensualizado, que eu referirei, mas tínhamos consensualizado o seguinte: em primeiro lugar aguardar a decisão formal do Município, já a temos, portanto a decisão formal do Município foi remeter para a Assembleia Municipal essa responsabilidade; a segunda questão que tínhamos acertado, era se a decisão for no sentido de não apresentarem nenhuma proposta, a Assembleia Municipal procurará um consenso alargado. Consenso alargado esse que será tratado no âmbito do Grupo de Trabalho. Para obter esse consenso alargado serão tomadas as seguintes ações: tentar obter a pronúncia de todas as assembleias de freguesia; solicitar a uma entidade externa independente um estudo técnico e na deliberação, ou melhor, no debate que fizemos desta matéria, entendemos que a entidade que estava melhor apetrechada para o fazer, seria o Instituto Politécnico de Viseu, através da Escola Superior de Tecnologia e da “démarche” que eu fiz junto do Presidente do Instituto Politécnico, foi-me indicado o Professor Alfredo Simões e a sua equipa, como estando disponíveis para fazer este estudo. A questão seguinte seria a marcação de uma sessão informal da Assembleia Municipal, convidando as forças vivas do concelho a participarem, portanto iria, não seria uma assembleia municipal no seu figurino normal, mas seria uma sessão em que serão convidados os membros todos da Assembleia Municipal e as forças vivas, com uma listagem que será estabilizada entre todos os membros do Grupo de Trabalho, que foi participado exatamente para fazer um debate que será feito à porta fechada, com as entidades. Ficou também definido que cada Partido com assento na Assembleia Municipal pode fazer chegar ao Grupo de Trabalho sugestões de agregação, isto é, independentemente daquilo que resulte deste estudo que vai ser feito, poderá apontar dois, três cenários, ou nenhum, isso será, digamos, um estudo de base científica que nos permitirá também tomar algumas decisões e cada grupo municipal pode fazer chegar a este Grupo de Trabalho as propostas de agregação que entendam. Por último, será marcada uma assembleia municipal extraordinária, ou ordinária, ou introduziremos um Ponto na ordinária de setembro, em que deliberaremos sobre a proposta final do Grupo de Trabalho, que pode ser uma proposta no sentido de apresentação de uma proposta, ou não. Penso que ficou claro, isto foram os pontos que nós debatemos e penso que todas as pessoas que estiveram presentes na reunião, onde só não esteve representado o CDS/PP e que manifestou que estaria solidário com aquilo que fosse o consenso encontrado. Portanto, este foi o consenso encontrado no âmbito do Grupo de Trabalho que eu gostava de colocar agora formalmente à consideração da Assembleia Municipal. Para quê? Para que isto seja uma metodologia, que não seja só a metodologia do Grupo de Trabalho, mas que seja a metodologia adotada pela Assembleia Municipal, para se poder chegar a um bom porto. É isto que está à discussão e colocava do lado dos Senhores Deputados e das Senhoras Deputadas o debate sobre esta matéria. Senhor Deputado Carlos Vieira faça o favor, tem a palavra. -----

-QUARENTA E SETE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Senhor Presidente da Mesa e restantes elementos da Mesa, Senhores Vereadores e Vereadoras, Senhores Deputados e Deputadas, Senhores representantes da Comunicação Social, Público e funcionários presentes. Desde o princípio que o Bloco de Esquerda defendeu claramente, embora houvesse quem fizesse



alguma confusão relativamente a isso, que defendia o referendo. Porque isto é demasiado grave e tem implicações de facto demasiado graves, para que não seja devolvido, até porque com o argumento que eu comecei por dar há pouco, carecemos todos de legitimidade porque não colocamos isto ao eleitorado. E todo o esforço de consenso que nós fizemos no Grupo de Trabalho foi sempre no pressuposto de que chegaríamos a convencer a Assembleia de que o referendo era inevitável, era incontornável. Como tal parece não ter acontecido, eu prescindi até de rebater os argumentos sofistas do Senhor Deputado, porque o Sócrates, o filósofo grego, é que passou a vida toda a combater os sofistas, a chamá-los aldrabões, sem ofensa, a chamá-los profissionais da retórica, que provavam que um mais um eram três e o Sócrates de facto passou a vida a tentar provar isso. Eu sinceramente não tenho a pachorra de Sócrates, portanto não vou refutar. Claro que toda a gente diz que se houvesse um referendo, não sei se seria legal, sobre impostos, dizia logo que não. Mas tendo em conta isso, permitam-me que, eu acho que não faz sentido, para mim não faz sentido, nestas circunstâncias fazer debates da Assembleia Municipal à porta fechada. Então se uma assembleia normal é à porta aberta, porque é que agora vamos fazer debates à porta fechada? Se houvesse um debate, um processo de referendo, em que toda a gente pudesse participar, admitia isso por uma questão até de escalada no debate processual, admitia, agora chega ali e ponto final ... Aí acho, sinceramente acho que não, acho que a sessão deve ser aberta a toda a população, sem prejuízo de cada Partido poder convidar, como estava definido, convidar associações, etc., mas isso é o direito que qualquer cidadão tem, naturalmente. Era só, obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito bem. A posição do Bloco de Esquerda ficou bem clara, concorda com a metodologia toda, à exceção da lógica da sessão ser à porta fechada. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. Sim pode ser, faça favor Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

-QUARENTA E OITO – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS): Isto é que é o verdadeiro espírito de colaboração na matéria. Eu acho que não ficou decidido no Grupo de Trabalho que a assembleia fosse à porta fechada, a ideia não era ser à porta fechada, a ideia era fazer uma assembleia aberta às forças vivas, em que cada um dos Partidos representados apresentaria, digamos, instituições, entidades a serem convidadas. Quer dizer, não me parece que seja entendido como sendo à porta fechada. À porta aberta é o quê? Era virem os cem mil habitantes, mas isso nem então no Estádio do Fontelo lá cabíamos. Quer dizer, a posição do Partido Socialista é de facto estar de acordo com essa Assembleia Municipal, como acordámos no Grupo de Trabalho, mas vim aqui fazer essa diferença, porque se calhar o Deputado Carlos Vieira entendeu de forma diferente da que eu tinha entendido, ela é à porta aberta, enfim, porta aberta no sentido de que vai ser aberta não só aos membros desta assembleia, vai ser aberta a instituições, a clubes desportivos, a associações, portanto em quem, mais uma vez em consenso, o Grupo entender que faz sentido estar a chamar para essa assembleia. Até me parece de alguma maneira incorreto estarmos a dizer à porta fechada, porque à porta fechada seria se só estivessem aqui os Deputados eleitos e os Senhores Presidentes de Junta que fazem parte, integram esta Assembleia Municipal. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Concordo com a interpretação, porque de facto se fosse uma assembleia municipal na sua configuração, quem teria direito ao uso da palavra, nos termos regimentais, seriam os Deputado, os Senhores Presidentes de Junta e no final da sessão podíamos dar a palavra ao Público, se assim o entendêssemos. O que diz faz sentido, faz sentido porque de facto é uma sessão da Assembleia Municipal informal, em que de facto não há uma convocatória formal, há uma notificação de todos os membros da Assembleia Municipal e dos Senhores Presidentes de Junta para participarem nesse debate, do Executivo, e ao mesmo tempo consensualizava o convite a entidades que o Grupo de Trabalho entenda que faz sentido participar nesse debate. E obviamente que no debate participarão as pessoas convidadas, mas o debate será público e qualquer pessoa poderá assistir ao debate. Isso de facto faz sentido. Então ficaria a



proposta com essa correção, se estiverem de acordo. Muito bem, Senhor Deputado, é que se fizer uma segunda intervenção, está a esgotar as suas duas intervenções. Acho que é preferível irmos dando a palavra a mais pessoas e depois se entender. Senhor Presidente de Junta de Boaldeia tem a palavra. -----

-QUARENTA E NOVE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO BATISTA NEVES - PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BOALDEIA (PSD):

Senhor Presidente, Exma. Mesa, Senhores Secretários, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores e Vereadoras, caros Colegas. Eu venho falar, nós tivemos ali em baixo uma pequena discussão entre alguns Presidentes de Junta e a questão que se põe é esta: na metodologia que o Senhor Presidente apresentou falava em tentar obter a pronuncia das assembleias de freguesia, o que lhe quero dizer é que se nós formos perguntar às assembleias de freguesia para se pronunciarem sobre este assunto, é não. Não há reforma administrativa, não há agregação de freguesias, não há extinção de freguesias, não há nada. Essa é a resposta, é aquilo que já tem, nós já nos pronunciámos sobre isso, já discutimos isso nas assembleias de freguesia e a opinião generalizada é esta. Não sei se há alguma exceção, mas daquilo que tenho ouvido, nem há exceção nenhuma. Todas as assembleias de freguesia dizem não. Não queremos esta reforma administrativa, não queremos ser agregados a ninguém, queremos manter-nos como estamos. Depois, até por isto, um dos argumentos que é utilizado, por exemplo na Boaldeia, é este: “Nós estamos a um quilómetro duma freguesia no concelho de Tondela que tem quinhentos habitantes e fica como freguesia, não é extinta”. E eles não entendem como é que no concelho de Viseu, a um quilómetro, “porque é que nós temos que ser agregados a outros? Só porque, como Tondela é de Nível III e nós somos de Nível II, estamos ali, somos território”. Sabem o que é que dizem? “Vamos para Tondela. Pois queremos ir para o concelho de Tondela e ficamos também como freguesia, temos os quinhentos habitantes suficientes para isso”. Agora, aquilo que eu penso e que discutimos ali com alguns colegas, que na metodologia deve ser assim: então o Grupo de Trabalho, que foi nomeado por esta Assembleia, que nos apresente um mapa, o mapa vai a discussão nas assembleias de freguesia e depois levamos alguma coisa de concreto, meus Senhores, porque isto é o que diz a Lei. A Lei não diz que a Assembleia, a Câmara e a Assembleia Municipal é que têm que se pronunciar? Então a Assembleia Municipal e a Câmara que nos apresentem um mapa do concelho, nós levamos às assembleias de freguesia a dizer assim: “Perante a Lei, a Assembleia Municipal deliberou isto, é este o mapa que apresenta. O que é que os Senhores pensam?” Depois vamos ver, se perante o mapa que for apresentado, até possa haver ali, entre as assembleias de freguesia, que vão ser muito participadas, porque nessa altura vai lá aparecer se calhar oitenta por cento da população, porque o tema vai ser bastante divulgado, e depois então nós vamos auscultar. E aí trazemos, não o referendo, mas a vontade da população. Não é preciso referendo, a população vai-se pronunciar nas assembleias de freguesia àquela proposta que for emanada daqui da Assembleia Municipal. Em relação ao referendo já não há nada mais a discutir, porque, ou sim ou sopas, nós temos que nos pronunciar de alguma forma, a Lei está aprovada, o Governo não prescinde dela e nós temos que a grammar, é ou não é? As leis são assim, mesmo a gente não concordando com elas, temos que as grammar. Então vamos grammar esta Lei, mas vamos pronunciar-nos sobre alguma coisa palpável, isto é muito vago. Senhor Presidente, sabe o que é que nos dá a sensação? É de que a Assembleia Municipal, o Grupo de Trabalho que foi nomeado na Assembleia Municipal estava a tentar chutar para canto. Vá, pronunciem-se lá vocês, as assembleias de freguesia, que é para depois nós aqui mais calmamente, desculpem, é a minha interpretação e não só a minha, mas de alguns colegas Presidentes de Junta. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Senhor Presidente da Junta de Boaldeia, com toda a amizade e consideração que tenho por si, por todos os Senhores Presidentes de Junta, aquilo que o Grupo de Trabalho procurou fazer foi encontrar uma metodologia e sempre com um princípio, encontrar uma lógica dum consenso alargado.



Ponto final, paragrafo, não faça qualquer juízo de valor. O que se entendeu, na hora e meia em que estivemos a debater esta metodologia, é que não fazia sentido dar nenhum passo sem também ouvir os Senhores Presidentes de Junta e as respetivas Assembleias. E a verdade é que nós já recebemos várias pronúncias de assembleias de freguesia, Senhor Presidente da Junta. Se as assembleias de freguesia estão a enviar as suas pronúncias, a Assembleia Municipal deve-as respeitar, ler e tomar conhecimento delas. Por isso é que se diz na metodologia, não é obrigatório, o que se diz é tentar obter pronúncia e o contacto de todas as assembleias de freguesia, é isso que se está a pretender. Por outro lado, também ficou bem patente, quando se adotou a proposta para fazer a esta assembleia, pedir a uma entidade externa que fizesse um estudo, uma das questões que ficou desde logo estabilizada é que essa entidade externa teria que obrigatoriamente ouvir todos os Senhores Presidentes de Junta e teria que ouvir obrigatoriamente a Autarquia. Exatamente o que é que se pretende? Este Grupo de Trabalho quer estar municiado de toda a informação para chegar a uma conclusão, se apresenta ou não apresenta uma proposta. É tão claro como isso. Senhor Presidente da Junta, com toda a amizade, não faça juízos de valor, por que não há aqui juízos de valor, há aqui a tentativa de tratar deste processo com toda a elevação que ele tem que ser tratado, com toda a lisura que ele tem que ser tratado. Há uma Lei da Assembleia da República, que está aprovada, que define um conjunto de princípios, esta Assembleia Municipal tem que cumprir aquilo que está na Lei da Assembleia da República e é com esse espírito que o Grupo de Trabalho também foi constituído. Portanto eu pedia ao Senhor Presidente da Junta que, com toda a amizade, que não fizesse esse juízo de valor, porque foi só este o princípio que esteve presente na nossa preocupação. Tenho o Senhor Deputado Alberto Ascensão inscrito também para se pronunciar. -----

-CINQUENTA – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS): Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara em exercício, Senhoras Vereadoras e Senhor Vereador, Senhores Membros da Assembleia, minhas Senhoras e meus Senhores, Senhores da Comunicação Social. Quero começar por dizer que lamento a ausência do Senhor Presidente da Câmara, porque a intervenção que vou fazer relaciona-se e dirige-se mais, ou quase exclusivamente, à figura do Senhor Presidente da Câmara, contudo as atas dirão aquilo, refletirão aquilo que eu digo, eu vinha preparado para fazer esta intervenção e vou fazê-la. De certa forma a ausência do Senhor Presidente da Câmara sublinha algumas coisas daquelas que eu vou dizer e vou começar com um termo que me ocorre neste momento, que é como Pilatos, lavar as mãos. Neste assunto, a Câmara Municipal, eu vou-me referir, a minha intervenção é exclusivamente sobre o Ponto Onze da Ordem de Trabalhos, onde não tem nada a ver com a metodologia, estou absolutamente de acordo com a metodologia, refiro-me exclusivamente à posição da Câmara Municipal. Num assunto da importância que é este, que mexe com o concelho inteiro e com as gentes do concelho todas, é incompreensível que a Câmara Municipal empurre a decisão, empurre o trabalho para a Assembleia Municipal. Para comparar outro assunto, desde que ando nestas lides e desde o Vinte e Cinco de abril, tão importante como este, tenho que recuar ao PDM. PDM que anda há doze anos para ser revisto, com a promessa da Câmara para ser revisto, com a desculpa de não ter sido revisto porque os “boys” do PS de então complicavam as coisas. Há um ano que temos um Governo PPD/CDS e mantém-se tudo na mesma. O que quer dizer que as culpas só podem ser uma de duas coisas, ou dos “boys” do PSD/CDS, ou da Câmara Municipal, mas não é disto que eu quero falar, eu quero falar da reestruturação administrativa. Eu quero dizer que um Presidente da Câmara, que várias vezes aqui afirmou e faz constar que conhece o concelho como as mãos dele, conhece freguesia a freguesia, povoação a povoação, lugar a lugar, rua a rua, beco a beco, que trata as pessoas pelo nome porque as conhece e elas conhecem-no a ele. Um Presidente da Câmara que diz e repete, não se cansa de repetir que os viseenses confiam nele, por isso lhe dão as votações que ele tem tido, não se pode alhear de uma coisa destas, não pode deixar que aquilo que a



Lei lhe permite fazer, não faça. A Câmara Municipal tinha a obrigação de fazer, de apresentar uma proposta, porque com conhecimentos como o Senhor Presidente da Câmara diz que tem do concelho, que é o mesmo Presidente que leva as pessoas de idade a divertirem-se na discoteca ou no arraial, aquele mesmo Presidente que leva as crianças a viajar a Lisboa, muito bem, é o conhecimento, é este Presidente, é esta Câmara que tem todos os dados suficientes para poder apresentar uma proposta para a Assembleia Municipal poder discutir e aprovar, ou não aprovar. Esta Câmara Municipal não assume as suas responsabilidades, bem sei que me vão dizer que esta proposta foi aprovada por unanimidade, mas isso não me retira o meu direito de dizer aqui a minha opinião. E quando na Câmara Municipal a proposta é aprovada por unanimidade, é em favor da população, é para não complicar mais as coisas, mas não tem, a Câmara não assumiu as responsabilidades que lhe seriam imputadas. E dum vez por todas, eu deixo aqui, peço ao Senhor Presidente da Câmara em substituição que transmita pelo menos isto ao Senhor Presidente da Câmara, que dum vez por todas defina clara, concreta e objetivamente qual a posição em relação a esta estratégia. Como vemos, há as mais variadas e divergentes opiniões, além daquelas que nós auscultamos lá fora, o Senhor Presidente da Câmara que diga concreta, formal e objetivamente qual é a sua posição e se não tem coragem de o dizer aqui nesta Assembleia, que é onde estão representados todos os viseenses, que peça ao Senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios para o dizer, porque o Senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios tem entrado em negociações com o Governo, até que chegamos a esta Lei. Portanto, dum vez por todas, a Câmara Municipal não assumiu as suas responsabilidades, o Senhor Presidente da Câmara e a Câmara Municipal lavou as mãos como Pilatos neste assunto e entrega ao Povo aquilo que um Presidente de Junta numa das reuniões descentralizadas dizia e vou citar: “De modo algum queremos ser vistos como os coveiros das freguesias, não queremos essa imagem, o que temos é que trabalhar no processo em conjunto para encontrar a melhor solução possível”. Os Vereadores do PS tomaram esta posição para trabalharem em conjunto. A posição da Câmara é de não quererem ser os coveiros disto tudo. Portanto, eu quero deixar aqui bem claro, eu tenho direito a falar, ou não tenho? Eu peço desculpa, mas é assim, nós não temos que, eu não tenho que me subordinar à opinião de A, B ou C, sou livre para falar e como não gosto de fazer comentários, também não gosto de ouvir comentários, perdi-me até no que ia continuar a dizer. Mas de facto isto é uma forma muito hábil de desresponsabilização, de não assumir a responsabilidade que a Lei impõe à Câmara Municipal. A Câmara Municipal, desta vez e nisto principalmente, alheou-se dos interesses da população, não usando o conhecimento que diz que tem do concelho e das pessoas para pôr ao dispor dessas mesmas pessoas e desse mesmo concelho. Há aqui uma falta de cumprimento das obrigações, ao não ir ao encontro daquilo que a Lei lhe permite, de apresentar uma proposta. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Faça favor, tem prioridade. -----

-CINQUENTA E UM – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES DE MOTA FARIA (PSD): Senhor Presidente da Mesa, Senhores Vereadores, Senhor Presidente em exercício, Senhores Membros da Assembleia. O que assistimos aqui agora foi a um ato de covardia política. Assistimos aqui a um ato de covardia política quando a Câmara está representada, o Presidente da Câmara está em funções oficiais, que o Senhor sabe, o Senhor fez aqui apreciações de carácter, fez apreciações de personalidade, na ausência do visado. O que o Senhor fez aqui, pura e simplesmente, foi um ataque inaceitável, na ausência do visado e por isso o Senhor desrespeitou politicamente esta própria Assembleia onde interveio, fazendo apreciações que não podem aqui ser, e por isso também condeno a Mesa por não ter intervindo e não ter chamado à atenção o Membro, porque a liberdade é respeitar também os outros, para sermos respeitados e se quer ser respeitado nesta Assembleia, tem que respeitar também as outras pessoas. É por isso e em relação a esta situação, e em relação ao Grupo de Trabalho, o Senhor sabe que a Câmara



estava representada nesse Grupo de Trabalho e por isso a decisão que teve foi uma decisão e até prestou toda a colaboração, e está disponível também nesse Grupo de Trabalho para prestar toda a colaboração em termos da situação. E por isso, tem ao lado alguém que também fez parte desse Grupo de Trabalho e que pode elucidá-lo de qual foi a postura da Câmara. Agora, uma coisa é discordância, outra coisa é fazer apreciações de caráter e personalidade na ausência do visado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Senhor Deputado, eu gostaria de dizer o seguinte, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia. A Assembleia Municipal está a decorrer na plena normalidade, porque o regimento da Assembleia permite que o Senhor Presidente da Câmara se ausente, por motivos que lhe cabe e que se faça representar por quem entender. Delegou no Senhor Vice-Presidente da Câmara, que está aqui a representar legitimamente a Câmara, portanto não é Presidente em exercício, de facto não é a designação correta, é o Senhor Vice-Presidente em representação do Senhor Presidente da Câmara. Portanto a Assembleia Municipal está a decorrer com absoluta normalidade, nada de anormal. Em relação ao juízo que o Senhor Deputado fez, a Mesa entende, sempre o entendeu, durante todo o período em que exerceu funções não me recorde de alguma vez ter interrompido um Senhor Deputado pela linguagem usada, e nunca o fiz, nem nunca o farei, a não ser que sinta alguma situação de desrespeito à honra da pessoa. Portanto, a Mesa sempre se comportou dessa maneira no debate político, a Assembleia, evidentemente às vezes os Senhores Deputados podem cometer um excesso ou outro, mas não cabe à Assembleia, à Mesa, nem ao Presidente, exercer aqui uma atitude censória, que nunca o fez. Gostava que isso ficasse bem claro, até para salvaguardar a posição também dos meus colegas de Mesa que me ajudam aqui na condução dos trabalhos. Tem o direito, faça o favor. -----

-CINQUENTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS): Peço à Mesa desculpa por não apresentar os cumprimentos da ordem. Senhor Presidente, o meu protesto vai no sentido de que aqui sempre fui frontal, mas também sempre fui leal com toda a gente. Não é o Deputado Mota Faria que me vem dar lições de moralidade, muito menos ensinar-me a ser leal, ou a não ser leal. Quando diz que há aqui um ato de covardia política, não, não há um ato de covardia política, há o expor de uma posição frontal e com toda a clareza. Não ataquei por não estar cá, eu próprio disse que era pena não estar cá. Eu não tenho outra oportunidade de dizer isto se não hoje, o Senhor é que se esquece disso, ou não tem isso em consideração. Eu não desrespeitei a Assembleia e a prova disso foi aquilo que o Senhor Presidente da Assembleia acabou de dizer. Portanto, Senhor Presidente, Senhor Deputado, eu deixo o meu protesto veemente e repudio e devolvo aquilo que o Senhor me disse a mim. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Vamos retomar o debate, dou a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Coração de Jesus. -----

-CINQUENTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS - PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CORAÇÃO DE JESUS (PSD): Senhor Presidente da Mesa, caros Secretários, Senhor Vice-Presidente em representação do Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público em geral, Comunicação Social. Eu sobre este tema não queria alongar-me muito, mas dizer uma coisa, eu acho que de facto o que aqui acabamos de assistir não eleva de facto esta Assembleia. Eu quero dizer que em relação à posição que o Presidente da Câmara tomou, ela é uma posição coerente, manifestada publicamente em diversos locais, só quem não tem os mesmos olhos, os mesmos ouvidos, ou que não leu ou ouviu aquilo que foi dito. Portanto, nesse sentido, não me revejo de forma nenhuma naquilo que aqui foi dito ao Senhor Presidente. Aliás, na sequência disso e como Presidente do Executivo, a deliberação que foi tomada pelo Município vem exatamente nessa sequência e permite que o trabalho criado no Órgão muito mais alargado, o órgão deliberativo, discuta de facto esta questão. E em relação à questão traduzida para a minha realidade, para a minha freguesia, eu quero dizer-vos que nós vamos opinar, nós vamos



fazer uma assembleia extraordinária e vamos dar a nossa opinião. Não é seguramente o caminho de outros colegas nossos, respeito, mas também devem respeitar e perceber que de facto nós temos a legitimidade de o fazer, em sede própria, numa assembleia extraordinária onde os nossos membros e quem quiser se vai pronunciar. Relativamente à questão do referendo e da auscultação, eu se calhar, enfim, gostava realmente de saber o que é isso da auscultação à população, o que é que a população se preocupa tanto assim, nomeadamente nas zonas rurais, com esta questão da reorganização das freguesias. Eu por acaso tenho neste momento um dado concreto para dizer que foi a auscultação que fizemos na nossa freguesia e os resultados que nós obtivemos, verão depois de facto o interesse das populações relativamente a isso. O que elas querem e que é objetivo é de facto manter a qualidade dos serviços, manter a proximidade dos serviços. Nós às vezes queremos ser mais papistas que o Papa. Muito obrigado -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. O Senhor Presidente da Junta de Vila Chã de Sá. -----

-CINQUENTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ ERNESTO PEREIRA DA SILVA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA CHÃ DE SÁ (PSD):

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Vice-Presidente em exercício, Senhores Deputados, Senhores da Comunicação Social. Não venho entrar, nem quero pôr aqui mais acha para a fogueira, mas em questões de coerência de facto temos todos de ser coerentes. É que de facto esta questão da agregação de freguesias partiu de uma negociação com a troika, e quem fez isso foi o Partido Socialista, esta é que é a verdade dos factos, mais, eu sou contra, estou aqui para dizer que sou pura e simplesmente contra este processo, acho que ainda há bocado o disse, antes desta intervenção, acho que está clara e está escrito, que de facto o trabalho que presta às comunidades e às freguesias é suficiente para se manter isto. Portanto não tenho nada aqui a fazer, se não dizer que sou profundamente contra este processo. Quanto à questão do Senhor Presidente, sinceramente eu também estive em várias reuniões públicas, em que o Senhor Presidente da Câmara, mais do que uma vez, diz que é contra este processo de agregação de freguesias, não foi uma, nem duas, nem três vezes que lhe ouvi isso, foi n vezes. Quanto à questão disto, eu acho que, como há bocado dizia o meu colega Neves, que a gente esteve ali a conversar, é obvio que há uma Lei, foi discutido na Assembleia da República e está tudo de acordo com aquilo que foi o projetado pelo Governo anterior e tem que ser discutida. Agora, eu acho que devemos todos e aqui acho que não devemos andar aqui na querela política, a ver quem é que ataca o outro que ataca não sei quem, que de facto isso não pode ser. Temos que rir e ter o bom senso possível, para que de facto esta situação se tiver que ir por diante e parece que a Lei o diz assim, pelo menos as populações e em quem nós votou e quem em nós criou as responsabilidades de os representar, possamos sair disto bem e não por baixo da terra como as toupeiras, é isso que eu pedia e peço imensa desculpa, Senhor Presidente e à Mesa, desta intervenção, mas de facto ando aqui há uns anos a esta parte, ainda sou do tempo de mil novecentos e setenta e seis, quando um Presidente da Junta ganhava, vocês sabem disso, ganhava zero, e dessa altura sei o que é o trabalho e hoje, que apesar de ser uma ninharia, porque ninguém vive daquilo, hoje sei o trabalho que prestam à comunidades, como qualquer um de vocês são testemunhas disso. É só, muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Senhor Presidente da Junta de Côtã tem a palavra. -----

-CINQUENTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM POLÓNIO LOPES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CÔTA (PSD):

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Vice-Presidente da Câmara, aqui em substituição do Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Colegas Presidentes de Junta, Comunicação Social e restante Público presente. Eu começaria por dizer aqui uma coisa, estamos na altura de todos juntos mostramos a quem em nós confiou, num ato eleitoral, de que realmente estamos à altura da confiança que eles depositaram em nós. E não devemos



estar aqui, todos atirarmos para canto, para ninguém querer assumir uma base de trabalho, no sentido de ultrapassarmos esta situação com que nos deparamos, que penso eu que não devíamos de forma alguma estarmo-nos a deparar com isto, porque a população não legitimou ninguém, porque em ato eleitoral algum isto foi colocado. Agora perante esta situação, claro, qual seria a melhor forma de sair disto? Era precisamente ouvir a população, não tenhamos dúvidas, era ouvir a população. Eles é que têm a arma do Povo na sua mão, eles é que têm o poder de decisão, para isso vivemos em democracia. Mas uma vez que estamos impossibilitados de o fazer, e lamento muito que pessoas a quem eu tenha andado a pedir o voto de confiança, tenham levado com esta situação, os tenha colocado numa situação destas, perante o confronto com uma Lei que, sinceramente, é pouco democrática. Isto é pouco democrático, no entanto e não é porque o Senhor Presidente da Câmara acabou de chegar, eu ia dizer isto mesmo na sua ausência, se calhar fui eu a primeira pessoa que o confrontei com a situação e ele deve-se lembrar, os meus colegas que estão aqui presentes também se lembram, e até para confirmar isto, pedi ao meu colega de Barreiros para me lembrar quando é que tinha sido a reunião de Juntas em Barreiros, foi precisamente quando o Livro Verde apareceu, em outubro do ano passado. Logo nessa altura eu confrontei o Senhor Presidente da Câmara com isto, e o Senhor Presidente da Câmara, muito embora me pedisse para não entrarmos já nessa discussão, porque muita coisa de novo havia de vir, foi-me logo dizendo, desde essa altura, que não concordava. Após isto, estivemos em vários debates, em várias sessões que foram públicas, e eu ouvi-o, tal como outros Presidentes de Junta, manifestar-se perante o Secretário de Estado, contra esta reorganização. Por isso mesmo, não podemos culpar o nosso Presidente da Câmara. Claro, se nós, se calhar na expectativa, estaríamos à espera dele, de alguém dizer que temos uma base de trabalho, isso eu ainda continuo nessa expectativa e por isso é que eu queria lançar aqui um desafio, nós precisamos de saber aquilo que estamos aqui a discutir. Eu gostava de saber, até porque a minha assembleia de freguesia já se pronunciou, mas eu gostava de saber se há algo de novo, uma proposta que possa levar a minha assembleia de freguesia a refletir e quem sabe, alterar a sua posição. Mas precisamos de saber, com toda a urgência, que alguém, e se calhar, uma vez que assim é, terá de ser esta Assembleia a fazê-lo, pegarmos no trabalho a sério e dizer: bom, se nós temos que reduzir X freguesias, vamos ver, nós que conhecemos bem o concelho, vamos ver como é que podemos fazer isto o melhor possível. Agora, se vêm alguma hipótese de nos esquivarmos a isto e de ficar tudo como está, então eu sou defensor disso. Penso eu, salvo raras exceções, aqui dentro comungam todos da mesma posição. Eu também deixava isto em aberto, se temos alguma hipótese de contornarmos a situação, vamos por aí e poupamos isto, todo este trabalho, toda esta chatice, porque seja como for, ou nos empenhamos todos, ou estamos a trair a confiança que os nossos eleitores depositaram em nós. Por isso mesmo, apelo a toda a calma entre os Partidos, vamos todos trabalhar em conjunto, não se esqueçam de nos ouvir, qualquer que seja a comissão que seja nomeada e nós confiamos numa comissão aqui nesta Assembleia constituída pelos grupos parlamentares e tenho que confessar que estava à espera de mais. Eu estava à espera de dizermos assim: bom, vamos lá pôr aqui na discussão, não quer dizer que seja isto, mas nós temos aqui uma proposta, temos aqui uma solução para discussão. Vamos discutir esta, não está bem, vamos ajustá-la, vamos tirar dali, vamos pôr dali, vamos ver isto. É uma base de trabalho, penso eu, sem isto não vamos a lado nenhum, não saímos deste impasse e vamos deixar que alguém decida por nós. É isto que é a realidade. Quanto à realização de uma assembleia à porta fechada, Senhor Presidente, por favor não tome essa decisão, porque iríamos cair numa situação muito grave, temos que ser abertos, temos que ir para a discussão e o Povo merece ser ouvido, não vamos trair quem nos elegeu, vamos dar a cara, vamos colaborar, vamos ouvir as forças vivas e vamos todos trabalhar, sem andarmos aqui a arremessar seja o que for uns aos outros. Obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Senhor Presidente, só dizer-lhe com toda a amizade que quem decide é esta Assembleia. O Presidente da Assembleia é o



coordenador dos trabalhos desta Assembleia, o poder soberano está em todos nós. Só para que fique claro. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Ranhados. -----

-CINQUENTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MATEUS DA SILVA - PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RANHADOS (PSD): Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, digníssimos Membros desta Assembleia, Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores. Eu nunca pensei falar nesta Assembleia Municipal, mas este Ponto toca-me precisamente porque, como devem compreender, é um momento mais importante que nós temos e o momento que realmente toca em todas as freguesias. Como sabeis, o meu primeiro mandato na freguesia de Repeses, que foi criada, como sabem, tudo muito bem, com toda a dignidade, com todo o respeito, com todo o convívio com todas as pessoas e por conseguinte foi criada e muito bem. Agora na parte final, estamos aqui com um problema bastante grande, como devem compreender, as agregações de freguesias trazem-nos precisamente problemas graves e aliás, a nossa assembleia de freguesia já se pronunciou, já mandou a sua posição para a Assembleia Municipal e para a Câmara Municipal. Eu vou pela ideia precisamente do meu amigo Neves, pelo seguinte: nós temos de ter dados precisos e concretos, para depois podermos discutir novamente em assembleia de freguesia. É o meu entender. Este Grupo de Trabalho é um grupo que realmente vai ter grandes dificuldades, como devem compreender, a Lei está publicada e por conseguinte, no meu entender, deviam amenizar o mais possível, precisamente a aglomeração das freguesias e darem a possibilidade de muitas delas ficarem conforme estão, é um apelo. Além disso, devem compreender que realmente as assembleias de freguesia para se pronunciarem, neste caso a minha, têm que ter dados concretos das aglomerações, para poderem realmente dar o seu aval. Posso dizer que houve uma reunião extraordinária para debater este assunto, os elementos do PS não estiveram presentes, por conseguinte foram só os elementos do PSD, estava convocada a reunião, que realmente se pronunciaram e que mandaram precisamente o seu parecer. Eu tenho muito desgosto se realmente a minha freguesia for agregada a outra porque, como devem compreender, no primeiro mandato e sair de Repeses e no final ser realmente a pessoa que vai contribuir para a aglomeração a outras freguesias, da minha também, é um bocado melindroso. Eu apelava precisamente ao Grupo de Trabalho para olharem precisamente para esta situação e para todas as situações do concelho e que vejam que nós confiamos em vocês e vejam realmente a melhor maneira de poderem fazer, com toda a eficiência e cumprindo a Lei. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente da Junta. Tenho agora a inscrição do Senhor Deputado Carlos Portugal. Tem a palavra. Não tenho mais nenhuma inscrição, daria depois a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, também para se pronunciar sobre esta matéria. -----

-CINQUENTA E SETE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS MARTINS DOS SANTOS PORTUGAL (PS): Exmo. Senhor Presidente e restante Mesa, Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados, Público e Comunicação Social. Eu apelava à calma, porque realmente isto é um assunto melindroso, complicado e não é fácil de se lidar com ele, porque isto implica aquilo que de mais significativo que para nós tem, que é a nossa raiz, o nosso local, o nosso torrão, e quando isso entra em questão, penso que todos nós nos empolgamos um bocado com essas questões. No entanto, eu queria dizer que efetivamente o Grupo de Trabalho foi constituído, salvo erro, em outubro, aqui nesta Assembleia o Partido Socialista já apresentou e alertou para a necessidade de se refletir sobre esta matéria e na altura um Deputado, que hoje por acaso não está presente e espero que não levem a mal por dizer isto, disse que efetivamente ainda era cedo para se falar acerca dessa matéria, o que é certo é que o assunto é extremamente importante e temos muito pouco tempo para o resolver. O Senhor Presidente da Câmara com certeza que também, é uma Lei que a gente sabe que não é do seu agrado, também não é do meu, estamos perfeitamente de acordo em relação a essa matéria, entendo que a



situação do Grupo de Trabalho, estar aqui numa tentativa de encontrar uma solução, é de alguma forma digno e que devemos respeitar. Contudo, sei perfeitamente o constrangimento dos Senhores Deputados Presidentes de Junta, que são as pessoas que mais diretamente estão ligadas com a população e que dificilmente aceitam facilmente esta Lei. O Partido Socialista é claro nesta matéria, não está de acordo basicamente com a Lei que está em vigor, esta não é uma Lei do Partido Socialista, como alguém quer fazer passar, não foi o Partido Socialista que a redigiu. O Partido Socialista é favorável a uma reorganização, mas num pressuposto diferente e de uma forma mais abrangente em relação àquela que está imposta, no entanto vamos trabalhar no sentido de encontrar uma solução, não vamos aqui entrar numa ideia de encontrar aqui um bode expiatório qualquer. Eu estou disponível para trabalhar, para se encontrar uma forma, o mais realista possível, para contornar o problema. Agora, se entramos numa questão de disputa objetiva, nós também nos podemos resguardar de uma forma muito confortável, é uma questão de escolhermos a melhor maneira. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Eu não tenho mais nenhuma inscrição para esta primeira ronda, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para se pronunciar também. -----

-CINQUENTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. Eu queria dizer que vou dividir a minha intervenção em três partes. Uma primeira, é para dizer que nunca fugi a nenhuma das minhas responsabilidades. Se algum dos Senhores Deputados e se o habitual me veio acusar disso, bem pode tirar o cavalinho da chuva. Olhe que não recebo nenhuma lição de verticalidade nem de coerência de ninguém, muito menos de si. Queria-lhe dizer isto, para que ficasse. E depois gostaria de explicar o que é que está na reforma, como é que ela nasceu e para se ver de quem são as responsabilidades, e gostaria de ser desmentido. Quem assinou? A troika. E quem depois a suportou? Os três Partidos. O Partido do governo, o vosso Partido, o meu Partido e mais outro Partido de coligação fez isto. Disse que era preciso, assinou um documento em como era preciso reduzir substantivamente as autarquias, é o que lá está. Depois vieram os três Partidos, o do ex-governo e os do atual governo, dizer que não mexiam nos municípios, disseram os dois. Já se percebe o que é que queriam fazer, portanto, se não mexiam nos municípios, se as autarquias são só município e freguesias, é porque iam mexer nas freguesias. Depois arranjaram uma Lei para diminuir significativamente as autarquias, portanto leia-se diminuir significativamente as freguesias. E agora queria dizer a minha posição pessoal e não preciso sequer de lhe dar nenhuma justificação e nem lhe admito, na minha ausência, que me calunie, porque eu sou Presidente, vai-me ouvir e digo-lhe isto com toda a calma, com toda a serenidade, eu sou Presidente de uma Associação de Municípios Portugueses, que votou contra a reforma, tenho declarações públicas, minhas, a dizer que a reforma não era prioritária. Portanto, como português que sou e como elemento com responsabilidades, naturalmente que tenho a minha cota naquilo que for decidido em relação à Lei. O que é que a Lei diz? Diz que as câmaras municipais ou os municípios podem apresentar uma proposta. O que se entendeu na Câmara, por unanimidade, com os Vereadores do seu Partido, foi que, sendo a Assembleia mais representativa, era aqui que se devia fazer a discussão. E percebe-se, a Câmara tem nove elementos de dois Partidos, a Assembleia tem sessenta e nove elementos de quatro Partidos. O que a Câmara decidiu por unanimidade, mas eu já vi que o Partido Socialista pode ter esta posição dos Vereadores, mas aqui pode-a contrariar, decidiu por unanimidade que era aqui o fórum de discussão. Portanto, eu não fugi a nenhuma responsabilidade, nem lhe admito isso, que diga nas minhas costas que eu fugi de alguma responsabilidade. O facto de me ausentar deve-se ao respeito pelos cidadãos, avisei aqui com tempo, podia ter-me dito isso logo na altura, antes de eu sair, eu avisei aqui com tempo que ia sair, que ia inaugurar a Feira das Tradições Vivas, podia ter dito na altura, para eu lhe responder, agora, para não estar para aqui eventualmente a congeminar aquilo que disse de mim. Mas eu gostaria de lhe dizer, com toda a calma, não volte a



repetir esses processos, é costume dizer-se que os homens não se medem aos palmos, mas a consciência e honestidade mede-se. É só, Senhor Presidente.-----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Tenho aqui, aviso os Senhores Deputados que grande parte entrará na segunda ronda. A segunda ronda são três minutos. Tenho o Senhor Deputado Jorge Adolfo inscrito, tem a palavra. -----

-CINQUENTA E NOVE – O SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES

MARQUES (PS): Mais uma vez boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia e Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Colegas. Eu acho que a procissão ainda vai no adro, desculpem-me aqui a expressão, mas a procissão ainda vai no adro. Isto é uma coisa que já adivinhava há muito tempo, ou melhor, adivinha-se desde o momento em que foi congeminaada esta Lei, esta reforma. O Senhor Presidente da Câmara veio aqui dar um dado muito importante e que o referiu agora na sua intervenção, e que vem precisar a verdade deste processo, que é: os três Partidos do quadro governativo concordaram com essa reforma, ou com essa diminuição das freguesias. Os três Partidos, não foi só um Partido, que estava no governo antes, foram os três Partidos. Já houve várias pessoas que vieram aqui dizer que o PS assinou, mas foram os três Partidos, porque houve negociações entre eles antes, da mesma maneira que agora o PSD está no governo e quer que o Partido Socialista o acompanhe em determinadas matérias, também na altura, quando foi das negociações para o memorando, foi a mesma coisa. Portanto, se alguém tem culpa, são os três Partidos. No fundo, houve um que lá foi pôr a assinatura, mas escudado pelos outros dois. Se calhar porque sabia que ia perder as eleições a seguir. Bom, eu queria dizer uma coisa e que é: também o Partido do qual eu faço parte tem dito, em inúmeros fóruns em que eu tenho participado, que é: vai ter que haver uma reforma, por existir uma Lei. Provavelmente se não houvesse essa Lei, o ideal era não haver reformas, da mesma maneira que há portagens na autoestrada e eu tenho que pagar, embora me apetecesse meter lá um bocado de dinamite debaixo dos pórticos, mas tenho que pagar, se não puder fugir à autoestrada, tenho que pagar. Portanto, agora a questão é o menor dano possível, acho que toda a gente pensa nisso. Neste momento, mesmo os Senhores Presidentes de Junta, é o menor dano possível e isso é verdade, tanto para os Senhores Presidentes de Junta do PSD, como do PS. Se perguntar ali aos dois Presidentes de Junta, só cá está um, mas aos dois, se concordam ou não com a extinção da sua freguesia, eles também vão dizer que não. Portanto, dentro dos Partidos e das Juntas de Freguesia há esta hegemonia desta opinião. Isto foi patente quando o Ministro Miguel Relvas foi ao Congresso Nacional de Juntas de Freguesia e foi vaiado. Foi vaiado por quem? Não foi pelos Senhores Presidentes de Junta do PSD, nem do PS, foi por todos, e pelos do CDS e pelos outros todos também de outros Partidos, embora com menor representação. A questão é esta, aqui nesta sala, penso que a maioria absoluta, ganhava o não a essa reforma, mas ela vai ter que existir, vai ter que ser feita, vai ter que haver um mapa, duma cor ou doutra, seja lá de que cor for, mas como dizia aqui há pouco um Presidente de Junta, foi o Senhor Polónio, de Côta que disse: “queremos um mapa com a linha a dizer, por ali pelo rio, vai ser não sei quê, pelo monte, vai ser não sei quê”. Agora perdoem-me aqui, mas isto é um momento muito interessante, até da nossa história, porque estas reformas ocorreram duas ou três importantes ao longo dos quinhentos anos em Portugal, e deu sempre nisto, desculpem-me a expressão, deu sempre molho, da ultima vez até nem foi uma reforma administrativa, mas foi a historia dos cemitérios e deu a “Maria da Fonte”. Onde? Sobretudo no Norte de Portugal. Porquê? Porque as pessoas são muito apegadas ao seu território. Quando eu tive a oportunidade de fazer um trabalho ali para o José Ernesto e para a Junta de Freguesia que ele dirige, eu conheço muito bem a realidade do nosso concelho, mas as pessoas identificam-se, mesmo dentro da freguesia há rivalidades entre aldeias, quanto mais entre freguesias. Agora eu pergunto assim: na cidade, e a minha posição é um bocado esta, penso que é a posição também do Partido Socialista, que é esta, nas cidades, vamos abstrair-nos de Viseu, a nível nacional, nas



cidades parece que há uma maior disponibilidade das populações em fusão de freguesias, agregação de freguesias, junção, chamem lá o que quiserem, nas cidades. Porquê? Porque as pessoas recorrem se calhar mais às câmaras municipais, mas nas freguesias rurais, toda a gente sabe disso, só quem não conhece Portugal, o tal Portugal profundo que o Professor Cavaco dizia aqui há uns anos, as pessoas identificam-se muito ao Senhor Presidente de Junta, que trata do cano de esgoto, da torneira, da reformazita, do filho que é deficiente mental e que tem que ser levado à IPSS ... Portanto, tudo isso é muito mais premente, é muito mais dramático nas freguesias rurais do que nas urbanas. Eu não faço parte deste Grupo de Trabalho que foi criado pela Assembleia Municipal, mas eu acho, ou parece-me, e isto é uma visão um bocadinho até abstraída, porque sou viseense, mas que conhece muito bem o nosso território, e isso até é muito mais dramático para os concelhos do interior junto à fronteira, nós vamos ter alguns problemas e graves com esta reforma. Esta reforma nasceu torta e nunca se vai endireitar, esta reforma nasceu torta, resultou do consenso entre os três Partidos do arco governativo e esta reforma, que nós vamos ter que fazer, custe o que custar, vamos ter que a fazer, vai custar muito. Vai custar muito, e eu só queria aqui dizer uma coisa para terminar, as pessoas exaltam-se, às vezes até ultrapassam um bocadinho a linha, mas eu acho que é preciso bom senso, porque as reformas não são eternas, já houve muitas no passado. Ranhados já foi concelho, os Coutos já foram concelho, quer dizer, no nosso concelho já tivemos quatro ou cinco, até tivemos freguesias que hoje pertencem a concelhos limítrofes, que pertenceram a esses concelhos. Portanto, isto não é nenhum drama, nem é preciso fazermos nenhuma “revolta da Maria da Fonte”, mas que vamos ter que fazer essa reforma, vamos ter, e que vai ter que haver concessões das freguesias, vai ter que haver, e que vai ser mais difícil nos meios rurais do que no meio urbano, isso vai acontecer. Porque depois coloca-se um problema, quando forem as eleições, quem é o cabeça de lista dos vários partidos? “Ah, esse tipo é dali, só vai fazer obras na terra dele”. As coisas colocam-se assim e não vale a pena estarem a tornejar isto. Em todos os Partidos isto vai acontecer. “Ah, o José Manuel é da freguesia”, (o Senhor Presidente da Mesa interrompe: Senhor Deputado, esgotou o seu tempo, dez minutos, eu sei que se entusiasmou). Eu peço desculpa, é um assunto demasiado sério, mas ao mesmo tempo interessante, agora o que eu acho só que era mais importante era haver alguma paz de espírito e contenção, ninguém está para agredir ninguém, foram os três Partidos a assinar o papelinho, em todos os Partidos não querem a reforma, mas nós vamos ter que a fazer. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Tenho ainda inscrito aqui o Senhor Deputado Carlos Vieira e o Senhor Deputado Alberto Ascensão. Pergunto se há mais alguém que se queira inscrever nesta segunda ronda? O Senhor Deputado João Paulo, só para fazer uma gestão do tempo, recordo que são três minutos neste momento. --

-SESSENTA – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Em vinte e oito de fevereiro do ano passado eu propus um Grupo de Trabalho para tratar deste problema e foi chumbado, dizendo que era prematuro. A posição do PSD e até o Senhor Deputado Jorge Adolfo chamou-lhe extemporâneo. A verdade é que o Grupo de Trabalho veio a ser proposto quando faltava exatamente um mês, ou cerca de um mês, para as assembleias municipais se pronunciarem, inicialmente, porque depois o prazo foi prorrogado. Não temos que grammar a Lei, Senhor Presidente da Junta, eu compreendo, mas não temos que grammar a Lei, há leis inócuas que devem ser desobedecidas, é o direito à indignação. A História ensina-nos isso, como o célebre episódio das “Janeirinhas”, a revolta popular vitoriosa de 1868 contra uma grande redução de freguesias e municípios, a Lei de 1867, que era a Lei da Administração Civil, por isso eu compreendo e aceito a posição do Senhor Presidente da Câmara, mas eu já disse ao Grupo de Trabalho, onde concordei com o estudo independente, porque quanto mais informação, melhor, dado que é pago e bem, o estudo podia perfeitamente ser feito pela Câmara, porque o autor do Grupo de Trabalho também diz que vai basear-se na estatística, nos dados que a Câmara lhe fornecer e os Senhores Presidentes de Junta. Portanto, se calhar



com um bocadinho de esforço, a autarquia conseguia fazer isso. Não temos que ter medo das populações, eu compreendo a posição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Coração de Jesus, eu nem sei como é que esse inquérito foi feito, achei a ideia muito positiva, mas houve camaradas meus, com quem eu falei, que receberam, houve outros que não receberam, a gente também não recebeu, portanto não sei, não fique assim tão desanimado se houve pouca participação, certamente que as pessoas se preocupam. Claro que nas freguesias urbanas não se preocupam tanto como nas rurais, como disse. Por outro lado, eu sublinho e estou completamente de acordo com o Senhor Presidente da Junta de Cota, quando disse que a assembleia à porta fechada, nunca, se houvesse um processo referendário, havia discussão, havia debate, tudo bem, agora o argumento de que se vierem os munícipes todos, se vierem, ótimo. Abria-se a sessão, alugava-se o Multiusos, aliás, a Câmara certamente que o facultaria gratuitamente e vamos todos para o Multiusos, se a população estiver toda decidida a participar neste debate, melhor. É melhor para todos, até para a Câmara, para a Assembleia, porque a população de facto é que deve ter a palavra, uma vez que nós não fomos legitimados, como alguns Presidentes de Junta disseram. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Eu só gostava, antes de dar a palavra, dizer que vivemos num estado de direito democrático, é o estado de direito em que nós vivemos e relembrar só uma coisa, este Grupo de Trabalho integra dois Vereadores do PSD e um Vereador do PS. Este é um Grupo de Trabalho entre a Assembleia Municipal e o Executivo Camarário. Dou a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

-SESSENTA E UM – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS): Senhor Presidente, Senhora Secretária e Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Membros da Assembleia, minhas Senhoras e meus Senhores, Senhores da Comunicação Social. Senhor Presidente da Câmara, dirijo-me diretamente a si, porque fixei três afirmações que fez e que quero deixar bem esclarecidas. Que o caluniei, que falei nas suas costas, e que falasse enquanto cá esteve. Eu não podia falar enquanto cá esteve porque o Ponto da Ordem de Trabalhos deu para mais tarde. Em segundo lugar, eu não falei nas costas, e fiquei mais descansado quando fui corrigido e me disseram que não estava aqui o Vice-Presidente em exercício, está aqui o Vice-Presidente em representação do Senhor Presidente. Fiquei mais descansado, afinal não falei tanto nas costas como podia ter percebido, mas não falo nas costas, Senhor Presidente. O Senhor Presidente tem a oportunidade de ver a ata e verá que tudo o que eu disse é tratar um determinado assunto, que é o Ponto Onze da Ordem de Trabalhos e fazer uma apreciação política disso tudo. Quanto a calúnias, Senhor Presidente, quero-lhe dizer, olhos nos olhos, que tenho todo o respeito pelo Presidente da Câmara, por V. Exa., e tenho consideração pessoal pelo Doutor Fernando Ruas, já o afirmei algumas vezes e continuo a tê-lo, e não é agora que, nem por estes pormenores, que isso vai deixar de acontecer. Agora, isso não me priva de ser frontal, de alguma forma usar um tom de voz, que cada um tem aquilo que fez e ninguém se fez e portanto não me sinto nada naquilo que o Senhor Presidente disse que eu lhe fiz. Não. Eu sou normalmente leal às pessoas, mesmo aos adversários, Senhor Presidente, e portanto falar nas costas, caluniar, nunca, não é esse o meu princípio, não foram esses os meus princípios, apesar de ser de gente humilde, caluniar, não calunio ninguém. Eu só queria deixar bem esclarecido isso, Senhor Presidente. (o Senhor Presidente da Mesa interrompe: Senhor Deputado, terminou o seu tempo, agora vou ser muito rigoroso, três minutos). Eu peço desculpa, é só para frisar, acabo num segundo, só para deixar bem explícito e o Senhor Presidente terá oportunidade de ver na ata que não há calúnias nenhuma. Muito obrigado. **-MESA – O**

SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Senhor Deputado João Paulo prescinde? Sim senhor. Senhor Presidente de Junta de Vila Chã de Sá prescinde? Não, não prescinde. Não custa nada tentar ... -----

-SESSENTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ ERNESTO PEREIRA DA SILVA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA CHÃ DE SÁ PSD): E



porque não quero estar agora contra todos, eu não posso estar mais de acordo com o meu querido amigo Jorge. Acho que de facto estas coisas têm que ser resolvidas com muita elevação. De facto há que assumir a responsabilidade dos três Partidos da área da governação, que é assim, e não vale a pena estarmos a atirar tiros para ninguém, porque de facto se as coisas forem resolvidas por nós e como deve ser, as próprias populações podem-nas entender. E as birrinhas internas e essas coisas, acho que é um disparate a gente usá-las. E Jorge, dou-te os parabéns, permite tratar-te assim. É só. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Senhor Presidente de Junta. Dou a palavra ao Senhor Presidente de Junta de Côta. -----

-SESSENTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM POLÓNIO LOPES - PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CÔTA (PSD): Um cumprimento geral para não gastar tempo, isto só para completar aquilo que há bocado disse na minha intervenção e que me escapou uma coisa muito importante. Que eu saiba, as leis podem ser revogadas ou revistas, isso está na Constituição e já temos muito exemplos neste País. Será que não estamos a tempo de corrigir muitos erros? Tal como no concelho vizinho ao lado, como dizia o meu colega Neves, acontece a mesmíssima coisa com a minha freguesia. Imediatamente uma povoação, que é a povoação que está mais próxima, que é única povoação que forma uma freguesia, só porque pertence a outro concelho, com trezentos e poucos habitantes, vai continuar a ser freguesia, e no nosso concelho imediatamente a três quilómetros, já temos que obedecer a outros critérios. Será que pelo menos nisto a Lei não poderá ser revista? Obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente de Junta. Afinal, o Senhor Deputado João Paulo quer usar da palavra. E é a última inscrição que tenho, darei a seguir a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

-SESSENTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS): Também muito rapidamente, eu não sabia que o meu colega de bancada Alberto Ascensão ia usar da palavra, quando percebi que usou, tinha prescindido, porque no fundo vinha dizer o que o Deputado Alberto Ascensão aqui disse, que já ficou esclarecido, não houve aqui calúnia nenhuma, houve aqui uma apreciação política absolutamente frontal e em termos, digamos, muito usuais, até nesta Assembleia Municipal e reitero aqui, para o Senhor Presidente da Câmara ficar, também desse ponto de vista, tranquilo, porque efetivamente foi o que aconteceu, uma apreciação política normal e usual. E depois a seguir ao também meu querido amigo Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã de Sá, o Professor José Ernesto, percebo o que fez, fez muito bem, mas para que não fiquem dúvidas, mais uma vez para uma interpretação absolutamente correta, com todo o respeito evidentemente pelo Jorge Adolfo que fez aqui uma intervenção que espelha exatamente o que é a opinião do Partido Socialista. E é só, não causa mocha nenhuma ao Partido Socialista que individualize o bom senso, que eu também reitero da intervenção do Professor Jorge Adolfo, mas é efetivamente a posição do Partido Socialista, cooperar e colaborar, como tenho estado a fazer, porque sou representante do Partido Socialista no Grupo criado na Assembleia Municipal, e que julgo que todos os membros desse Grupo procurarão corroborar e confirmar o que estou a dizer. Que é um facto que a Câmara Municipal poderia trazer uma proposta a esta Assembleia Municipal, também é. A Câmara Municipal, o Executivo Municipal optou por não o fazer, por unanimidade, perfeitamente, legitimamente, e não há problema nenhum nisso. Calculo que se fosse para fazer uma distribuição de dinheiro pelas freguesias, esta Assembleia Municipal não criasse nenhum Grupo de Trabalho para ver como é que o ia fazer, mas é uma situação diferente, eu percebo, e legitimamente a Câmara Municipal também teve uma posição diferente. Porque se fosse este caso que eu agora estou a referir, seguramente a proposta viria do Executivo e não precisávamos de envolver a Assembleia Municipal. Respeitamos isso e estamos cooperantes e colaborantes no processo, o Partido Socialista. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Não



tenho mais nenhuma inscrição de nenhum dos Senhores Deputados. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para a última intervenção, se assim o entender. -----

-SESSENTA E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente, também vou ser rápido. Eu queria dizer em primeiro lugar, que se alguém, mesmo com a capa do político, me acusa de coisas que eu não fiz, considero uma calúnia, e não é o invólucro do político que tira essa calúnia. Quando depois das minhas afirmações públicas, que são conhecidas, de dizer que esta reforma não era prioritária, de dizer inclusivamente que eu não era capaz, tenho muita consideração pelos meus Presidentes de Junta, por mim ficavam todos, isto ouviram-me à exaustão. Quando alguém eventualmente insinua que eu abandonei esta reunião para fugir a este diálogo, eu considero uma calúnia. Se não foi, eu vou ver a ata da reunião e com a mesma veemência com que venho aqui insurgir-me contra essa hipótese, virei aqui dizer que estava enganado. Vou ver a ata da reunião e cá virei na próxima vez, aliás, eu estava na Câmara, eu regresssei duma cerimónia, como disse, para a Câmara, no convencimento de que esta reunião já tinha acabado e quando me disseram o que é que se estava a passar, saltei que nem uma mola para aqui, porque quem me conhece, sabe que eu não sou pessoa para fugir a ninguém, saltei como uma mola para ajustar contas consigo, ajustar contas políticas, era para ajustar contas políticas consigo, porque eu não sou pessoa para andar a fugir, de nada. Se há alguma coisa que eu levo destas minhas funções autárquicas, de que estou perfeitamente descansado em termos de consciência, havia muitas coisas que eu fazia de forma diferente, é o sentimento da coerência, nunca ninguém me viu saltar de um lado para o outro. Eu escusava, há bocado, de falar da questão da Polícia com as Cavalhadas, mas eu não me sinto bem se não for coerente, e portanto disso ninguém me acusa. Mas já agora deixem-me dizer-vos uma outra coisa que há bocado, também por força desta exaltação, não disse, eu acho que o quadro está bem definido, a Lei saiu, neste momento restam duas coisas, é a minha interpretação, restam duas coisas, ou se faz um corte mecânico, ou se faz um corte racional. O corte racional é este, o corte mecânico é as pessoas deixarem, eventualmente dizerem assim: nós não queremos falar sobre isto. Há gente que o vai tomar e depois já sabem o que é que a Lei diz, há uma comissão técnica que vem aplicar a Lei, é tão simples como isso e restam depois poucos argumentos, porque sempre depois se pode dizer à população: olhe, não quiseram fazer nenhum trabalho. É isto, não vale a pena, é isto e o que a Assembleia e este Grupo de Trabalho pode fazer, são, na minha perspectiva, três coisas. Uma era aquilo que eu tinha eventualmente decidido se tivesse responsabilidades totais. Eu achava que os três Partidos podiam muito bem ter reduzido significativamente aquilo que disse o Deputado Jorge Adolfo, fusões voluntárias, fusões nos grandes centros urbanos e fusões nas freguesias urbanas, dava perfeitamente para ser, na minha perspectiva, significativamente. Eu já expliquei isto à exaustão, isto era o que eu tinha feito e dava resposta à troika. Cá estava o significativo, porque o significativamente não tem nenhuma medição, não se diz que são trezentas, quatrocentas, são não sei quê. À semelhança do que acontece voluntariamente, porque vamos lá a ver, há aqui um engodo, que os senhores do Partido Socialista conhecem bem, que é a posição do Presidente da Câmara de Lisboa e por isso é que ele não quis tratar o problema em conjunto. Agora devia ser sujeito a esta Lei, era isso que eu defendo, se a Lei existe, é para todos, porque reduzir as freguesias urbanas em Lisboa, não é a mesma coisa que estar a tratar destes problemas aqui. Essa foi a situação, mas sabendo que há outras situações idênticas à de Lisboa, que passou de não sei quantas para não sei quantas, como a da Amadora, a mesma coisa, como a da Covilhã, que também vai fazer a mesma coisa, se lhe acrescentassem as tais freguesias urbanas, tinha-se aquilo que a troika pedia, que era a redução significativa. E até me arrisquei a dizer mais publicamente, digo aqui porque já o disse muitas vezes, eu tenho a perfeita consciência de que a troika não veio cá para ver se o modelo autárquico era o melhor, veio para ver se havia reduções financeiras e como nem que cortassem as freguesias todas, o ponteiro nem se mexia, não deve ser o problema que preocupa a troika. Eu tive uma reunião com a troika há pouco tempo e falamos sobre isso.



Portanto, há uma coisa que eu vos quero dizer, meus amigos, eu daí, estou noutra praia, como se diz agora, não há ninguém que me possa acusar, mais, não era eu, no final de mandato, que alguma vez punha por meu punho, para anular freguesias do concelho donde sou natural, era o que me faltava, isto, toda a gente sabe, nem para anular eventualmente uma freguesia que eu ajudei a criar, eu estive ali de alma e coração, como se viu, a freguesia de Ranhados com peso e tenho vindo a dizer que acho que foi um salto para o desenvolvimento, e toda a gente sabe esta posição, que me causa alguns engulhos pessoais. Eu gostaria muito mais de estar afinal com o meu Partido a dizer que esta reforma não sei quê, mas eu não tenho essa ideia e portanto digo que não tenho e toda a gente sabe esta posição. Portanto, se alguém me acusar de me estar a amedrontar ou a fugir a este dialogo, ou não sei quê, eu tiro-lhe todas, mais, digo-vos para consultarem lá na internet, no que diz respeito ao Fernando Ruas e vêm lá quantas posições lá estão minhas sobre esta matéria. Inclusivamente, sujeitei-me a um debate do “Prós e Contras” sobre esta matéria e ficou clara a minha posição. E para concluir, eu acho que neste momento o Grupo de Trabalho tem três posições possíveis. Uma é fazer a tal divisão ainda, a tal racional, que eu diria, esta, com freguesias que se queiram eventualmente juntar, com as reduções das freguesias urbanas, com não sei quê, e apresentar e pode ser que passe; outra é cumprir a Lei numa forma racional, é dizer às freguesias que estão vinte por cento nas rurais e cinquenta por cento nas urbanas, e portanto a redução é esta, faz-la sem ser imposta; a outra é não fazerem nada e depois vem a comissão técnica e aplica a Lei. Portanto eu acho que não há mais nenhuma saída. A ultima coisa, a ultima nota em relação àquilo que disse o João Paulo, eu não percebi, é que a Lei quando diz para distribuir dinheiro às freguesias, não manda para a Assembleia Municipal, é uma competência da Câmara e nós não temos que vir trazer gestões da Câmara à Assembleia Municipal. Fazemo-lo quando é a aprovação do orçamento, das contas, é aí que prestamos contas. Esta Lei veio dizer duas coisas, que pelos vistos há pouca sintonia entre a Assembleia Municipal, a bancada do Partido Socialista e dos seus Vereadores, que perceberam isto perfeitamente. Então nós temos um Grupo de Trabalho, dividimos ainda com vantagem para o Partido Socialista, a proporção não são dois para um na Câmara, somos sete para dois, mandámos dois Vereadores, e um Vereador do Partido Socialista, para colaborarem neste projeto, então tinha algum jeito que a Câmara fizesse uma coisa, para depois se sujeitar a um órgão mais vasto? Assim, está lá a posição da Câmara. Naturalmente que os nossos representantes aqui hão-de levar à Câmara a posição e a Câmara falará nisso. Então não tem jeito? Isto não era reduzir a democracia? Isto é, eu fazia uma proposta, em nove elementos, que apenas representam dois Partidos e deixava que apreciassem, um quórum como este, que tem sessenta e nove elementos e que representa quatro Partidos. Então onde é que está a democracia? Não é esta? Eu acho que ficou clara a posição da Câmara em relação a isto, penso eu. Se não ficou, estou disponível para dar alguma explicação. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Senhoras e Senhores Deputados, muito obrigado. Queria realçar a forma como o debate foi feito e só para que não fiquem dúvidas e para ter a certeza de que estou a interpretar bem aquilo que foi aqui decidido. Há um Grupo de Trabalho, que integra a Mesa, integra quatro representantes, um de cada Partido, e três Vereadores, dois do Partido Social Democrata e um do Partido Socialista. Este Grupo de Trabalho seguirá a seguinte metodologia: procurará obter um amplo consenso sobre uma proposta, primeiro Ponto; segundo Ponto, para obter esse consenso vão ser tomadas várias medidas. Por um lado, vai-se procurar obter a pronúncia das assembleias de freguesia que o entenderem. Iremos solicitar à tal entidade externa que nos entregue, e o prazo já foi algo que eu falei aqui, até final de julho, nos entregue o tal trabalho externo técnico, que nos possa ajudar a encontrar o tal consenso alargado e será para ser feito até final de julho. Haverá a marcação de uma sessão informal da Assembleia Municipal, em que consensualizaremos, neste Grupo de Trabalho, as entidades a convidar e obviamente que a sessão será pública, isto é, intervirão as pessoas que nós convidarmos e



que poderão estar presentes os cidadãos que assim o entenderem. Cada partido com assento na Assembleia Municipal poderá fazer chegar ao Grupo de Trabalho sugestões de agregação e haverá depois a marcação de uma assembleia municipal extraordinária, ou ordinária, dependendo do “timing”, podemos perfeitamente aproveitar a assembleia de setembro para tomar uma decisão sobre isto, em que um dos Pontos será pronunciarmos sobre o mapa, ou não mapa, sendo que eu acho que o Senhor Presidente da Câmara deixou isto muito bem sintetizado. As três opções que sintetizam, acho que todos estamos de acordo. É esta a deliberação unânime da Assembleia Municipal, quanto à metodologia a seguir. Estou a interpretar bem? Ninguém está em desacordo? Muito bem, então está concluído este Ponto. Só me faltam duas questões, que é anunciar o resultado da votação do Ponto Dez. São cinquenta e oito os Senhores Deputados que votaram: um voto nulo, dez brancos e quarenta e sete na lista A. Uma última informação, havia uma cidadã que solicitou o uso da palavra no período do público, a Mesa interpretou por unanimidade que não havia lugar a dar a palavra, porque tratava-se de trazer aqui um problema de carácter pessoal e que esta Assembleia não é para tratar de problemas de carácter pessoal, ou de outra razão qualquer. Damos sempre a palavra aos cidadãos, no âmbito daquilo que está na Lei, mas para tratar de assuntos de carácter público e que tenham interesse para todos os cidadãos. Portanto, tomámos esta deliberação e a Senhora foi embora. Sendo assim, quero agradecer a colaboração de todos e dar por encerrada esta reunião. Muito obrigado. ----- O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão às vinte horas e dois minutos. E do que nela foi dito lavrou-se a presente Ata, que vai ser assinada por mim, _____ Primeiro Secretário e pelo Presidente da Mesa, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

 (António Joaquim Almeida Henriques)